



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS
E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS
MESPT

TERRITÓRIOS INDÍGENAS, PLANOS DE VIDA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
MINHA EXPERIÊNCIA ENTRE O CHÃO DAS COMUNIDADES E A INCIDÊNCIA
GLOBAL

SINEIA BEZERRA DO VALE

BOA VISTA – RR
JULHO – 2025

Resumo

Nesta dissertação, sistematizo a experiência de construção de Planos de Vida nos territórios indígenas de Roraima, com foco na integração do tema das mudanças climáticas nesses mecanismos reconhecidos como Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs. Como mulher indígena do povo Wapichana e coordenadora do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do Conselho Indígena de Roraima (CIR), trago neste trabalho a vivência acumulada ao longo de mais de uma década de atuação nessa temática. Recorri à metodologia da sistematização de experiências para reconstruir criticamente nosso processo de trabalho e proponho uma abordagem metodológica própria: “De parente para parente”. Nesse percurso, destaquei a elaboração de quatro PGTAs em apenas dez dias como uma inovação construída da confiança e do vínculo cultural e político com as comunidades. Refleti também sobre os desafios da tradução entre os saberes indígenas e os discursos técnicos das políticas públicas e da ciência do clima. Minha reflexão de fundo propõe que a tradução não se limita à linguagem, mas envolve uma mediação sensível entre realidades diferentes. Afirmo que a verdadeira tradução é uma prática construída com base nessa sensibilidade, sem renunciar à autonomia indígena. Os Planos de Vida, nesse contexto, não são apenas documentos, mas um exercício contínuo de autodeterminação, planejamento comunitário e construção de pontes entre o saber ancestral e o técnico, entre o presente e o futuro. Este trabalho é uma defesa da legitimidade dos instrumentos políticos construídos por povos indígenas e uma contribuição para que políticas públicas e agendas climáticas reconheçam e respeitem nossas vozes.

Palavras-chave:

Gestão territorial e ambiental – terras indígenas – mudanças climáticas – povos indígenas.

Siglas

APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

ATAIs: Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas

CIMC: Comitê Indígena de Mudanças Climáticas

CIR: Conselho Indígena de Roraima

COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COP: Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

DGTA: Departamento de Gestão Territorial e Ambiental

FUNAI: Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GCF/TF: Comitê Regional da Força-Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEB: Instituto Internacional de Educação do Brasil

MDL: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MESPT: Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais

MMA: Ministério do Meio Ambiente

PGTA: Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

RCA: Rede de Cooperação Amazônica

TNC: The Nature Conservancy

UFRR: Universidade Federal de Roraima

UNFCCC: United Nations Framework Convention on Climate Change – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Sumário

Memorial	4
Introdução	15
- Percurso metodológico	17
- Estrutura da dissertação	21
CAPÍTULO 1. Planos de Vida nas terras indígenas em Roraima.	23
- Gestão territorial e ambiental: conceitos técnicos e concepções indígenas	28
- Os primeiros PGTA's	32
- Aprendizado e domínio	36
CAPÍTULO 2. Mudanças climáticas e políticas indígenas do conhecimento	40
- Chão das comunidades	42
- Espaços nacionais	55
- Espaços internacionais	60
CAPÍTULO 3. A experiência de uma metodologia integrada	68
- Estrutura, tempo e participação	71
- Condições de realização	75
- A dinâmica metodológica	78
- Manejo sustentável dos recursos naturais e crise climática	81
- Visões de futuro e mudanças climáticas	86
- Avaliando o processo	89
- Políticas de adaptação às mudanças climáticas	98
Algumas reflexões de fundo	103
Referências bibliográficas	113

Memorial

Meu nome é Sineia Bezerra do Vale, sou indígena do povo Wapichana, da região da Serra da Lua/RR. Minha trajetória profissional se iniciou há mais de 25 anos, quando comecei a trabalhar na minha organização de base, o Conselho Indígena de Roraima – CIR.

A minha vida no Conselho Indígena começa em 1992, quando meu tio Clóvis Ambrósio era o coordenador. Ele é irmão da minha mãe e, quando ele estava na coordenação, me convidou para trabalhar no CIR, mas eu não conhecia a organização. Eu era muito nova, de 17 para 18 anos, e tinha uma filha de 9 meses.

Eu aceitei o convite. Nessa época, o CIR ainda era uma casinha de madeira, um cercadinho de madeira. A organização estava começando a se estruturar ali, então eram poucas pessoas. Ele era o coordenador e tinha o vice. Tinha também a Valéria, sua filha, que trabalhava na parte de administração com ele, e eu fui ali aprender.

Eu via como as lideranças se movimentavam com o objetivo de buscar sempre a garantia do direito dos povos indígenas. Eu queria entender como era o trabalho e via que várias pessoas vinham e voltavam para as comunidades. Assim, fui entendendo que eram os conselheiros de rodízio. Na época, o CIR não tinha conta bancária, havia um cofre onde guardavam os projetos e os recursos para pagamento das pessoas. Então eu vi lideranças chegando ao CIR, como seu Jacir, ainda bem novo, que dirigia uma caminhoneta Toyota, descendo as Serras de carro.

Foi um momento que eu aprendi cada vez mais. Lembro-me de quando contrataram uma pessoa para nos ensinar como arquivar os documentos do CIR. Era o Alberto Keroni, que era italiano e estava na universidade em Boa Vista para dar esse curso de arquivamento para nós.

Naquele tempo não tínhamos muitos recursos. Eu lembro que íamos para a comunidade da Tabalascada, todo mundo, ele, o coordenador, a família dele, nós íamos para lá fazer farinha, para, depois, trazer para a organização, e passar um mês ali. Eu não ia para casa meio-dia porque o salário não dava para ir e voltar, então ficava por lá mesmo. Comia uma farinha, um beiju feito lá. Então a gente ficava por ali mesmo na organização, e eu fui cada vez mais me inteirando de como a organização funcionava, como era importante ter aquela organização.

Era um tempo bem difícil. Davam continuidade à luta pela demarcação das terras indígenas, principalmente a TI Raposa Serra do Sol, e eu ali, na parte da secretaria, sempre fiz

de tudo um pouco. Eu comecei a olhar como eram feitas as reuniões, como as lideranças vinham, e fui aprendendo. Chegou um tempo em que eles construíram o CIR, de tijolo. O tio Clóvis conseguiu um recurso para construir a sede do CIR.

Daí em diante, tudo foi melhorando em termos de trabalho. Quando comecei lá, eu tinha feito um curso de datilografia. Na época não tinha computador, então fiz um curso de datilografia para poder escrever os documentos. Lá havia uma máquina de escrever que a gente fazia os documentos e mandava cartas para os parceiros. Não era como hoje, essa facilidade que nós temos de internet e das redes sociais, não existia isso. Eu lembro que meu tio viajava para a Itália, quando voltava, às vezes, ele trazia as doações de roupas que davam para ele distribuir. Então, assim, a gente viu aquela organização crescendo, com parcerias básicas, e depois ficando mais forte.

Houve um tempo que eu precisei ir trabalhar na Diocese, porque o CIR estava meio fraco. Na época, o dom Aldo me acolheu lá e eu fiquei sendo secretária da Ana Paula Souto Maior, que era advogada lá, junto do doutor Edson. Eu ficava trabalhando ali, entendendo como a Diocese lidava com os povos indígenas em Roraima. E essa foi uma experiência muito boa que eu ganhei.

Chegou um momento que eu pedi para sair da Diocese. Lembro de ter passado o ano de 1997 todinho fora. Eu não estava nem no CIR nem na Diocese. Mas, no começo de 1998, eu fui chamada pelo padre Lírio para trabalhar num projeto que chamava “Secas e Queimadas”. Seria no CIR. Então ele falou que era para eu voltar, para eu fazer um curso de computação, pois haveria esse projeto. Eu me interessei, pensei “agora vai ter um computador, vai ter um curso de computação, eu vou fazer”. Fiz esse curso de computação e voltei para o CIR em 1998, nesse projeto chamado “Secas e Queimadas”.

Naquele ano, ocorreu uma queimada muito grande em Roraima, que atingiu a roça dos parentes causando vários problemas de saúde, principalmente nos povos da região do Baixo Cotingo. O projeto “Secas e Queimadas” era apoiado pela Oxfam, que enviou o Steve, do Canadá, e pela União Europeia, de onde veio o Mariano. Ambos trabalhavam no escritório com a gente. Além do padre Adalberto e do padre Alvino, na época, quem coordenava o CIR era o seu Jerônimo. Então ficamos ali trabalhando em regime de emergência. Todos os dias, a gente tinha uma hora para aprender o Excel, porque a gente tinha de controlar todas as cestas básicas que chegavam, todas as sementes que eram encaminhadas para a área. Então a gente tinha um

depósito onde fazíamos o controle de tudo, não podíamos perder o controle de nada. Esse projeto foi até 1999, e eu tive um aprendizado imenso na parte de comunicação visual de projetos.

Uma das atividades era ir até as comunidades ver se havia nascido roça, então eu ia com eles. Era engraçado porque o Steve tinha uns dois metros de altura e, quando andava, dava um passo e eu dava uma carreira, porque enquanto ele tinha dois metros de altura eu tinha um e meio.

Eu falava para ele, será se o carro passa nessa ponte? Ele falava que, se o carro caísse dentro do igarapé, nós não teríamos US\$ 5.000 para comprar outro, então nós tínhamos que ir de pé. Ele nos oferecia água, maçã, e a gente ia ver se as roças tinham nascido. Para mim foi uma experiência muito valiosa, porque desde sempre eu gostaria de ter feito uma faculdade de engenharia agrônoma ou algo nessa área ambiental. Eu queria essa área ambiental.

Em Roraima tinha uma escola que se chamava agrotécnica. Lembro de ver os alunos indo para essa escola, eles iam todos fardados de marrom e passavam o dia lá aprendendo a lidar com a questão da agricultura. Eu não podia estudar nessa escola porque eu precisava trabalhar um período e lá era integral, então eu só via e imaginava: “Bem que eu queria me formar nessa área para trabalhar na área ambiental”.

Foi um tempo muito bom o período em que trabalhei nesse projeto, pois trabalhar com as queimadas me despertou para a questão ambiental. No final do projeto, havia dois parceiros, um de uma organização da Itália, que era plantador de uva, e o outro era geólogo. Ambos estavam acompanhando um projeto emergencial de água, só que eles vieram na época de férias deles. Esse tempo terminou e eles me perguntaram: “Tu tens coragem de implementar o projeto? Nós vamos deixar pronto. Todos os croquis comprados, tudo pronto, pago, se você quiser fazer a implementação, a gente confia que você faz”.

Eu topava qualquer coisa, falei “com certeza, pode me dar aí o croqui que eu vou fazer a implementação desse projeto de água”. Então, ali no finalzinho de 1998 para 1999, eu segui para o Uiramutã. Às vezes, saíamos de Boa Vista com um caminhão carregado de canos para fazer a encanação de água lá no Uiramutã, colocamos dois cata-ventos lá. Eu fui para o Lilás puxar água para o Flechalzinho.

Mesmo sem nunca ter feito um curso sobre encanação, a gente fez, puxou essa água de cima da Serra com uma represa. Levei uma pessoa que entendia do assunto e eu fiz toda a montagem. Até hoje essa água está lá no Lilás, vem do Flechalzinho na região da Serra. Passei

pelo Maturuca com uma caixa de 5.000 L que o senhor Jacir tinha pedido, fui para o Anaro, também para fazer uma captação de uma fonte de água lá com duas caixas d'água, e terminei na Serra da Moça com a escavação de um açude, que era para irrigação, e fizemos ali, no centro da comunidade, vários ramais de água para abastecimento das casas que eles queriam implantar.

Para mim foi um desafio, mas também foi um aprendizado. Na época eu topava qualquer coisa, porque eu já tinha minhas duas filhas e a situação de morar na cidade e pagar todas as contas era muito difícil. Então, para mim, cada trabalho que vinha era uma porta que se abria. Quando chegou o final do projeto, eu falei para o padre Adalberto que queria sair do CIR. O padre Alberto falou: “Você tem para onde ir? Você tem outro emprego?” Eu falei que não tinha, mas que queria sair mesmo assim. Ele retrucou: “Só acho que não era bom você sair, porque vai vir um projeto de convênio da saúde”.

Esse seria um projeto grande. Eu já vinha trabalhando com meu tio Clóvis, que sempre foi a pessoa ponto focal para a questão da saúde em Roraima. Então, haviam conseguido emplacar esse projeto. Eles me chamaram para ser da parte administrativa, ser auxiliar administrativa, mas durante a conversa uma pessoa foi contra porque eu não era formada em administração. No entanto, eles conheciam o meu trabalho e sabiam que eu sempre gostei de fazer as coisas muito bem-feitas. E ali, naquele momento, o doutor Paulo Daniel, que na época coordenava essa parte da saúde, saiu dessa reunião muito zangado porque a pessoa que foi contra falou assim “Eu vou colocar no projeto um Departamento de Logística. Ele vai trabalhar com toda a parte de alimentação que vai para os pacientes e tu vai ter que fazer um curso de nutrição. Se passar no projeto, esse departamento é teu, ele é uma chefia com três auxiliares, está bom?”.

Eu não tinha muita esperança, mas fiquei aguardando. O projeto foi aprovado e fui contratada como coordenadora desse departamento. Então, a partir dali, eu mudei a chave, saí da parte dos projetos no CIR e fui trabalhar na parte da saúde, na área meio. Esse também foi outro aprendizado, porque eu trabalhava na parte logística, fazendo todo o trabalho de compra de alimentação tanto para os funcionários, que eram da área, quanto para os pacientes. Fiz um curso com a nutricionista para eu saber quantos gramas cada paciente iria comer; crianças com e sem mãe e desacompanhados, pessoas com doenças específicas. Eu aprendi muito! Até hoje,

no CIR, sou eu quem faz a quantidade de alimentação que vai para as reuniões. Eu tenho essa expertise porque eu aprendi nesse período.

Com um salário melhor nesse projeto da saúde, eu pensei em começar a cursar uma faculdade de gestão ambiental. Eu gostaria de trabalhar na área ambiental, então eu pagava minha faculdade, me desdobrava entre o trabalho, a faculdade e os trabalhos de campo. Às vezes eu estava dentro dos igarapés, aqui mesmo em Boa Vista, fazendo pesquisa para coletar dados. Eu consegui fazer esse curso de gestão ambiental e me formei na faculdade Cathedral, em Roraima.

Em 2006, eu me formei. Entre família e trabalho, sem nunca deixar de estar na organização do CIR e em todos os espaços da assembleia, mesmo trabalhando na saúde, eu montava o material das assembleias. O CIR virava uma gráfica, e eu fazia da capa do caderno ao crachá, eu sempre estava no movimento, ajudando para que as coisas acontecessem.

Eu vi as dificuldades que existiam para fazer as assembleias, as reuniões. Então eu queria sempre estar ajudando e estar lá perto. Quando me formei, fiquei aguardando. Eu queria muito trabalhar nas comunidades indígenas com a área ambiental, sempre foi a minha vontade.

Então eu conversei com o doutor Paulo, eu sabia que em 2009 o convênio da saúde seria encerrado. Pedi a ele que me liberasse para trabalhar como voluntária no CIR um turno por dia. Minha ideia era trabalhar na saúde pela manhã e à tarde eu gostaria de estruturar um departamento ambiental no CIR. Na mesma hora, ele me liberou.

Naquele momento, eu comecei. Tive conversas com o Marinaldo, que já era o coordenador na época, e ele permitiu que eu tivesse ali uma cadeira, um armário, e eu comecei a estruturar o departamento ambiental. Em 2009/2010, nós tivemos o primeiro projeto apoiado pela TNC, que contratava um gestor ambiental para formar agentes. Ser contratada foi a primeira conquista, e eu fiquei bastante feliz. Pensei, agora estou formada em gestão ambiental, serei contratada com carteira assinada para trabalhar como gestor ambiental, foi um marco muito importante.

A minha vida é pelo movimento indígena em vários espaços, em vários tempos, e sempre foi querer ajudar com foco na questão ambiental. Apesar de ter passado por vários momentos de projetos diferentes, de lugares diferentes, o que me motiva para estar até hoje na organização fazendo esse trabalho é que é muito gratificante você construir algo a partir do

zero. Não posso dizer a partir do zero, porque as comunidades e os povos indígenas sempre tiveram esse olhar para a questão ambiental, para a questão dos territórios. Ter essa oportunidade no CIR me dá a sensação de ter cumprido tudo que eu gostaria de ter realizado ali dentro.

Nessa caminhada, eu tenho certeza de que as pessoas também nos motivam e a gente nunca faz nada sozinho.

Em 2002, o Conselho Indígena de Roraima tinha laboratório com um sistema de informação geográfica para demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, depois esse laboratório parou. Quem trabalhava no laboratório era o Wilton, ele foi bem formado, era um parente makuxi. O Wilton saiu do laboratório e, quando eu comecei a formar os agentes ambientais, a Laudisseia e o Genisvan, da comunidade Maturuca, vieram estudar na cidade. Eles são netos do seu Jaci.

Como não havia recursos para pagá-los, eu comecei a chamar os dois para ir comigo, como voluntários, formar os agentes.

Algumas pessoas diziam que era errado, mas eu levava eles assim mesmo. Então a gente começou a ter uma relação de amizade, confiança e trabalho. O Genisvan era muito novinho, ele começou a ir comigo e se tornou monitor para a formação dos agentes ambientais. Nós dois também concluímos o curso no Ibama e viramos monitores para formar agentes ambientais.

Depois ele resolveu ir para Manaus estudar no CAFI, na COIAB, onde vários jovens indígenas também estudaram. Ele queria cursar geoprocessamento, que era oferecido lá. Conversamos com seu Jerônimo, no Boqueirão, e ele deu uma carta de recomendação para o Genisvan estudar no CAFI. Depois eu fui até Manaus para visitá-lo. e ele Nessa ocasião, ele disse que gostaria de estudar no Instituto Insikiran e me passou uma procuração para eu inscrevê-lo no vestibular.

Continuamos trabalhando juntos e, a cada vez, ele se especializava mais. O pessoal da TNC, a Luciana e o Reinaldo, fez a formação dele. Nesse momento, o departamento era eu e ele. A nossa equipe éramos nós dois. Nós fazíamos formação, logística, material. E ele sempre trabalhando ali, aprendendo. Nesse contexto, começamos a formar as brigadas comunitárias com nossos amigos do Prevfogo, do Ibama, que até hoje estão lá: o Parime, o Carlos, o James, a Marlene, a Janice, que são pessoas que sempre nos apoiaram. Eles sempre estiveram ao nosso

lado querendo nos ensinar para que nós pudéssemos formar os parentes. Passamos muito tempo formando brigadas comunitárias. Genisvan se tornou um instrutor de brigadas comunitárias e um brigadista. Fizemos um trabalho muito grandioso.

Poucas organizações tinham um sistema de informação geográfica, então o Genisvan foi se especializando na parte tecnológica dos mapas do ARCGIZ e incluiu seu conhecimento tradicional. Ele sempre fez o mapa que estava na mente dos parentes, era o mapa que estava na mente das mulheres, na mente dos jovens. Ele fazia isso se materializar na base cartográfica.

Ele conseguiu transferir os desenhos dos parentes para a base cartográfica. Um trabalho de dedicação total. Assim, o Genisvan sempre estava ali no departamento fazendo esse trabalho. A gente estava sempre produzindo os PGTAs, produzindo os Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Ele aprendeu a fazer os calendários etnoecológicos.

Ele me ajudava muito com isso, então foi uma pessoa que, ao longo da minha caminhada, contribuiu muito com o departamento e com o nosso crescimento profissional.

Todo esse trabalho trouxe um novo formato, uma nova dimensão para o departamento, desde trabalhar com drones e ter uma sala de situação até o reconhecimento de que, talvez, seja a única organização no Brasil que tenha um sistema capaz de monitorar as terras indígenas, fazer os PGTAs, ter os mapeamentos e estruturar um Atlas das Terras Indígenas no departamento ambiental.

E, hoje, com muita tristeza que eu falo sobre isso, porque neste ano mesmo ele se foi, e eu quero dizer que algum dia a gente vai se encontrar. Ele se foi e deixou uma lacuna muito grande. Eu sempre digo que só Deus pode curar o que está dentro de mim. É difícil chegar no departamento e olhar para o laboratório. Eu não vejo outra pessoa sentada ali fazendo mapas. Então, na nossa última reunião do Conselho Indígena de Roraima, eu propus que o nome do laboratório seja o nome dele, porque eu acho que é uma pessoa que contribuiu com toda a sua vida ali.

Hoje eu vejo um departamento estruturado, um departamento com dez pessoas trabalhando com projetos de implementação dos Planos de Gestão, para implementar muitas ações nas comunidades. Então o que naquele tempo estava começando, hoje é o principal, o carro-chefe do CIR é ter recursos para implementar outras ações de fortalecimento da

organização e das comunidades. Eu posso dizer que eu me sinto realizada de ter feito esse trabalho.

Nesse caminho ao longo dos anos, eu consegui acumular vários parceiros. Conheci muitas pessoas que sempre tiveram confiança no trabalho que eu fazia. Desde o projeto das “Secas e Queimadas”. Sempre fui bem recomendada para trabalhar em outros projetos, com todo esse arcabouço que eles trouxeram.

Ao longo desses anos, sempre tive o respeito da coordenação do CIR. Para mim, é importante que todos os coordenadores que passaram pelo CIR reconheçam o meu trabalho. Às vezes as pessoas perguntam qual é o segredo para estar há tanto tempo no CIR. Eu sempre fui uma pessoa muito centrada no trabalho. Eu levo comigo que a gente precisa ser apressado para ouvir e tardio para falar. Eu era muito apressada para ouvir e eu falava pouco, então eu sempre fui fazendo o trabalho, aprendendo.

Minhas experiências fora do contexto local e regional do CIR começaram por meio da participação em alguns eventos e reuniões. Eu estive presente numa reunião em Manaus realizada pela COIAB e, ali, tive o primeiro contato com o pessoal do Ibama, que veio falar da pauta sobre mudança climática, e lembro que quem trabalhava nessa pauta era a Natali, que hoje está no Instituto Talanoa. Com o pessoal do Ibama, houve uma reunião, da qual participei, para falar sobre a questão ambiental, dentro da questão do clima. Muito ainda sem saber, eu já estava interessada nessa pauta.

A primeira vez que eu estive em Brasília foi no acampamento Terra Livre. Era um lugar onde todo mundo dormia enrolado numa lona. Não havia toda a estrutura que tem hoje.

Em 2009, eu fiz minha primeira viagem internacional com destino ao Peru. A Sonia Guajajara me convidou para ir até lá com o objetivo de tratarmos sobre mudança climática. Antes de ir para o Peru, nunca tinha viajado para lugar nenhum. Fui sozinha. Consegui ir, chegando lá tinha uma pessoa me esperando no aeroporto. Depois, lembro-me de que a gente foi para muito longe, pegamos uma estrada que era depois das montanhas e fomos para um lugar que não era na cidade. Nesse lugar discutimos sobre REDD e mudança climática. Alguns anos depois, tive a experiência de estar na minha primeira COP, em 2011, na África do Sul, apoiada pelo IPAM. Desde então, tenho viajado o mundo dentro dessa agenda.

Desde 2011, coordeno e crio metodologias para a construção dos Planos de Vida ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental das TIs em Roraima. Hoje, estão todos consolidados. A construção de quatro deles ocorreu em apenas dez dias devido à nova dinâmica da metodologia de construção com as comunidades. O que nós fizemos foi materializar todas as ideias em um documento. Hoje temos 27 PGTA's ou Planos de Vida consolidados e oito publicados.

Também tenho construído junto às comunidades os Planos de Adaptação Indígena ou Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas a partir de uma experiência do primeiro plano construído com o apoio do antropólogo Alessandro Oliveira na região Serra da Lua, que me inspirou a continuar construindo essa ferramenta para demonstrar o conhecimento tradicional e a sua importância para a gestão dos territórios e os impactos das mudanças climáticas. Hoje estamos realizando o estudo do quarto plano.

Tenho representado os povos indígenas brasileiros em discussões regionais, nacionais e internacionais sobre adaptação e mitigação às mudanças climáticas. Com esse subsídio, desenvolvido a partir do chão das comunidades indígenas, e envolvida nas discussões internacionais sobre clima há mais de 13 anos, faço parte do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas - CIMC junto Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-APIB, uma das principais organizações de articulação de direitos dos povos indígenas do país, e a COIAB, a principal organização da Amazônia.

Em 2014, publiquei, com a ajuda do CIR, o livro “Amazad Pana’adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – região da Serra da Lua-RR” que sistematiza um longo processo de pesquisas colaborativas conduzidas por Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas – ATAI's em comunidades de três terras indígenas (Jacamim, Malacacheta e Manoá-Pium) da região da Serra da Lua, aferindo como as mudanças climáticas estão afetando a caça, a pesca e a vida social e cultural dos povos indígenas.

Atualmente sigo na coordenação e formação de Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas e brigadistas indígenas de Roraima. Fui Coordenadora da Câmara Técnica de Mudanças Climáticas do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Sou ponto focal para mudança climática da Rede de Cooperação Amazônica – RCA, tendo participado ativamente das Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima há quase uma década. Sou

vice-presidente do Comitê Regional da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas – GCF/TF, compo o Conselho Deliberativo do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, e sou membro da Comissão de Gestão de Florestas Públicas, instituída no âmbito do Serviço Florestal Brasileiro. Em 2021, fui convidada, pelo então presidente norte-americano, Joe Biden, a discursar na Cúpula de Líderes sobre o Clima, organizada pelos EUA. A voz, a experiência e a ciência indígena no enfrentamento ao aquecimento global foram ouvidas por diversos líderes globais. Em 2022, recebi o Prêmio Mulheres Brasileiras que Fazem a Diferença, concedido pela Embaixada e pelos Consulados dos EUA, que reconhece mulheres de destaque em todo o Brasil.

Todo esse contexto serviu de base para fazer o trabalho que desenvolvo hoje e, a cada vez que vou até as comunidades, sinto a responsabilidade de fazer meu melhor com o objetivo de ter retorno desejado. Isso foi o que sempre me motivou a ir, mas tinha de voltar. Eu acho que até hoje isso ficou, vamos dizer assim, impregnado em mim. Eu não sei falar de outras coisas a não ser do que eu posso oferecer para ajudar a organização e as comunidades. Tem gente que consegue sair e construir um novo espaço. Eu tentei fazer isso, mas até agora não consegui. Acho que fazer essa caminhada é uma coisa que já faz parte de quem eu sou, quando eu menos percebo, já estou falando de projetos para ajudar as comunidades.

Então, quando eu decidi cursar um mestrado, eu tinha a perspectiva de sistematizar essa experiência. Eu não tinha por que fazer um mestrado. Eu realizo todo esse trabalho junto aos povos de Roraima e consigo estar em todos os espaços sem ter um mestrado. Mas eu gostei de fazer esse mestrado do MESPT. Eu gostei do nome do curso, da grade curricular, porém, quem mais me incentivou a fazer o mestrado foram o Alessandro e o Daniel.

As pessoas diziam que eu servia de estudo para os outros. Diziam: “Olha, você serve de estudo, você faz tudo isso para as pessoas se formarem”, mas eu nunca levei isso muito em consideração. Para mim, entrava aqui e saía ali, porque eu sabia que as pessoas que eu sempre contei e sempre estiveram ao meu lado, sempre contribuíram para o trabalho que eu fiz e que eu faço até hoje. São pessoas que realmente têm um comprometimento com a causa e não encontrei, até agora, nenhuma pessoa que eu possa dizer: “Se aproveitou do meu trabalho”.

De toda forma, eu me atraí pelo nome, pela grade curricular do MESPT e decidi fazer o mestrado para escrever sobre o meu trabalho. Eu fiquei pensando, já tem tanta gente formada,

tanta gente com doutorado, e o Daniel e o Alessandro falavam, “Tem que fazer um mestrado, vai ser importante você sistematizar sua experiência”. Eu decidi fazer. E aqui está a minha dissertação.

Nesse meu trabalho no âmbito do MESPT, eu busquei elaborar uma sistematização da nossa experiência de construção de PGTAs em diferentes regiões indígenas de Roraima, considerando a importância de incluir a discussão e conter orientações relacionadas a ações de enfrentamento às mudanças climáticas. A intenção é ressaltar a necessidade de que os PGTAs contemplem o enfrentamento às mudanças climáticas em seu escopo. A questão principal abordada é como podemos, por meio dos PGTAs e de Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, contribuir com a sustentabilidade dos modos de vida dos povos indígenas em seus territórios e influenciar políticas públicas que fortaleçam e reconheçam esses modos de vida e a importância das terras indígenas.

Unificar os temas de gestão ambiental e territorial das terras indígenas com o enfrentamento às mudanças climáticas é fundamental para levar esse debate não apenas para as comunidades indígenas, mas principalmente para as instâncias que estão elaborando políticas públicas e são responsáveis por implementá-las, monitorá-las e avaliá-las. Acredito que, a partir da sistematização de uma experiência indígena em uma universidade, podemos ter mais incidência na agenda ambiental e climática do país e, ainda, conseguir dar visibilidade e amplificar a importância dos conhecimentos e modos de vida indígenas para a urgência climática já sentida por toda a humanidade.

Introdução

Há mais de dez anos, eu participo de espaços de discussões e de elaboração de acordos e políticas voltados para a gestão do território que envolvem o tema de mudanças climáticas.

Nesses encontros, geralmente, o protagonismo das falas e dos estudos apresentados é de pesquisadores e/ou representantes de países considerados altamente qualificados. E, em geral, tais representantes não são indígenas.

Mesmo o conhecimento tradicional dos povos indígenas tendo ganhado visibilidade em falas, relatórios de pesquisadores e acordos internacionais – como o Acordo de Paris, ter pesquisadores indígenas à frente desses espaços ainda é raro. Portanto, uma das minhas motivações para ingressar no mestrado foi poder sistematizar a nossa contribuição dos povos indígenas, principalmente os de Roraima, para as discussões que dizem respeito à gestão de nossas terras e das nossas vidas e uma contribuição ao tema global das mudanças climáticas.

Os Planos de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, comumente conhecidos como PGTAs, são importantes instrumentos de orientação e pactuação de acordos internos de um determinado território, organizado e elaborado pelos povos indígenas que ali habitam, de como irão realizar diversas atividades que visem ao fortalecimento da proteção e modos de vida daquela área, e também de orientação de execução de políticas públicas (FUNAI, 2013).

Os PGTAs devem expressar e destacar as ações já milenarmente realizadas pelos povos indígenas por meio de seus conhecimentos e práticas tradicionais, mas devem também trazer elementos de como novos desafios serão tratados no território. Atualmente os povos indígenas têm se colocado diante de vários novos desafios e ameaças à sua integridade física e ambiental, como: invasões de suas terras, retiradas ilegais de madeira, garimpo e mineração, incêndios e avanço do desmatamento promovido pela produção de monoculturas.

As mudanças no clima, como as grandes secas, chuvas fortes e enchentes, afetam diretamente a vida dos povos indígenas e já estão sendo relatadas em diferentes espaços. Na publicação elaborada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) em 2014, diversos impactos, principalmente na agricultura indígena, já eram relatados por moradores da região da Serra da Lua, em Roraima. Esta publicação foi desenvolvida para dar visibilidade ao que já está acontecendo com os povos indígenas sobre mudanças climáticas, além de ser instrumento para discutir quais serão – ou já estão sendo – as ações que as comunidades estão desenvolvendo para enfrentar essas mudanças ou as transformações do tempo como eles conhecem.

Ao participar de diversos encontros com povos indígenas de todo o Brasil, realizados por organizações governamentais e não governamentais sobre o tema de mudanças climáticas ao longo dos anos, também ouvi relatos de como essas mudanças têm afetado os modos de vida de muitos outros povos, configurando-se como uma ameaça atual para as nossas vidas.

Sendo o PGTA o instrumento para discutir o que está acontecendo nos territórios, poderiam nele ser incluídas orientações elaboradas pela comunidade de como enfrentar essas mudanças do clima que já estão afetando os seus modos de vida. O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas do Brasil (BRASIL, 2016) reconhece os PGTA's como essa ferramenta para o direcionamento de ações de adaptação junto aos povos indígenas.

Portanto, o objetivo do meu trabalho de pesquisa no mestrado é sistematizar a nossa experiência com os temas da gestão territorial e as mudanças climáticas ao longo da última década, com foco no processo de elaboração mais recente de quatro PGTA's em regiões de Roraima, nos quais desenvolvemos uma metodologia para incluir o debate e as orientações para ações de enfrentamento às mudanças climáticas na construção desses Planos de Gestão.

Essa é uma parte que, desde o início, deveríamos ter nos aprofundado nos planos elaborados com a assessoria do CIR, no entanto, estamos trazendo esse tema mais presente nesses últimos quatro planos que estão sendo construídos atualmente. A questão principal é como podemos, por meio dos PGTA's e de planos de enfrentamento às mudanças climáticas, contribuir para melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas em seus territórios.

Na região do Amajari, comunidade Araçá que sediou a elaboração dos PGTA's, foram realizadas reuniões/oficinas temáticas com duas terras indígenas: Sucuba e Truaru e regiões Amajari e Tabaió. Nas oficinas de sensibilização, tratamos, no tema de uso e manejo sustentável dos recursos naturais e a transformação do tempo, questões relacionadas às mudanças climáticas. No tema do Controle Territorial e Direito dos Povos Indígenas, também foram abordados aspectos das mudanças climáticas e da sua relação com direitos territoriais indígenas. Já no tema de Formações para a Gestão do Território, também tivemos um especialista em clima para ajudar a trazer essa discussão dentro de outras atividades que são feitas na terra indígena, por exemplo: na escola, na educação ou devido à questão da saúde das pessoas em decorrência dos impactos das mudanças climáticas.

A partir de uma perspectiva situada no trabalho com as comunidades, este estudo também considera um cenário nacional em que possamos ter políticas públicas implementadas para fortalecer as ações que os povos indígenas já fazem em seus territórios, em suas comunidades, sempre respeitando os direitos e modos de vida, da maneira que os povos se organizam. Entendo que há uma esperança de que as políticas de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, assim como as políticas de clima, sejam retomadas dentro do atual governo federal. Além da criação de novas instituições, como o Ministério dos Povos Indígenas-MPI, instruído para fortalecer e protagonizar as ações dos povos indígenas, é fundamental termos

mais espaços para discutir como as mudanças climáticas afetam nossas vidas e devem ser enfrentadas.

Espero que este trabalho possa contribuir para essas discussões, em especial para o aprimoramento dos instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, como os PGTAs, e para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, com o devido protagonismo e participação efetiva desses povos nesses processos.

- **Percurso metodológico**

Para desenvolver este trabalho de mestrado, optamos por seguir um percurso metodológico de sistematização de experiência, considerando que parto da minha atuação como coordenadora do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental dentro da minha organização de base, que é o Conselho Indígena de Roraima, com foco na última década de trabalho com PGTAs e o tema das mudanças do clima.

Esse tipo de aproximação, com foco na experiência de atuação acumulada nesse período, difere, portanto, dos procedimentos metodológicos convencionais de pesquisa acadêmica e de suas técnicas de produção de informações. Uma primeira diferença é que este trabalho não se baseou em uma “pesquisa de campo” com uma imersão em uma determinada realidade por um período de tempo delimitado.

No meu caso, como indígena do povo Wapichana e como gestora ambiental atuante na minha organização há três décadas, devo abordar a minha realidade a partir da minha prática de intervenção comunitária, isso significa que eu estou imersa na realidade que pretendo estudar há bastante tempo. No universo dessa trajetória, estou delimitando o trabalho específico na interseção entre as agendas de construção dos PGTAs em Roraima e a discussão sobre povos indígenas e mudanças climáticas que realizamos com as comunidades que participam do CIR na última década, com foco na experiência mais recente de integração desses temas para a construção de um instrumento de gestão que integra essas questões.

Para fundamentar esse caminho metodológico, o trabalho de Oscar Jara (2006), reconhecido sociólogo peruano que foi educador popular atuante junto a movimentos comunitários na América Latina, nos pareceu a fonte mais adequada para fundamentar a proposta. Esse autor desenvolveu uma perspectiva sobre o que é “sistematizar experiências” que representa uma base adequada para o tipo de trabalho que estou desenvolvendo.

Um primeiro aspecto destacado por Jara é compreender o que é a sistematização de experiências, suas relações e diferenças quanto às atividades de avaliação e de investigação científica. Embora possam e devam estar conectadas com a sistematização, essas atividades têm características próprias que precisam ser consideradas no processo de sistematização de experiência. Sistematizar é uma prática específica e tem, entre suas principais características, ao mesmo tempo, não se reduzir a uma avaliação de balanço de custos e benefícios no desenvolvimento de uma ação e se opor a uma orientação positivista da produção científica, por isso mesmo configurando uma alternativa metodológica aos procedimentos convencionais, principalmente nas ciências sociais e na pesquisa qualitativa de caráter interdisciplinar, intercientífica e de caráter intercultural.

Com a sistematização, busca-se uma compreensão mais detida do próprio trabalho de uma organização, almeja-se produzir conhecimentos teóricos a partir da prática para poder aperfeiçoá-la e favorecer intercâmbios, o diálogo intercultural e influenciar políticas públicas.

No caso da minha investigação, o objeto é a experiência de integração do tema das mudanças climáticas na construção de PGTAs, logo, essa proposta metodológica será adaptada às particularidades desse contexto específico de realização, que é o dos povos indígenas que participaram desse processo de construção dos PGTAs na região do Amajari, região do Tabaió, TI Sucuba, que fica na região Alto Cauame, TI Truaru, que fica na região do Murupu.

Dentre as definições de sistematização, algumas posições destacam seu papel na reconstrução ordenada da experiência, considerando as suas condições de realização, as situações particulares, as ações escolhidas, as percepções dos participantes e os resultados alcançados, sem perder de vista as tensões e contradições inerentes a qualquer processo social complexo, como é o caso das relações entre os povos indígenas com seus territórios no cenário político contemporâneo.

Por outro lado, a sistematização também pode ser um processo de produção de conhecimento a partir da experiência, que articula teoria e prática, podendo gerar contribuições para o aperfeiçoamento da prática e também contribuir para o conhecimento teórico, científico e acadêmico existente sobre o assunto. Para Jara:

“Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela busca penetrar no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraíndo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria.” (Jara, 2006, p.24)

Nesses termos, entendemos com Jara que a sistematização é uma interpretação crítica da experiência que só é possível a partir da sua ordenação e reconstrução do processo vivido. Como uma interpretação, pode revelar a lógica que conduz o processo e os principais fatores que concorrem para sua realização, demonstrando a relação entre eles. Assim, a sistematização pode converter-se em um objeto de estudo e gerar novos conhecimentos da prática concreta e não se reduzir a simples narração, descrição, classificação e ordenamento de informação sobre uma experiência. Ela se situa no terreno intermediário entre a descrição e a teoria, não podendo ser reduzida a nenhum desses polos.

Essa perspectiva metodológica nos parece interessante porque permite nos diferenciar claramente das propostas que partem da “definição de um marco teórico”, seguindo um esquema tradicional da investigação social. É comum encontrar esse marco reduzido a um conjunto inicial de citações de autores, referências bibliográficas e uma lista de palavras com suas respectivas definições técnicas e conceituais ou de dicionários.

Em um caminho diferente, aqui, o fio condutor é a prática, buscando interpretá-la e torná-la comunicável para que seja um trabalho efetivamente útil a novos processos e mudanças em determinadas estruturas. É nesse sentido que a sistematização, no caso da minha proposta, também vai além da avaliação da experiência. A avaliação é um componente importante do processo interpretativo porque permite identificar os fatores que contribuíram para chegarmos aos resultados alcançados diante do cenário anterior e, sobretudo, considerar o aprendizado adquirido no processo, configurando um fato educativo.

Já a pesquisa abarca outros processos e estruturas que interferem na experiência concreta, possibilitando um exercício crítico que amplia a interpretação da prática direta, no caso da minha proposta, será preciso considerar diferentes escalas de incidência política e de negociações que concorrem para a realização do meu trabalho de base local.

Argumento, portanto, que sistematização, avaliação e pesquisa são combinadas no desenvolvimento do meu trabalho de mestrado. No meu caso, o processo de sistematização tem como fundamento uma perspectiva própria dos povos indígenas diante da temática que eu pretendo evidenciar como uma contribuição ao conhecimento técnico e acadêmico produzido sobre a gestão territorial e o tema das mudanças climáticas.

Em termos de ordenamento do percurso metodológico, o caminho percorreu cinco passos:

- A) O ponto de partida.
- B) As perguntas iniciais.

- C) Recuperação do processo vivido.
- D) A reflexão de fundo.
- E) Os pontos de chegada.

Cada um desses momentos da investigação contém elementos específicos de atenção e atividades, por meio das quais eu procurei compor este trabalho. Dividi esse percurso em duas etapas, conforme o esquema abaixo.

1ª Etapa		
Momentos	Elementos-atividades	
A) ponto de partida	1. Ter o registro das atividades -relatórios, imagens, mapas, desenhos.	
B) As perguntas iniciais	1. Para quê sistematizar essa experiência 2. Delimitar a experiência 3. Definir o eixo da sistematização (aspectos principais)	
C) Recuperação do processo vivido	1. Reconstruir a história do processo 2. Ordenar e classificar a informação	
2ª Etapa		
D) A reflexão de fundo	Sintetizar e interpretar a experiência de integração PGTAs e Mudanças Climáticas	- Localizar as condições, os principais fatores, contradições e tensões do processo.
E) Pontos de chegada	Formular uma interpretação crítica sobre o tema a partir da experiência concreta	- Gerar Produto final do mestrado

Essa é uma organização lógico-formal do trabalho. Ao longo do processo, em alguns momentos, as atividades se sobrepuseram e se influenciaram mutuamente.

- Estrutura da dissertação

A partir desse esquema metodológico, esta dissertação está estruturada em três capítulos. No **primeiro capítulo**, compartilho a trajetória de construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) nas terras indígenas de Roraima, a partir da minha atuação no CIR. Resgato o histórico de luta das comunidades pela demarcação de seus territórios e a forma como os PGTAs passaram a ser apropriados como instrumentos legítimos de planejamento, organização interna e diálogo com o Estado. Apresento ainda como, ao longo do tempo, fomos adaptando a metodologia original a uma abordagem própria, construída entre nós, que chamo de metodologia “de parente para parente”, e que tem nos permitido fortalecer a autonomia e o protagonismo das comunidades.

No **segundo capítulo**, sistematizo nossa experiência com o tema das mudanças climáticas, desde os primeiros alertas nas comunidades até a construção de estudos de caso e planos de enfrentamento baseados nos conhecimentos tradicionais. Mostro como essa atuação, enraizada no chão das terras indígenas, também alcançou os espaços nacionais e internacionais, nos quais venho atuando há mais de uma década. Esse capítulo reflete sobre a importância dos nossos saberes no enfrentamento à crise climática e sobre como construímos, a partir deles, uma política indígena do conhecimento que fortalece nossa voz e presença nos grandes debates sobre clima.

No **terceiro capítulo**, relato em detalhes a experiência inovadora de elaborar quatro PGTAs em apenas dez dias, integrando de forma estruturada o tema das mudanças climáticas nesses instrumentos. Descrevo como organizamos o processo metodológico, logístico e político dessa construção intensiva e coletiva, os aprendizados que emergiram e as inovações que consolidamos. Essa experiência demonstrou que, com base no conhecimento acumulado das lideranças e na confiança entre os participantes, é possível produzir planos legítimos, profundos e prontos para gerar incidência política e articulação com políticas públicas.

Para concluir, nas reflexões de fundo, retomo minha trajetória e os sentidos deste trabalho, reafirmando que nossos Planos de Vida – os PGTAs – e os Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas são fruto da sabedoria dos povos indígenas, construídos a partir das nossas realidades. Defendo que políticas públicas para povos indígenas só serão eficazes se forem construídas com nossa participação efetiva e baseadas no diálogo com nossos mecanismos próprios. Reflito também sobre o papel fundamental da tradução intercultural

como prática de mediação entre o chão das comunidades e os espaços técnicos e institucionais, sem perder a identidade dos nossos modos de viver e resistir.

CAPÍTULO 1. Planos de Vida nas Terras Indígenas em Roraima

Para abordar a nossa experiência com a gestão territorial e ambiental nas terras indígenas das Serras e lavrados de Roraima e o tema das mudanças climáticas, considero importante começar delimitando o percurso de construção de PGTAs pelo CIR com as comunidades iniciado em 2011. Ao recuperar esse processo neste capítulo, destacarei alguns aspectos do movimento de apropriação de uma metodologia que nos permitiu, ao longo do tempo, ter o domínio dessa ferramenta e as condições de fazer as mudanças necessárias para torná-la uma metodologia que eu chamo “de parente para parente”.

Para compor isso é importante recuperar uma linha do tempo das nossas lutas históricas em defesa dos nossos direitos territoriais. Essa luta das comunidades para que os territórios fossem consolidados por meio do reconhecimento como terras indígenas pelo Estado brasileiro levou bastante tempo e muitos sacrifícios. Atualmente, quase todas as terras indígenas em Roraima estão demarcadas, mas ainda enfrentamos questões de direitos, como as terras indígenas que foram demarcadas em ilhas. Hoje, são, pelo menos, 21 pedidos de ampliação e três terras indígenas que ainda não estão demarcadas. Elas são reconhecidas, mas ainda estão no processo de demarcação.

Então, em certo sentido, a gestão territorial não começa agora. Os povos indígenas sempre tiveram seus planos, seus modos de cuidar dos seus territórios. Um Plano de Ordenamento Territorial, no sentido de um plano de como eles queriam o território. Mas do ponto de vista da interação com o Estado e com diferentes atores externos aos territórios indígenas, a gestão territorial aparece primeiro nessa busca do direito territorial dos povos indígenas em Roraima, que foram se organizando ao longo dos últimos 54 anos.

Um momento importante dessa luta foi a demarcação contínua da TI Raposa Serra do Sol, que engloba quatro regiões muito extensas. Se olharmos para tudo o que as lideranças planejaram sobre como seriam essas regiões, nós encontramos o trabalho intenso das mulheres, dos jovens e das lideranças para consolidar a terra como uma área de referência para várias questões que se desdobram na gestão do território.

Ao longo do tempo, estruturou-se uma organização política interna que contribui muito para olharmos hoje essa gestão que está sendo feita. Então ali foram constituídas várias pessoas, como vaqueiros, parteiras, capatazes, toda essa parte de transferência de conhecimento aconteceu por meio dos pajés e das mulheres com a sua sabedoria na medicina tradicional. Eles organizaram as comunidades com os conselheiros da região, os tuxauas, que foram os coordenadores regionais. E toda essa composição de política interna não estava escrita, ela foi sendo criada e organizada para dizer como eles queriam fazer a gestão do território, por meio dessas pessoas que foram se consolidando como lideranças em busca do direito e de mostrar essa forma de fazer gestão com o próprio conhecimento, com a própria maneira de se organizar. Isso está em todas as terras indígenas em Roraima. A gestão territorial como pensamos hoje, portanto, faz parte dessa referência do trabalho das comunidades e das lideranças em prol da terra indígena.

Com o passar do tempo, essa forma de organização interna foi se consolidando por meio de práticas como o Projeto do Gado, fundamental para a retomada dos nossos territórios. Quando olhamos para esse ordenamento territorial, vemos como eles se organizaram com esse projeto, repassando, por exemplo, uma quantidade de gado para cada comunidade com o objetivo de que elas pudessem também ter recursos para as reuniões comunitárias e regionais. O gado ajuda na compra de materiais, a suprir necessidades e na geração de renda. Isso foi um experimento para saber como eles poderiam realizar a gestão desses territórios. Isso reflete uma organização política e cultural das comunidades e uma visão de como lidar com a terra.

Essas discussões vêm sendo feitas em reuniões e assembleias, nas quais debatemos algumas questões: como vamos cuidar da terra? Quais são as ameaças? Quais são as potencialidades? Onde tem os lugares sagrados? Realizar esse ordenamento territorial e fazer gestão de tudo isso requer esse conhecimento dos territórios e dos direitos. Tal saber a respeito dos territórios, quem tem são os próprios povos indígenas que moram em cada uma dessas terras indígenas.

Então, eu entendo que o tema da gestão territorial passa por todo esse histórico que os povos indígenas têm construído em Roraima, por essa luta incessante que resultou, principalmente, na criação da organização do Conselho Indígena de Roraima. Em 1971, foi realizada a primeira assembleia geral dos tuxauas na região do Surumu, que deu origem ao nome da organização: Conselho Indígena do Território Federal de Roraima – CINTER, nos anos 1980 mudou para CIR – Conselho Indígena de Roraima. Nossa organização tem como

missão principal a luta pelos direitos dos povos indígenas em Roraima, pelo direito à mãe- terra e à vida.

Atualmente, o CIR está organizado em 11 regiões: Serras, Surumu, Tabaio, Amajari, Baixo Cotingo, Alto Cauamé, Murupu, Wai Wai, Serra da Lua, Raposa Serra do Sol, cada região tem o seu coordenador regional, coordenadora de mulheres e de jovens e os tuxauas das comunidades. O mapa a seguir mostra essa territorialidade da organização:

daquilo que os povos indígenas precisam para seus modos de vida nas terras indígenas, tanto no sentido da nossa reprodução física quanto cultural. Isso reflete hoje, por exemplo, na escassez da água e da madeira para construção de casas, na limitação de acesso a lugares considerados sagrados e nos recursos naturais.

Como fazer a gestão do território se temos muitas faltas devido a demarcações erradas? Esse é um desafio enorme que nós enfrentamos.

Por exemplo, a Terra Indígena Serra da Moça, no verão, fica praticamente sem água, porque o igarapé nasce dentro de uma fazenda que tem várias atividades de piscicultura. Na Terra Indígena Boqueirão, eles querem aumentar o plantio de roça, mas a terra foi demarcada muito pequena e há uma população em crescimento. Hoje, eles precisam delimitar onde e quantas linhas colocam de roça, então tudo isso faz parte dos desafios da gestão desses territórios.

Desde 2011, estamos construindo esses planos. Nesse cenário, temos atualmente 27 PGTAs feitos com a coordenação e assessoria do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do CIR e todos já foram implementados de alguma forma, ainda que pontualmente. Alguns PGTAs foram construídos e estão sendo implementados com poucos recursos, além deles, há outros PGTAs que foram bem programados em termos de recursos, porque eram terras grandes, e conseguimos que alguns projetos fossem implementados diretamente nessas terras.

Estamos agora em um período de revisar alguns deles porque, desde quando começamos a construção dos Planos de Gestão, já se passou mais de uma década e as demandas mudam e aumentam. Começamos a revisão pelos PGTAs da Terra indígena Serra da Moça e da Terra Indígena Mangueira, Boqueirão. Estamos fazendo essa revisão com a parceria com o Instituto Insikiran, da Universidade Federal de Roraima – UFRR, que está conosco por meio do curso de gestão territorial desde o início desse processo.¹

Agora, refletimos como podemos criar uma metodologia para facilitar o trabalho das lideranças para revisão de planos, porque nós entendemos que os planos não são do CIR, são das comunidades, nós levamos essa metodologia para ajudá-las da maneira como elas querem

¹ Para uma reflexão sobre o papel do Insikiran na formação indígena para a gestão territorial, ver Rosar (2023).

revisar. Se eles querem retirar ou colocar alguma demanda, se eles querem trocar o nome, revisar todo o plano é uma decisão deles.

- **Gestão Territorial e Ambiental: conceitos técnicos e concepções indígenas**

Quando olhamos para o tema Gestão Territorial e Ambiental e como esse assunto passou a fazer parte do nosso cotidiano, seja dentro da nossa organização, estruturando nossas ações; ou dentro das assembleias, direcionando o planejamento do movimento indígena; dentro das comunidades, nas atividades conduzidas pelo nosso departamento; ou na nossa incidência nacional em busca de uma política pública para os nossos territórios, deparamo-nos com espaços de interação muito diversos. Nesses diferentes contextos, lidamos com situações de encontros e desencontros entre compreensões a respeito do que estamos falando quando tratamos de Gestão Territorial e Ambiental e as terras indígenas.

A terminologia PGTA tem a ver com o diálogo com as políticas públicas e, por isso, faz parte de um conjunto de conceitos e termos técnicos que são utilizados na formulação e implementação dessas políticas, na definição de instrumentos e mecanismos de interação entre órgãos de governo e os povos indígenas. Sabemos que, para a efetividade das políticas públicas, é necessário existir um acordo básico sobre o sentido desses conceitos a fim de evitar conflitos técnicos ou políticos que comprometem o envolvimento das diversas instituições envolvidas.

No Brasil, em 2012, foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, resultado de uma articulação dos povos indígenas e de diferentes setores do governo federal e da sociedade civil, que garantiu a participação indígena na formulação dessa política desde a sua concepção técnica, passando por uma série de consultas regionais até a minuta do decreto que instituiu essa política pública (Oliveira, 2011). Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental se tornaram o principal instrumento de articulação entre as realidades específicas dos povos e terras indígenas com a PNGATI, embora a construção desses planos tenha uma história que antecede a criação da política nacional.

A construção de Planos de Gestão ou Planos de Vida é uma atividade de planejamento que já vinha sendo realizada por povos indígenas e suas organizações em diferentes contextos nacionais na América Latina. No Brasil, pelo menos desde 2007, esses planos começaram a ser adotados como uma ferramenta por povos indígenas do Acre e, na sequência, por povos

indígenas do Oiapoque, no Amapá. Com a criação da PNGATI, a construção de PGTAs ganhou espaço nas agendas das organizações indígenas de todas as regiões do Brasil e hoje já existem centenas de PGTAs publicados.

Do ponto de vista dos órgãos públicos que direcionam suas ações para os povos e territórios indígenas, os PGTAs são importantes para guiar a implementação da PNGATI em uma linha de respeito à autonomia política e cultural dos povos indígenas, suas demandas e prioridades. Cada uma dessas palavras tem sentidos específicos para determinados setores técnicos e representam suas concepções a respeito do que deve ser a gestão do território e do meio ambiente. Como outros estudos já mostraram (Little 2006; Barreto Filho e Correia 2009), existe uma variedade muito grande de significados atribuídos a essas palavras entre indigenistas e ambientalistas.

De fato, “gestão” é uma palavra estranha para os povos indígenas porque vem de outra forma de olhar para as relações com o território e com o ambiente. Essa outra perspectiva toma o território e o meio ambiente como algo que é possível ser gerido, administrado, controlado pelos seres humanos por meio de números, metas, balanços, que vão sendo fixados e expressam um domínio calculado sobre o mundo. Essa ideia é muito diferente das nossas concepções de mundo, nossas cosmologias. Mas, como observei acima, em certo sentido, os povos indígenas sempre fizeram a “gestão” dos seus territórios, embora essa gestão sempre tenha sido feita pelas nossas concepções e práticas, que formam nossas múltiplas territorialidades. Se entendemos que a territorialidade envolve a percepção e abrange as práticas e as relações culturais estabelecidas, nas quais cada povo se apropria do território e estabelece relações com seus diferentes ambientes e com outros grupos (Galloys, 2004), é possível olhar para nossas práticas históricas como formas de fazer gestão territorial.

Contudo, a “gestão” aparece para nós em um contexto histórico específico, de territórios delimitados como terras indígenas, no nosso caso, a maioria delas bem menores do que eram os nossos territórios antes da invasão colonial. As terras são menores e muitas partes importantes ficaram de fora, além disso, estamos acompanhando a população crescer e as demandas por espaços, por exemplo, para fazer roças, aumentarem. Nossas lideranças, mulheres e jovens também estão relatando o que está acontecendo dentro das terras indígenas. A abertura de estradas, a chegada de energia elétrica 24 horas e de internet estão provocando transformações culturais, trazendo benefícios mas também criando situações novas que preocupam as comunidades. As pressões externas sobre nossos territórios nunca param. Mesmo

com as demarcações de limites e a presença de placas da Funai indicando nossos territórios como “terras protegidas”, enfrentamos diferentes tipos de invasões territoriais todos os dias.

Nesse cenário, a “gestão” aparece como um universo novo de estratégias para lidar com esses desafios, que envolvem organização e planejamento para estabelecer acordos de uso do território e conservação dos recursos naturais, além de medidas para determinar o controle político sobre esses espaços pensando no presente e no futuro. Nesse sentido, a “gestão” aparece como um campo técnico complexo, que envolve um vocabulário específico e se organiza em uma dinâmica de ciclos, etapas, com instrumentos e recursos financeiros, agendas da administração pública e seus ritmos burocráticos.

Mas a gestão territorial não deve ser resumida a essa dimensão técnica, administrativa e burocrática, ela pode ser entendida como um processo que apresenta novos elementos que devem ser incorporados dentro das nossas próprias lógicas de territorialidade, reconhecendo que nós temos nosso próprio ordenamento territorial e dando continuidade ao trabalho feito pelas nossas lideranças históricas. Ou seja, o desafio é articular as nossas territorialidades para orientar a gestão territorial e não o contrário.

Buscamos imprimir nossos valores, nossas formas de organização e as especificidades de cada comunidade indígena nesse universo da “gestão”, dando um significado próprio para essa palavra. No início dos anos 2000, realizamos o “I Seminário Etnoambiental Indígena de Roraima”, quando nossas lideranças reforçaram suas posições sobre o caráter diferenciado das terras indígenas no debate de políticas públicas de gestão ambiental e dos recursos naturais, especificamente na interface com o sistema nacional e a Política Nacional de Meio Ambiente na época. Já em 2010, quando realizamos o “I Seminário de Construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos Povos Indígenas de Roraima” em diálogo com a Funai, o MMA e a TNC, começamos a estabelecer as bases e linhas gerais de um ordenamento territorial e ambiental das terras indígenas em Roraima. Então, para nós, a ideia de debater esse ordenamento sempre esteve em primeiro plano quando discutimos as prioridades de cada etnoregião visando um “Plano de Manejo Territorial e Ambiental, o Desenvolvimento Sustentável e a Segurança Alimentar nas Terras Indígenas de Roraima”.

O ordenamento territorial, nos termos de Little (2006), é uma “manifestação da vontade” que visa estabelecer uma organização do espaço territorial enquanto a “gestão territorial” implica mais uma administração, um gerenciamento do território, nesse sentido,

estamos sempre atuando com a intenção voltada para o ordenamento territorial como manifestação autônoma dos nossos povos quanto aos seus territórios. A gestão é parte disso.

Junto à palavra gestão, a diferença entre “territorial” e “ambiental” também não faz muito sentido para nós, povos indígenas. O território não é separado do meio ambiente e o meio ambiente não existe para nós sem o território. Portanto, nós utilizamos essas palavras e damos a elas sentidos próprios para as nossas realidades com o objetivo de garantir nossos direitos e a continuidade dos nossos modos de vida e nossa relação diferenciada com a mãe-terra, nossos conhecimentos e nossas formas históricas de fazer nosso ordenamento territorial, como descrevi anteriormente. Mas essa não é uma tarefa fácil.

Quando estamos nos espaços comunitários, o uso dessas palavras pode ser uma barreira na nossa atuação. Esse é um problema de comunicação intercultural que apresenta muitas dificuldades. Uma dessas barreiras, certamente, é a questão da língua, porque o português foi um idioma imposto pela colonização e nós tivemos de aprender a usá-lo para nos defender e lutar por nossos direitos. As comunidades indígenas que vivem em Roraima contam com muitas pessoas políglotas, mas a diferença de idiomas também é uma marca da nossa diversidade e da nossa resistência ao processo cultural de dominação linguística.

Essa diferença linguística é apenas a superfície de diferenças mais profundas entre nossas concepções de mundo e as que essas palavras representam. Isso nos coloca o desafio de realizar um trabalho permanente de tradução. O mesmo que acontece com a “gestão territorial e ambiental” acontece com as “mudanças climáticas”, e tratarei disso no próximo capítulo. Porém, neste momento, é importante destacar que eu vejo assim: este trabalho tem uma parte técnica mas também uma parte política, que é fazer a mediação entre conhecimentos e realidades em diferentes contextos de interação e situações de poder. Como observou Oliveira (2017), os termos e as maneiras de organização e compartimentalização do conhecimento técnico são formas de olhar a realidade muito diferentes daquelas do cotidiano e do pensamento das nossas comunidades indígenas. Como Oliveira também observou, para nós, a elaboração dos Planos de Vida não se resume a uma estratégia racional diante da burocracia estatal. Os Planos de Vida representam as memórias, as expectativas e os desejos das mulheres, dos jovens e das lideranças do lugar onde vivem.

Ao mesmo tempo que adotamos essas palavras, destacamos como elas são limitadas, porque separam muito mais do que juntam as ideias, enquanto para nós tudo está relacionado. Por exemplo, o manejo dos recursos naturais, a proteção do território e a formação de pessoas para cuidar do território. Como eu pretendo mostrar mais adiante, essa diferença tem a dimensão dos significados das palavras, mas também tem uma implicação metodológica nos ritmos da condução dos processos de construção dos PGTA's.

Na prática nós compreendemos os PGTA's como um Plano de Vida dos povos indígenas, é o plano de vida da comunidade, das lideranças, é o plano de vida de mulheres e jovens, inclusive das crianças. Esse plano é um plano de sonhos. Quando um Plano de Gestão Territorial e Ambiental é montado, coloca-se no papel a vida dos povos indígenas, aquilo que sempre esteve na cabeça dos povos indígenas, a maneira como eles se organizaram na luta pela terra, a estrutura da comunidade, os postos de saúde, as escolas, o trabalho dos professores e professoras, tuxauas, capatazes, vaqueiros, brigadistas, operadores de direito, agentes territoriais e ambientais indígenas, das conhecedoras de plantas medicinais, das parteiras, das agricultoras. São vários agentes sendo formados permanentemente para fazer a gestão do território (cuidar da mãe-terra), seja para enfrentar ameaças que estão vindo de fora das terras indígenas para dentro delas seja quanto às questões internas, como planejar os usos do território ou a questão cultural. Portanto, o trabalho é estabelecer uma interação entre essas concepções dos povos indígenas e esses termos técnicos sem perder a nossa autonomia de decidir sobre como nós queremos viver e como imaginamos o futuro dos nossos territórios.

- Os primeiros PGTA's

No caso de Roraima, antes da estruturação de uma Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas e da disseminação de instrumentos de gestão, como o PGTA, as comunidades indígenas já vinham discutindo as potencialidades das diferentes regiões. Em 2010, foi decidido entre as lideranças que faríamos um seminário na região das Serras, no Centro Maturuca, com a participação de mais de 400 lideranças para discutir sobre os potenciais das terras indígenas.

Começamos a nos perguntar: “Que potencial tem a região da Raposa? É melancia? Que potencial tem a região da Serra da Lua? É a farinha? Que potencial tem a região das Serras? É o gado?”. Nesse seminário, essas questões foram discutidas com as lideranças para saber como

poderíamos tratar do potencial dessas regiões, porque Roraima tem uma circulação de informações muito negativa sobre as terras indígenas. As notícias que ganham a mídia, na maioria das vezes, reportam problemas e conflitos, como a retirada de arroteiro, problema de garimpo, problemas internos, e não temos uma repercussão das potencialidades.

Então, nesse seminário, com ampla participação das lideranças, contamos também com a participação de organizações parceiras. Dentre essas organizações, estavam o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB e a The Nature Conservation – TNC, que nos apresentaram os Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Nós, do CIR, não conhecíamos o que eram esses planos, como fazê-los. No contexto desse seminário surgiu a proposta de construirmos dois planos, para servirem como referência e para sabermos se era um instrumento que daria certo. Então, ali nesse seminário, as lideranças aprovaram que nós faríamos dois Planos de Gestão: o primeiro plano no centro Maturuca, na região das Serras, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e o outro Plano de Gestão seria na Terra Indígena Jacamim, na região da Serra da Lua, que é uma área de lavrado e de transição para a floresta, situada na fronteira com a Guiana. Então, tínhamos dois pontos bem distintos, um na região das Serras, quase na fronteira com a Venezuela, e outro na fronteira com a Guiana, uma região dos Wapichanas e outra região que predomina os Macuxis.

Começamos um processo de fazer parcerias. Fizemos um termo de cooperação com a Funai para a construção dos Planos de Gestão. Vieram recursos para pagar um consultor que viria a Roraima e começamos a fazer os Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

Houve uma primeira reunião em Roraima entre o consultor e os representantes das duas regiões para explicações sobre o que seria o plano de gestão. Essa primeira oficina ganhou o nome de “oficina de sensibilização”. Servia para todos saberem o que era um plano de gestão. Nós não tínhamos noção, nem as comunidades, do que era um PGTA. Eu já tinha ouvido falar nos Planos de Gestão do Acre, que foram os primeiros a serem construídos, mas não tínhamos noção de como eles eram feitos. Então, na primeira oficina, pudemos perceber que todas as informações, para além da metodologia de como essas informações iriam para o papel, vinham da terra indígena. Elas vinham das lideranças, das mulheres e dos jovens.

Nessa reunião de sensibilização também foram convidados alguns órgãos públicos, porque esse plano seria também um mecanismo de implementação de políticas públicas. Naquele momento, eu fiquei observando muito o Carlinhos, que era o consultor enviado para

nos guiar nessa discussão. Ele e a Roselis, da TNC, foram nos mostrando, falando um pouco da política que estava se consolidando no Brasil, a PNGATI.

Depois dessa oficina de sensibilização, fomos para os territórios indígenas. Havia um roteiro de três oficinas temáticas estruturadas como um esqueleto montado pelo consultor, em que, a cada oficina, nós preenchíamos esse esqueleto com as informações das comunidades. Fizemos a primeira oficina de “manejo sustentável dos recursos naturais” na região das Serras. A proposta era que a comunidade pudesse organizar toda essa discussão de como eles faziam o manejo dos recursos naturais, reunir esses conhecimentos e também identificar algumas soluções para aquilo que eles traziam como demanda. Da mesma forma, foi a Jacamim para saber o que era o manejo sustentável dos recursos naturais e trazer as suas demandas ali dentro. Participaram homens, mulheres e jovens.

O facilitador tinha um papel muito importante na condução das discussões. Ele orientava cada passo das discussões e utilizava técnicas de participação diferentes para cada momento. Em algumas etapas, os participantes eram incentivados a fazer as conversas em grupos menores e sistematizar os encaminhamentos por meio da escrita em cartazes. Um aspecto muito importante da metodologia era o uso de desenhos para expressar as visões de futuro de jovens, mulheres e homens sobre a terra indígena. Diferentemente da sistematização escrita nos cartazes, com essa dinâmica de desenho, as pessoas que não sabiam ler nem escrever em português tinham oportunidade de se expressar pelo desenho.

Para nós, não saber ler e escrever não era um problema. Nós, povos indígenas, temos lideranças que, mesmo sem saber escrever, são bibliotecas vivas. Então, essas pessoas terem feito parte daqueles momentos de construção foi fundamental.

Depois foi a vez da oficina sobre controle territorial, na qual começamos a trabalhar um pouco do ordenamento territorial. O recurso metodológico principal para guiar a discussão eram os mapas. Chamávamos de mapas de ameaças internas e externas, então eles falavam dos problemas que aconteciam dentro e em torno da terra indígena. Isso permitia o debate sobre como essas questões convergem e quais eram as demandas para lidar com esses desafios do ponto de vista dos direitos indígenas em diálogo com as políticas públicas. Nessas discussões, eram definidas algumas questões internas que não deviam sair, ficavam nos acordos nos quais eles mesmos resolviam esses problemas.

Os mapas construídos nessas oficinas seguiam para o laboratório de SIG do CIR e eram integrados nas bases cartográficas para termos pontos exatos daquilo que eles estavam desenhando, identificando, como onde há Projeto do Gado, onde há retirada de madeira, as invasões, assim, conseguimos ver onde tudo isso estava acontecendo.

A terceira oficina era dedicada à formação para gestão. Nessa oficina eram verificadas as formações que já existiam nas terras indígenas, seja formal ou alternativa, que eu não gosto de chamar informal, porque na formalidade indígena essas formações são valorizadas, apesar de não passarem pela academia ou pela escola. Então nessa oficina identificamos o que havia de formação dentro dessas terras indígenas.

Nesses dois primeiros PGTAs, encontramos muito dessas formações. Nós temos professores, agentes de saúde, parteiras e os capatazes. Quando terminava a lista de formações e quem havia se formado, se a educação escolar, a diocese ou a própria comunidade na transferência de conhecimento, nós tínhamos um quadro da educação para a gestão territorial.

Depois vinham as demandas: “O que precisamos mais?” “Nós temos gado, precisa de veterinário, não tem ninguém formado. Nós estamos aqui na luta pela terra, precisamos de um advogado. Se não temos, precisamos formar médico indígena”. Então, identificamos o que já existia de formação para a gestão do território e o que precisava avançar nessa frente de luta.

Finalizado esse percurso, realizamos a última oficina de pactuação, reunindo todos os parceiros da sociedade civil e do governo para mostrar o resultado e conquistar apoio para a implementação desses planos. Foi nessa linha que os dois primeiros PGTAs foram construídos.

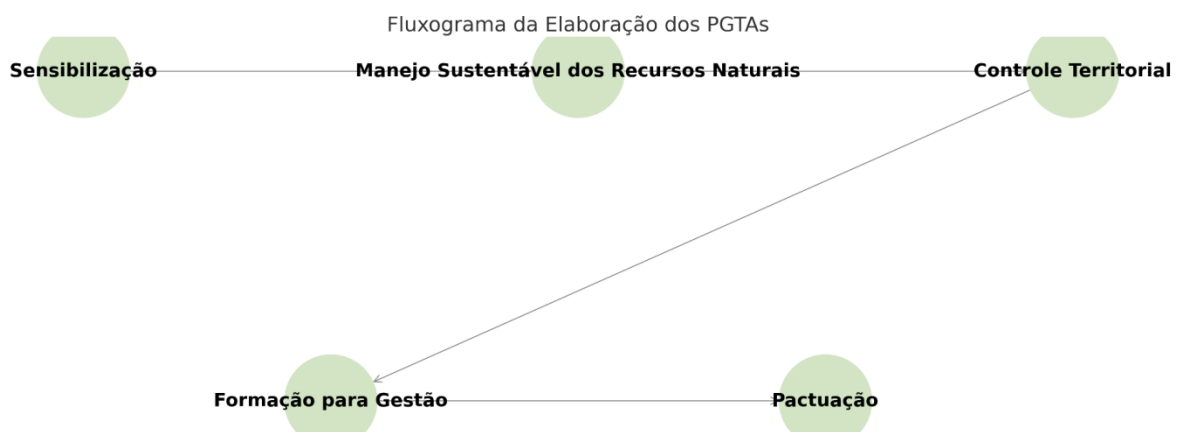




Figura 1 - Capas dos dois primeiros PGTAs.

- **Aprendizado e domínio**

Com a construção dos dois primeiros PGTAs em Roraima seguindo a metodologia e o trabalho de facilitação desenvolvido pelo consultor, aprendemos como construir esse instrumento de gestão territorial. Naquele momento, não havia muitas pessoas envolvidas no Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do CIR. Eram basicamente eu e o Genisvan, especialista no sistema de informação geográfica. Assim mesmo, eu pude ver ali o valor daquele processo metodológico e que poderíamos nos apropriar dele de uma forma mais nossa.

Percebemos que as informações não vinham de fora para dentro. Elas estavam lá nas comunidades. Então, a partir desses dois PGTAs, começamos a construir outros. Revisei o material olhando o que era feito pelo consultor e fiz adaptações. Percebi que eu mesma poderia fazer a facilitação dessas oficinas. Assim, ganhamos mais confiança das lideranças quando éramos nós mesmos, facilitando para que elas pudessem construir os seus Planos de Gestão.

Por exemplo, em alguns mapeamentos, as comunidades decidiram não colocar os lugares sagrados ou questões ligadas ao trabalho dos pajés no papel. Na facilitação feita por nós mesmos, essas discussões eram mais tranquilas de serem realizadas sobre informações que devem ser restritas. Passava ali conversando do nosso jeito. Esse foi um aprendizado, principalmente, que eu chamo de aprendizado “de parente para parente”, porque falar de parente para parente é bem diferente da comunicação entre uma pessoa não indígena e um indígena. Um dos pontos era esse, o da confiança de construir juntos o que tinham como sonho.

A cada PGTA que íamos construindo, esse aprendizado se tornava mais forte e fomos nos apropriando dessa metodologia com as comunidades. Assim, alguns PGTAs começaram a ter formas diferentes dos dois primeiros conduzidos pelo consultor. Um fator determinante nesse trabalho é a disponibilidade de recursos financeiros. Os PGTAs nunca tiveram muitos recursos para serem elaborados, então, todos esses processos foram colocados em prática graças a parcerias que estabelecemos, principalmente com a Funai, o Insikiran e outros aliados do CIR.

Ao longo dos anos, pude observar que, pela falta de recursos, outro aspecto do trabalho que poderia ser ajustado era a questão do tempo. Era muito demorado construir um PGTA. No início, entendíamos que deveria ser assim mesmo, com intervalos de dois até três meses entre uma oficina e outra. Mas isso fazia com que construir um PGTA, às vezes, levasse até dois anos para ser concluído. Outra dimensão importante no fluxo de construção dos planos é o fator político das questões internas das próprias comunidades. Em alguns contextos, havia comunidades que não se comunicavam e elas precisavam construir o plano juntas, o que tornava essa aproximação um desafio. É possível dizer que esse processo foi um aprendizado mútuo das comunidades e da equipe do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do CIR.

Considerando esses fatores de recursos, de tempo e de articulação política para construir os PGTAs eu comecei a pensar na possibilidade de como construirmos esses planos de maneira mais rápida. A primeira experiência foi na construção do PGTA do Baixo Cotingo na Raposa Serra do Sol e Serras. Propomos também no caso do PGTA da TI Wai-Wai, mas não foi possível porque o parceiro não achou viável que várias reuniões acontecessem de uma maneira concentrada. Ainda assim, eu segui imaginando. Eu revisava toda a documentação que era construída com as comunidades e pensava: mas nada vem de fora da terra indígena, tudo está lá, com as lideranças, o que temos de fazer é ouvi-las e sistematizar essas informações.

Eu comecei a imaginar uma dinâmica que envolvesse uma média de 100 a 150 pessoas e pudesse construir um PGTA mais rapidamente, porque o nosso problema não é construir, é um plano que já está na cabeça das lideranças. Então, tomei a decisão de levar essa ideia para a coordenação do CIR, e eles aprovaram. A proposta seria construir em dez dias os últimos quatro PGTAs que faltavam das comunidades que integram o CIR.

Algumas pessoas ficaram receosas, se perguntando se aquilo daria certo. Nós tínhamos o recurso e, então, eu arrisquei. A ideia era levar representantes das comunidades das regiões do Amajari, TI Sucuba, TI Truaru e da região do Tabaio – e reunir 250 lideranças na Terra Indígena Araçá, durante dez dias para construir o PGTA no mesmo formato que nós construímos em um ano e meio. Esse foi o momento também de inovar nos temas das oficinas e do próprio instrumento.

Não precisava ter o mesmo nome de Plano de Gestão Territorial e Ambiental, poderia mudar esse nome, mas sempre deixamos uma ressalva sobre o que é um Plano de Vida para as pessoas que não conhecem a realidade dos povos indígenas. Ou seja, para fora, para as políticas públicas, nós estamos falando de Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Esse é um trabalho de tradução entre o que as comunidades decidem de acordo com a sua política interna e o que os PGTAs comunicam com os diferentes atores externos com os quais os povos indígenas podem dialogar.

E essa foi uma experiência desafiadora porque eu apostei não só a minha experiência e dedicação para fazer os outros PGTAs em dez dias, mas também apostei no recurso que nós tínhamos para construir esses PGTAs. Nessa aposta pudemos ver eles construírem um PGTA em dez dias. Então, para mim, isso é uma inovação no tempo de construção da informação, poderíamos chegar com uma metodologia mais dinâmica de reunir as lideranças, as mulheres e os jovens e construir com eles esse planejamento.

“Como vocês querem a Terra Indígena Araçá daqui a 30 anos? Como vocês querem a região do Tabaio daqui a 50 anos? O que vocês imaginam para o futuro?” E conseguimos, em dez dias, construir esses quatro PGTAs, com os nomes das oficinas diferentes, o nome do PGTA diferente. Isso foi um aprendizado e, mais uma vez, me senti realizada de conseguir mudar.

Olhando para essa experiência, compreendo que em tudo o que vamos trabalhar, principalmente com os povos indígenas, não há uma única maneira “sempre fez quadrado, vai ser quadrado”. Não, podemos ouvir as pessoas, podemos fazer retângulo, podemos fazer

triângulo. E nós conseguimos trazer o que os povos indígenas querem realmente falar, o que querem dizer por meio das suas demandas. Sabendo que dentro desses planos não temos tudo mensurado, por exemplo, em relação aos recursos, há coisas que são internas. Discussões internas que não demandam recursos nem demandam alguém de fora para resolver essas questões internas.

No próximo capítulo, eu apresento nosso percurso de atuação com o tema das mudanças climáticas, perpassando a atuação local-regional no chão das comunidades e a participação em diferentes espaços nacionais e internacionais do debate sobre povos indígenas e mudanças climáticas. Procuo destacar como os conhecimentos tradicionais indígenas são estratégicos para a nossa incidência política nessas arenas. Por meio de uma política indígena do conhecimento, conseguimos avançar em diferentes temas e ocupar posições estratégicas em diferentes níveis de inserção.

CAPÍTULO 2. Mudanças climáticas e políticas indígenas do conhecimento

As mudanças climáticas representam um grande desafio para os povos indígenas, pois seus efeitos estão impactando diretamente nossos modos de vida em nossos territórios. Grandes incêndios, ondas de calor, alterações nos padrões de chuva e enchentes já são uma realidade para nós. A manutenção dos direitos territoriais indígenas, juntamente ao reconhecimento e à incorporação dos conhecimentos tradicionais nas estratégias de adaptação das mudanças climáticas, é fundamental para a resiliência dos nossos modos de vida nesses cenários de crise climática generalizada e uma contribuição decisiva para a humanidade como um todo.

Para se adaptar às mudanças climáticas, os povos indígenas no Brasil têm desenvolvido diversas estratégias que passam por uma compreensão própria dessa realidade, que é construída a partir de seus conhecimentos tradicionais, da formulação e a implementação de seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental, que se desdobram em ações de conservação ambiental e recuperação de áreas arruinadas por grandes secas, grandes incêndios ou inundações, passando por projetos de sustentabilidade alimentar que fomentam o manejo de recursos naturais, além das ações de vigilância e proteção territorial. No entanto, essas iniciativas precisam ser acompanhadas por políticas que assegurem os direitos indígenas, apoiem essas iniciativas e promovam ações de mitigação e adaptação climática em nível nacional e internacional, intervindo efetivamente nos setores que mais contribuem para o cenário crítico que estamos vivendo. Sabemos que a queima de combustíveis fósseis em escala global e o desmatamento de terras para o plantio de monoculturas e a criação de gado, no contexto brasileiro, são as principais atividades responsáveis pela emissão de gases, principalmente CO₂, que estão na base do problema climático.

Este capítulo apresenta a sistematização da nossa experiência com o tema das mudanças climáticas. Meu objetivo é observar como a experiência do CIR, centrada no chão das comunidades de Roraima, foi se construindo ao longo da última década em uma articulação entre espaços local-regional, nacional e internacional, o que permitiu criarmos um fluxo de informações e incidência política. Esse movimento tem mostrado alguns resultados, apesar da contramarcha no âmbito das políticas públicas brasileiras no governo de Jair Bolsonaro, que dissolveu a participação indígena em conselhos, comitês e câmaras técnicas da administração pública.

Nessa movimentação entre o local e o internacional, os conhecimentos tradicionais desempenham um papel crucial em como atuamos politicamente, porque eles são fontes de estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas, oferecendo caminhos para a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais. Esses saberes, acumulados por gerações, fornecem uma compreensão detalhada dos ecossistemas locais e podem contribuir significativamente para que os objetivos das políticas para o clima sejam alcançados. Outro aspecto importante é a articulação do conhecimento tradicional com as ciências e tecnologias modernas como estratégia para avançar nessa agenda, pois combina uma abordagem adaptada às realidades locais e, ao mesmo tempo, conectada com o que temos de mais atualizado em termos de conhecimento científico e tecnológico. Atuando nessas interfaces, desenvolvemos, ao longo do tempo, uma política indígena do conhecimento (Oliveira, 2017), isto é, um conjunto de ações, discursos e práticas por meio dos quais afirmamos, valorizamos e lutamos para manter nossos modos de conhecer, nossos modos de nos relacionarmos com o ambiente e seus recursos naturais em face de conceitos e categorias que vêm de fora. Essas políticas envolvem processos de resistência e reorganização de saberes tradicionais, pelos quais buscamos um reconhecimento que não seja colonizador ou assimilacionista e possam contribuir para a defesa de seus direitos territoriais e culturais. Nossas políticas do conhecimento também se manifestam na elaboração de estudos próprios sobre o tema das mudanças climáticas, no diálogo permanente com atores externos e na construção de redes de apoio que possibilitem a negociação de nossas próprias visões de mundo e de gestão territorial e ambiental, vinculadas à nossa cultura e ao nosso modo de vida. As políticas do conhecimento dos povos indígenas, portanto, compreendem esse conjunto orientado para a comunicação intercultural, vista como um processo complexo que não se reduz a simples transferência de significados ou à tradução literal de conceitos, mas como uma negociação constante, na qual os termos utilizados podem ser reinterpretados, deixando de ser obstáculos para se tornarem elementos de uma postura diplomática.

- Chão das comunidades

Da mesma forma que já fazíamos a gestão do território anteriormente à organização deste trabalho como “Planos de Gestão”, o tema das mudanças do clima já aparecia nas falas de lideranças indígenas antes de o assunto ganhar a relevância e projeção que tem hoje nos espaços políticos, na mídia, na ciência e na política internacional. Contudo, até 2010 não

tínhamos aprofundado muito nesse tema, mesmo começando a identificar como os efeitos dessas mudanças já eram percebidos pelas lideranças, pelas pessoas nas comunidades.

Eu me lembro de que naquele ano tivemos o primeiro alerta, e ele veio da região da Serra da Lua, encaminhado pelo coordenador regional, senhor Simeão. Ele trouxe uma demanda para o Conselho Indígena de Roraima sobre a questão das mandiocas. Elas haviam cozinhado dentro da terra e o pessoal da comunidade queria saber o que estava acontecendo porque eles nunca tinham visto nada igual. Nessa época ainda estávamos estruturando o Departamento de Gestão Territorial e Ambiental, e o senhor Simeão nos procurou para saber que resposta nós podíamos ter naquele momento. Ficamos um pouco apreensivos, porque nós também nunca havíamos trabalhado sobre isso.

Nós não tínhamos nada muito certo, se estávamos tendo menos ou mais inverno ou verão. O que realmente poderia ter acontecido?

A partir desse momento, demos início a essa experiência com o tema das mudanças do clima, começando pelo desenvolvimento de estudos próprios sobre o assunto, que servem de base para a elaboração de planos de adaptação local e regional, o que nos levou também a participar de diferentes espaços de discussão, em âmbito nacional e internacional, sobre as mudanças climáticas.

Naquele contexto, o Conselho Indígena de Roraima já tinha participado de alguns encontros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima – UNFCCC, realizados anualmente para reunir representantes dos países-parte, para negociar acordos e soluções para os problemas ambientais por meio do nosso Departamento Jurídico, com a presença da então advogada da nossa organização, Joenia Wapichana. Nesses eventos, conhecidos como Conferências das Partes – COPs, nossa representante fez conexão com uma organização indígena sediada nas Filipinas, chamada TEBTEBBA, criada para defender os direitos, o desenvolvimento sustentável e a autodeterminação dos povos indígenas nas arenas internacionais de discussões sobre direitos humanos em espaços das Nações Unidas, como o fórum permanente sobre as questões indígenas.

Essa organização também funciona como um centro internacional para políticas de pesquisa e educação para os povos indígenas. Nesse campo, a TEBTEBBA tem uma linha de atuação que busca melhorar as capacidades indígenas para a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas apoiando pesquisas sobre sistemas de conhecimento tradicional para o

manejo e a governança de ecossistemas, mapeamento de políticas nacionais e de direitos indígenas, além de planos e programas de organizações parceiras sobre os recursos naturais na sua relação com as mudanças climáticas.

Como estávamos estruturando o Departamento de Gestão Territorial e Ambiental dentro do CIR, eu assumi a parte de estar à frente da questão ambiental dentro da nossa organização. A TEBTEBBA já tinha uma linha de apoio ao Departamento Jurídico na época, então nós remetemos uma consulta se poderiam apoiar algo na parte ambiental.

Em resposta a essa pergunta, eles se mostraram interessados em nos apoiar, principalmente em estudos sobre as mudanças climáticas no país e na Amazônia. Uma pesquisa desse tipo, em escala nacional e macrorregional, era uma coisa muito grandiosa e avaliamos que não teríamos condições de pegar um projeto tão grande, que cobriria toda a Amazônia, para dar uma resposta sobre essa questão do impacto das mudanças climáticas.

Oferecemos uma proposta de estudo sobre uma das regiões que integram o CIR. Era a oportunidade de darmos uma resposta mais ampla e consistente para a região Serra da Lua a respeito do que estaria acontecendo com as mandiocas, que têm um papel central nas nossas culturas, pois é a base da alimentação indígena e dá origem ao principal prato da culinária regional, que é a damorida, feita com a farinha, peixe e pimenta. Da mandioca também se faz o beiju, tira a goma, faz o caxiri ou pajuaru, que são bebidas tradicionais, sendo, portanto, fonte de uma infinidade de produtos alimentares e de cultura.

Então fizemos essa proposta a essa organização, que aceitou e apoiou o nosso projeto de começar a fazer esse estudo na região da Serra da Lua. Isso deu origem ao nosso trabalho com o Alessandro, hoje professor do MESPT, que na época estava fazendo sua pesquisa de doutorado com o povo Wapichana que vive na terra Jacamim. Começamos a fazer esse trabalho juntos na Serra da Lua. Ele conheceu bastante os parentes wapichanas e conseguiu montar uma metodologia construída conosco, olhando como a região se organiza e como poderíamos gerar um estudo feito pelos próprios parentes indígenas. Ele conseguiu nos ajudar a ter uma metodologia para que começássemos a fazer esse estudo, que era coordenado pelo Departamento Ambiental do CIR do qual eu estava à frente, mas eram os Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas - ATAIS das comunidades que estavam na área mesmo fazendo todo esse trabalho.

Começamos os estudos com os ATAIS da Terra Indígena Jacamim, depois ampliamos para as terras indígenas Malacacheta e Manoá-Pium. Na formação dessas equipes de pesquisa, nos empenhamos para incluir as mulheres indígenas, entendendo que a contribuição do olhar delas era importante também como pesquisadoras do tema. Dentro do projeto, havia bolsas para esses agentes, que não era um pagamento, mas um incentivo por eles deixarem suas roças, seus afazeres, para trabalhar nas pesquisas.

Então essa era uma oportunidade de compreender, ao mesmo tempo, o que a ciência e os meios de comunicação estavam falando sobre as mudanças climáticas, uma possibilidade de construir um entendimento próprio dos povos indígenas sobre essa expressão e de como esse grupo estava sendo treinado como pesquisadores indígenas. Nossa proposta era que eles trouxessem esse subsídio, para podermos ter informações, como eu insisto sempre, para dentro e para fora. Seria possível dar uma resposta para eles mesmos e apresentar proposta que pudéssemos levar para outras instâncias e, assim, retornar com ajuda para lidar com o que estava acontecendo naquelas áreas.

Nós estávamos desenvolvendo uma política indígena do conhecimento para dentro e para fora, valorizando internamente nossos conhecedores e nos fortalecendo com nossos próprios conhecimentos para intervir nos espaços nacionais e internacionais onde se constroem políticas climáticas.

Para fazer todo esse trabalho, construímos um desenho de pesquisa que envolvia uma formação introdutória sobre o tema, treinamento em técnicas de pesquisa e acesso a determinados equipamentos para registrar as informações, como computadores, máquinas fotográficas, aparelhos de GPS e gravadores de voz. Nesse percurso vivenciamos situações engraçadas, porque a Serra da Lua é uma região que tem comunidades situadas bem perto da cidade, com as quais conseguimos dialogar muito bem porque eles já entendem bem o idioma português e interagem mais com esse “mundo dos brancos”, mas tem algumas comunidades que são distantes da capital, ficam na fronteira com a Guiana e a Venezuela, onde muitas pessoas falam português, mas outras falam apenas o wapichana e o inglês ou falam apenas inglês e não têm muito contato com as pessoas e as coisas das cidades no Brasil. Esse é o caso das comunidades que vivem na Terra Indígena Jacamim. Ali entre eles, naquela época, era uma novidade ter uma câmera fotográfica, um aparelho de GPS ou um computador portátil. Durante o percurso, houve um pesquisador indígena que perdeu a câmera porque a colocou no bolso da camisa e simplesmente a esqueceu ao ir tirar água do poço. O equipamento caiu lá dentro do

poço. Algumas vezes, perdemos registros e precisamos repor câmeras para continuar as pesquisas, porque era uma experiência nova para algumas pessoas envolvidas.

Nós fomos juntando essas tecnologias disponíveis com o conhecimento tradicional para tentar compreender como as mudanças do clima estavam impactando aquelas comunidades. Nas três terras, nós trabalhamos com a construção de mapas com apoio do Genisvan, nosso técnico de informação geográfica. Propomos também a construção coletiva de calendários ecológicos, e os pesquisadores fizeram entrevistas com diferentes perfis das comunidades, envolvendo as pessoas mais experientes, pajés, parteiras, lideranças, professores, tuxauas, agentes de saúde, enfim, todas as pessoas que integram e representam os conhecimentos tradicionais das comunidades, para ouvir suas impressões sobre isso que denominamos em português como mudanças climáticas.

Com os calendários, começamos a ver que as mudanças estavam acontecendo de diferentes formas porque eles expressam o tempo de plantar, tempo de colher, como essa e outras atividades são guiadas pelas constelações, pelo canto dos pássaros, e outras informações foram sintetizadas nesse instrumento. O que está representado e descrito nos calendários é um conjunto de informações valiosas, de histórias importantes, da vivência daquilo que eles estavam observando. E os povos indígenas, quando eles observam, eles guardam na sua mente. Então, como pergunta geral da pesquisa, nos propusemos a entender como eles observavam o que estava acontecendo com o clima nos últimos 20 anos. Essas duas décadas foi um parâmetro para registrar as percepções das pessoas de diferentes idades, mas, sobretudo, daquelas mais vividas que poderiam retroagir mais tempo na memória, trazendo relatos desde 30, 40, 50 anos atrás de recordações sobre como era o clima e se ele estava realmente mudando.

Muitas pessoas foram entrevistadas. Para isso, preparamos um roteiro de diálogo para orientar os ATAIS, mas sempre dizíamos para não se prenderem às perguntas e ao roteiro porque o tempo do povo indígena é outro. O tempo indígena de conversar é diferente, os mais velhos precisam ter confiança de falar com você. Ele não vai contar uma história se ele não tiver confiança. Por isso, a pesquisa feita pelos próprios ATAIS era a melhor opção para um trabalho como este. Um estudo realizado pelos próprios indígenas conversando entre si, porque os mais jovens têm a confiança dos mais velhos. Eles são filhos daquelas comunidades, netos daquelas comunidades, então eles conseguem trabalhar melhor fazendo as pesquisas.

Chamamos esse trabalho de estudo porque os povos indígenas, de maneira geral, em Roraima e na Serra da Lua, em particular, não gostam do nome “pesquisa” em razão de uma longa história de pesquisas feitas por pessoas de fora que não trouxeram retornos e até mesmo experiências de pesquisas que foram feitas com o interesse de usar os conhecimentos tradicionais sem qualquer negociação de repartição de benefícios.

Mas eles gostaram do nome “estudo”, então nós estávamos fazendo um estudo sobre a questão do clima, e, assim, eles produziram várias respostas e informações a partir desse roteiro. Eles entrevistaram, por exemplo, mulheres que trabalhavam com a medicina tradicional e ouviram como isso já estava impactando as plantas com as quais elas fazem os remédios, houve também o relato de parteiras sobre os efeitos do clima nas gestações, nos partos e nos cuidados com as parturientes, o pessoal das roças relatou como isso afetava o modo como eles estavam plantando e colhendo alimentos. Eles mostravam sinais de que já estavam sendo impactados também nas atividades de caça e de pesca. Muitos entrevistados traziam percepções de que as águas tinham aquecido e os peixes regionais estavam sumindo. Então, ouvir todas essas pessoas dava acesso ao que eu chamo de doutores indígenas, que pela vivência na comunidade têm uma conexão direta com a água, as plantas, as estrelas. Sabemos que tudo isso é uma ciência indígena que não se constitui do dia para a noite, é uma vivência e uma observação que vêm dos conhecimentos ancestrais indígenas.

Nesses estudos, nós também buscamos trazer uma perspectiva própria das mulheres por meio da dinâmica de um calendário do cotidiano, das rotinas diárias dessas mulheres retratando a vivência delas, a rotina desde a hora que acordam e vão para a roça buscar a mandioca, fazem a comida para os filhos, buscam água, até o fim do dia, quando preparam o jantar da família. Com esses calendários da mulher, revelamos que elas têm uma sensibilidade muito grande para observar o impacto das mudanças climáticas desde a hora que fazem a comida até a hora que vão para a roça buscar mandioca, pimenta, nesses momentos, elas estão observando o que está acontecendo, se o rio encheu, se o rio secou, então, na rotina da mulher, percebemos que é muito sensível o trabalho científico feito no dia a dia.

Então, com essa experiência na região Serra da Lua, tivemos o primeiro estudo de mudança climática do nosso estado feito na perspectiva dos povos indígenas. E isso resultou não somente numa publicação, mas em um Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Demos esse nome e isso tem uma história interessante. Eu me lembro muito bem que, durante

esse trabalho, eu vim a Brasília para uma reunião em que falava-se muito de “adaptação às mudanças climáticas”.

Nesse encontro, havia representantes de diferentes povos indígenas de várias partes do Brasil. Em um determinado momento, durante a apresentação de um cientista, um dos indígenas levantou e disse: “Eu não quero mais participar desta reunião, porque eu não quero me adaptar às coisas dos brancos, eu não quero me adaptar. Eu quero viver como eu vivo”.

Eu fiquei preocupada naquele momento, fui atrás desse parente e perguntei por que ele não gostava de falar sobre essa palavra. Ele me disse: “Olha, para mim essa palavra nos remete que nós temos que nos adaptar as coisas dos outros”. E eu falei para ele que não era nesse sentido que estávamos falando ali, porque muitas vezes já estamos nos adaptando e não estamos vendo. Às vezes moramos na beira de um rio, se o rio não seca mais, vamos ter que mudar, vai ter que ir subindo para a outra margem, porque não vamos conseguir viver naquele lugar. Se você planta na vazante, e o rio não seca mais, vai ter que começar a plantar no seco, e isso é algo que vamos precisar aprender. Então ele começou a entender o que era adaptação, mas falou: “Pois é, mas nós enfrentamos o problema do nosso jeito”.

Eu voltei para Roraima com isso comigo, e o Alessandro já tinha na cabeça também essa questão de falar de enfrentamento, porque ele havia entendido um pouco a política do movimento indígena de Roraima escutando lideranças nas assembleias, reuniões regionais e nos encontros internos das comunidades. Eu vejo que as duas coisas se uniram ali. Ele falava de Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas e nós pensávamos, baseados nas nossas lutas, que nós não queremos nos adaptar, nesse sentido, de nos conformar, nós queremos enfrentar! Nós queremos enfrentar as mudanças climáticas! Então o nome ficou assim: “Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas”. Eu acho que esse foi o primeiro plano indígena de enfrentamento às mudanças climáticas elaborado no Brasil.

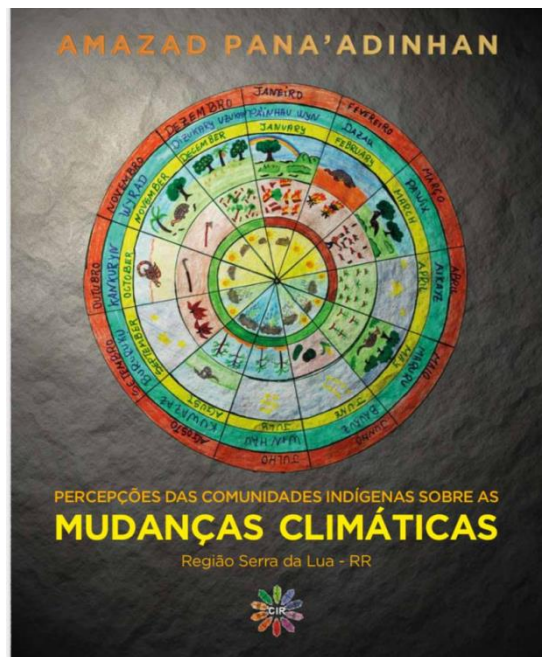


Figura 2: Capa do primeiro estudo de caso e Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

Como apresentamos na introdução deste documento, o objetivo central dos estudos de caso foi trazer uma amostra dos conhecimentos tradicionais das comunidades da Serra da Lua como uma contribuição ao debate sobre o tema das mudanças climáticas. Nesse trabalho permanente de tradução, encontramos, junto dos AT AIS, responsáveis pelas pesquisas e pela sistematização do plano de enfrentamento, uma expressão em idioma Aruaque, falado pelos Wapichanas e que serviu como ponte. A palavra *Amazad* pode ser entendida como um termo que significa o “mundo”, o “tempo”, e, simultaneamente, pode significar “espaço”. *Pana’adinhan* refere-se à mudança, à transformação. Nas narrativas indígenas, a expressão ganhou um sentido abrangente e remete às transformações do tempo percebidas pelos mais experientes nas últimas décadas. Nesse sentido, *Amazad Pana’adinhan* é uma expressão em língua aruaque, de um entendimento compartilhado durante a produção dos estudos de caso, quando definimos como mudanças climáticas as transformações do tempo e do espaço durante os ciclos anuais do clima, em particular a intensificação das duas estações principais, de seca e de chuva, ou verão e inverno, vistas sob o prisma dos conhecimentos e práticas tradicionais. Essa expressão representou uma abertura para estabelecer a comunicação entre os discursos políticos e científicos a respeito das mudanças climáticas e dos conhecimentos tradicionais e sobre as visões das comunidades em relação à desordem do tempo e do espaço nas últimas décadas, reconhecidas por grande parte daqueles que participaram do trabalho.

Essa foi uma experiência que deu muito certo e nos permitiu incidir politicamente dentro e fora das comunidades para dar encaminhamentos às questões que estavam colocadas pelo estudo, e decidimos expandir essa iniciativa para outras regiões. Para ter ideia, nós estamos agora construindo o quarto plano baseado em estudos desenvolvidos pelas próprias comunidades. E, como tudo muda nesta vida, fomos vendo como poderíamos nos apropriar desse instrumento na construção desses planos de enfrentamento. Percebemos que poderíamos aperfeiçoar essa combinação entre recursos tecnológicos e conhecimentos tradicionais, envolvendo mais mulheres em áreas diferentes. Isso foi importante porque hoje estamos no quarto plano e ele é diferente do primeiro.

Por exemplo, no caso de representar os ciclos anuais a partir dos conhecimentos tradicionais, nós percebemos que isso poderia ser feito sem estar atrelado ao formato circular do calendário anual. Já no primeiro estudo isso apareceu. Saíram vários formatos: calendário-árvore e o calendário-cocar, que escapavam do formato convencional do círculo dos meses do ano, que é uma medida do tempo proveniente de outra cultura, do calendário gregoriano, que nós convivemos com ela, mas temos outras formas de delimitar e observar a passagem do tempo. Esses outros formatos contam uma história de sabedoria, de como o povo entende ali a rotina do que acontece durante os ciclos climáticos, que, para nós, como em toda a Amazônia, é basicamente dividido em duas partes – o tempo de verão e o tempo de inverno.

O segundo estudo foi realizado na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esse estudo foi feito em um período difícil, porque, quando nós estávamos estruturando o trabalho para criar o Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas da Raposa Serra do Sol, vivenciamos a pandemia. Então nós fazíamos isso on-line, a distância, orientando os ATAIS – Agente Territorial e Ambiental Indígena. Lidamos com muitas dificuldades, como, por exemplo, na Pedra Preta, onde havia acesso apenas por via aérea ou de barco, e a agente responsável pelo estudo precisava andar bastante e pegar esse transporte fluvial para fazer o material chegar até a nossa organização.



Figura 3: Capa do segundo estudo de caso e Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas – Plano de Adaptação Indígena.

O terceiro estudo de caso e plano de enfrentamento foi construído na região do Amajari, onde nós também fizemos o PGTA. Em outro estudo realizado no Amajari, um calendário que me chamou a atenção foi a representação da passagem do tempo em uma folha de aninga muito grande.



Figura 4: Capa do terceiro estudo de caso e Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas – Plano de Adaptação Indígena.

Veja que na capa desse Plano de Adaptação Indígena você encontra uma folha de aninga. O que tem a ver uma folha de aninga com o estudo de mudança climática que nós estávamos fazendo? A explicação é interessante. Na região do Amajari, principalmente na comunidade Vida Nova, a aninga tem um significado. Quando o igarapé enche, a aninga mergulha, fica toda submersa, e quando o igarapé seca, a aninga sai de dentro do igarapé e as folhas ficam muito grandes. Por isso, a aninga é como se fosse um termômetro para medir a cheia e a seca. Então eles trouxeram o calendário em uma folha de aninga. Exemplos como esse nos mostram que os estudos de caso sobre as mudanças climáticas revelam outros modos de observação do clima baseados em detalhes da natureza que são resultado de conhecimentos ancestrais. Esse estudo já está finalizado e estamos realizando o quarto na Terra Indígena Serra da Moça, na região do Murupu. No momento que eu escrevia esta dissertação, os pesquisadores indígenas estavam em campo realizando os estudos para estruturar o Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas na Terra Indígena Serra da Moça.

Realizar esses estudos combinados com planos de adaptação envolve uma série de desafios. Um deles é oferecer estrutura para os ATAIS que realizam o trabalho. Isso envolve recursos para o pagamento de bolsas, aquisição de equipamentos e combustível para que os pesquisadores possam se movimentar pelas suas comunidades. Embora com recursos limitados, estamos conseguindo fazer todo esse trabalho.

Além da infraestrutura, há outros aspectos. É desafiador falar de um Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas construído por indígenas, feito a partir da percepção e da sabedoria indígena, e trazer isso, por exemplo, para outros espaços de produção de conhecimento científico e de construção de políticas públicas abre possibilidades de articulação política ao mesmo tempo que nos coloca questões sobre como dialogar com as ciências e os conhecimentos técnicos produzidos por outros setores da sociedade.

Considero importante desenvolver um pouco esse ponto. Os conhecimentos científicos sobre as mudanças climáticas são produzidos principalmente pelas ciências naturais, dentre elas a climatologia, que analisa os padrões atmosféricos em longo prazo. Esses estudos focam em medições numéricas, modelos e análises do clima em uma escala de centenas de anos. O nosso trabalho parte de uma abordagem muito diferente, pois considera o conhecimento tradicional

transmitido geracionalmente, ou seja, em uma escala de vida das pessoas mais experientes e nas suas percepções ecológicas no curso de algumas décadas. É um conhecimento sistematizado a partir das vivências cotidianas e da observação de aspectos como os ciclos anuais e sua influência na dinâmica de vida das plantas, dos animais e das pessoas.

Eu costumo dizer que enquanto os cientistas vão por cima, pelos dados de satélite, nós vamos por baixo, dialogando com as comunidades. Esses são conhecimentos muito diferentes e nós tivemos e temos a preocupação de não impor a própria expressão “mudanças climáticas”, que vem desse discurso e dessas metodologias para dar espaço às compreensões próprias das nossas comunidades sobre o que está acontecendo. Quando começamos esse trabalho, ainda eram poucas as referências e discussões sobre a relação entre as percepções locais e as visões dos cientistas. Ao longo da última década, é possível identificar alguns trabalhos que fizeram esse movimento de trazer as mudanças climáticas na perspectiva indígena (Mesquita, 2015; Cabalzar, 2020; Cardoso e Silva, 2023) e alguns trabalhos acadêmicos mais recentes têm indicado a convergência entre as percepções das mudanças climáticas por comunidades amazônicas e os dados científicos, em uma correlação que não é linear nem direta, mas que indica uma congruência qualitativa, impulsionando a conscientização e tomada de medidas de adaptação (Funatzu, 2019 *et al.*).

Essa convergência é importante, mas também é importante reforçar que o objetivo dos nossos estudos não é receber a validação científica dos conhecimentos tradicionais. Nossos conhecimentos têm suas próprias formas de confirmação e revisão de informações diretamente ligadas às práticas cotidianas e aos seus significados culturais para as comunidades, que vêm, de geração em geração, recebendo-os há muito tempo.

São muitas as diferenças dos sistemas de conhecimento científico entre si e entre eles e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Em um mapeamento dos estudos sobre mudanças climáticas no Brasil, Salmi e Fleury (2022) indicam que a literatura sobre o tema se baseia, em grande parte, na “construção dos problemas pelas ciências biológicas, econômicas e climatológicas”. Só a partir dos anos 2000 esse tema passou a ser objeto das ciências sociais e a pesquisa ainda pode ser considerada emergente, tendo interface com campos não acadêmicos, como as dimensões político-administrativas e de intervenção social como uma forte característica desses estudos que focam eixos temáticos principais, dentre eles, a adaptação, a governança e a política climática, além da conservação e do uso da terra na Amazônia.

Em um cenário de hegemonia das ciências naturais sobre as ciências sociais, outros trabalhos apontam que os saberes indígenas foram marginalizados nas discussões sobre mudanças climáticas por décadas devido à sua natureza divergente dos padrões científicos e tecnocráticos dominantes (Ulhoa, 2011; Giannini, Figueira e Oliveira, 2023). Só muito recentemente, nossos conhecimentos tradicionais/indígenas/locais começaram a ser considerados e estão entrando em diálogo com os conhecimentos técnicos e científicos.

Eu entendo que as mudanças climáticas são um dos maiores desafios contemporâneos, a compreensão e o enfrentamento desse fenômeno exige a interação entre diferentes formas de conhecimento. No debate acadêmico, isso tem recebido muitos nomes, como a necessidade de abordagens interdisciplinares, interculturais e intercientíficas. Nosso trabalho e a minha contribuição têm sido trazer as perspectivas dos conhecimentos indígenas para esse debate, que não pode ser apenas um debate técnico ou acadêmico, mas uma interação capaz de gerar respostas práticas, principalmente para as nossas comunidades.

Esse ponto leva o desafio das relações entre sistemas de conhecimento do plano teórico e metodológico para o domínio das ações. No nosso caso, não realizamos estudos apenas para levantar as percepções das comunidades sobre o que está acontecendo com as “transformações do tempo” e seus impactos nas práticas cotidianas da caça, da pesca, da agricultura indígena. Nós também buscamos identificar e construir estratégias para enfrentar esses novos tempos, e essa parte do trabalho entra em diálogo com o debate nacional e internacional sobre políticas de adaptação às mudanças climáticas.

Sabemos que essa ideia da “adaptação” também vem de diferentes áreas do conhecimento, como na biologia e na antropologia, e tem definições técnicas, como a delimitada pelo IPCC, todas confluindo para um entendimento de ajuste das comunidades humanas em resposta ao clima, considerando impactos, riscos, danos e oportunidades de mudança.

As ações de adaptação podem ser classificadas de diversas formas, considerando alguns parâmetros, como o momento de sua execução (antecipatórias, simultâneas, reativas) em relação aos eventos climáticos; sua duração (curto ou longo prazo); sua intenção (se planejada ou espontânea); sua natureza (estrutural, legal, institucional, regulatória, financeira, educacional) e sua função ou resultado (reduzir riscos, proteger, acomodar, assegurar renda ou recursos (Lindoso, 2015).

A partir da valorização dos nossos saberes, formulamos estratégias de adaptação as quais têm interface com todos esses aspectos. Trata-se de um direcionamento de ações que pretendem se antecipar aos eventos climáticos extremos, como as enchentes e os incêndios, mas também consideram como atuar quando esses episódios acontecem, auxiliando as comunidades com o resgate de pessoas e animais ou fornecendo alimentos, dando respostas ao que está ocorrendo.

Temos estratégias de curto e longo prazo, como mudanças nos locais de roças e a criação de bancos de sementes tradicionais para proteger nosso patrimônio genético. Muitas ações de adaptação já são realizadas pelas comunidades há bastante tempo, como a seleção de sementes mais resistentes ao clima e a definição dos locais para novas comunidades e construção de casas. Os planos de enfrentamento, portanto, fazem parte desse conjunto mais recente de estratégias planejadas coletivamente nos âmbitos comunitários a partir dos estudos de caso. Quando entramos na parte legal, institucional e financeira do diálogo com as políticas públicas é que identifico as maiores dificuldades, principalmente em relação ao tempo de resposta.

Nosso desafio é a implementação das ações, porque à medida que construímos os Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, vêm algumas demandas às quais precisamos dar uma resposta, no entanto, não temos ainda os recursos específicos direcionados para esses planos. Porém, estamos conseguindo avançar e já temos esses quatro Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas como uma experiência indígena inovadora no cenário da Amazônia e do Brasil. Os resultados obtidos indicam que precisamos trazer cada vez mais os conhecimentos tradicionais como forma de fazer incidência política para fortalecer o que os povos indígenas fazem.

O balanço que eu faço é que é desafiador, mas também é gratificante. É necessário que haja recursos, implementação das ações e políticas públicas. Hoje, o estado de Roraima não tem políticas para a questão climática e não há apoio direto. Nem mesmo o governo federal está preparado para nos oferecer condições de implementação de suas políticas climáticas.

Todo o trabalho que temos feito em Roraima caminha para uma convergência entre os Planos de Gestão Territorial e os Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas ou Plano de Adaptação Indígena, que é como estamos o chamando agora. Voltarei nesse ponto das denominações mais adiante.

Para desenvolver essas atividades, estamos melhorando a estrutura do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental do CIR, aperfeiçoando nosso Laboratório de Sistemas de Informação Geográfica e agregando novas tecnologias, como uma Sala de Situação que nos permite monitorar em tempo real situações críticas de secas e incêndios ou enchentes.

Isso é importante porque juntamos todo o conhecimento gerado por esses estudos com o suporte tecnológico. Um exemplo dessa combinação é o uso que fazemos de um aplicativo para telefone celular em parceria com o Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM. É o “alerta clima” indígena dentro da plataforma do SOMAI. Quem manuseia esse aplicativo são os próprios indígenas, os jovens ATAIS que estão dentro das comunidades em associação com o trabalho das brigadas indígenas no caso de incêndios e com os operadores de direito no caso de alertas de garimpo e outros tipos de invasão aos territórios.

- **Espaços nacionais**

O que fazemos no chão da aldeia levamos como subsídio para nossa incidência política em outros espaços tanto nacionais quanto internacionais.

Nossa incidência no cenário nacional se iniciou em 2016, quando comecei a fazer uma formação sobre essa questão da mudança climática, uma iniciativa apoiada pelo IPAM, pela Funai e algumas organizações como a TNC. No momento que começam essas formações, surge dali a ideia sobre um Comitê Indígena de Mudança Climática – CIMC. Mesmo não tendo muitos recursos, nossas organizações, COIAB e APIB, em conversas com as organizações parceiras, construíram uma estrutura para o CIMC com cinco representantes de diferentes regiões do país: um representante do Nordeste, um do Sul, um do Centro-Oeste, um do Amazonas e Nordeste.

A estruturação do CIMC seguia o movimento de consolidação de espaços de participação indígena na implementação da PNGATI, com a criação do comitê gestor dessa política pública. Havia também nesse momento uma câmara técnica de mudanças climáticas, naquela época coordenada pela atual ministra Sonia Guajajara.

Então eu estava ali. Eu era uma das integrantes do CIMC. E por que eu estava integrando? Porque eu trazia toda essa experiência de Roraima, de planos de enfrentamento, de fazer gestão. Eu estava ali como representante da Amazônia.

Na convergência desses espaços, tivemos a ideia de fazer com que o CIMC fosse parte da Câmara Técnica de Mudança Climática. Então houve uma reunião do comitê gestor da PNGATI, para o qual apresentamos a proposta e eles aceitaram que todos os integrantes do CIMC integrassem a Câmara Técnica de Mudança Climática. Eu passei a coordenar essa câmara técnica e começamos a fazer uma importante incidência política no diálogo com as estruturas de Estado.

Como o CIMC e a Câmara Técnica não tinham recursos, trouxemos parceiros da sociedade civil para perto. Esses parceiros começaram a nos apoiar para chegar até Brasília, porque, para fazer a incidência, precisamos de recursos para chegar até os espaços de participação. Conseguimos apoio para realização das reuniões do CIMC, da Câmara Técnica e do comitê gestor da PNGATI. Isso era importante porque conseguimos dar subsídio para o comitê gestor e também que o CIMC estivesse mais estruturado e funcionando.

Entre 2016 e 2017, estava sendo revisto o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) do Brasil. Esse plano foi instituído em 2016 como um instrumento do governo federal com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade nacional e fazer a gestão dos riscos associados às mudanças climáticas (Brasil, 2016). Então chegou uma demanda para o CIMC e para Câmara Técnica que era realizar um movimento junto à Funai com o objetivo de propor ao governo que esse plano contemplasse ao menos um subcapítulo para povos indígenas, comunidades locais e comunidades tradicionais. Conseguimos escrever esse subcapítulo, que não ficou a melhor versão na nossa perspectiva, mas foi o que era possível fazer na época, com muita discussão.

Logo em seguida, com a FUNAI, ocorreu a instalação da Comissão Nacional para Redd+, a CONAREDD, um processo de estruturação das câmaras técnicas de REDD. Eram quatro câmaras técnicas: a Câmara de Repartição de Benefícios; a de Salvaguardas; Resoluções nº 1, 2, 3 e 4, de 11 de julho de 2016, que estabelecem as diretrizes e criam as Câmaras Consultivas Temáticas sobre Salvaguardas, Pacto Federativo e Captação e Distribuição de Recursos Não Reembolsáveis. Eu fiquei na Câmara Técnica de Repartição de Benefícios. Então ali havia repercussão do trabalho feito no chão da comunidade, da organização de base, começando a fazer essas incidências dentro do governo e no governo.

Começamos a estar dentro dessas câmaras técnicas de diálogo, conversando, participando, colocando ali as nossas vozes dentro das discussões. Por exemplo, dentro da

Câmara Técnica do REDD – Repartição de Benefícios participavam diferentes atores. Além do governo federal, os estados estavam ali discutindo como captar recursos. Como isso seria repartido nos estados? Onde ficaria a porcentagem para povos indígenas? Quanto seria? Então, toda essa discussão vinha acontecendo dentro desses espaços das câmaras técnicas.

Estar dentro dessas câmaras técnicas deu visibilidade para o CIMC e para a Câmara Técnica. Isso viabilizou a nossa primeira participação de todos os integrantes do CIMC na Conferência das Partes – COP 23.²

Fomos para esse evento internacional levando toda a expertise acumulada pelo movimento dentro do governo, das câmaras técnicas. Apresentamos nossa experiência no Caucus Indígena, um fórum internacional dos povos indígenas sobre mudanças climáticas dentro das conferências que reúne povos de todas as regiões do mundo para discussão e construção de consensos visando influenciar as discussões desses eventos.

Nessa nossa primeira participação, as lideranças dos outros países ficaram contentes de o Brasil ter um Comitê Indígena de Mudança Climática que não está ligado ao governo, que era um comitê constituído pelas organizações indígenas, como a APIB e a COIAB. Essa participação internacional também nos favoreceu com mais visibilidade dentro do Brasil e por diferentes instâncias de governo. Passamos a ser conhecidos pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Fazenda. Daí passamos a subsidiar os negociadores do Brasil, que vinham até o comitê, até a Câmara Técnica para saber as posições indígenas sobre o tema a fim de levá-las para as rodadas de negociação entre os países.

Nesse cenário, chega ao Brasil o primeiro recurso de Fundo Clima por meio do Ministério da Fazenda, do Fundo Verde para o Clima, e nesse momento o Ministério da Fazenda veio até a Câmara Técnica para dialogar. Eles explicaram como esse recurso sera distribuído e perguntaram como poderiam fazer uma consulta aos povos indígenas a respeito de como imaginamos a alocação desse recurso. Falamos que esse recurso precisava chegar desburocratizado, não poderia ser igual ao Fundo Amazônia.

Conversamos com o Ministério da Fazenda para programar as consultas nas grandes regiões do país. Então eles fizeram quatro consultas sobre essa questão do Fundo Verde do

² Aqui é possível acessar um vídeo sobre isso:

<https://www.facebook.com/share/r/FCL4pE2of09FSDXt/?mibextid=xCPwDs>

Clima. Mas aí veio a pandemia e não conseguimos mais acompanhar presencialmente. Era tudo on-line e muito rápido. Esse Fundo entrou e, até onde acompanhamos, as possíveis agências que seriam creditadas para gerir o recurso eram a Fundação Avina, a Caixa Econômica e o PNUD, creditado para gerir esse fundo junto ao MMA.

Toda essa movimentação representava avanços na nossa incidência política na agenda climática brasileira dentro e fora do país. Contudo, nessa época começamos a perder a participação, porque entramos na era de um governo que desmontou todos os Conselhos Participativos de Políticas Públicas. A CNPI, o comitê gestor da PNGATI, a Câmara Técnica, todas essas instâncias foram destituídas e ficamos sem apoio para as reuniões do CIMC.

Mas não paramos de fazer incidência sobre mudança climática. Eu não parei de participar das COPs. Eu não parei de ir, por exemplo, à Conferência SB60 em Bonn, na sede da ONU na Alemanha, onde são negociadas várias questões levadas para as COPs. Nós, como movimento indígena da COIAB e da APIB, não paramos de participar dessas discussões internacionais. É importante demarcar isso porque, depois do governo de Jair Bolsonaro, que desestruturou essas instâncias, nós retomamos todos esses espaços de incidência que havíamos construído.

Com um novo governo, conseguimos colocar uma indígena na presidência da Funai e a criação de um ministério próprio para os povos indígenas. Nesse movimento, retomamos a CNPI, a PNGATI, o comitê gestor dessa política e as Câmaras Técnicas. No âmbito legislativo, a deputada federal Joenia Wapichana propôs um PL que torna a PNGATI lei. Além desse importante amparo legislativo para garantir a PNGATI como uma política de Estado, o texto da PNGAT foi complementado com um novo eixo que trata das mudanças climáticas.

No Acampamento Terra Livre de 2023, retomamos o CIMC em uma grande plenária. O Comitê Indígena de Mudança Climática retorna agora com outro formato. Nós temos uma composição do CIMC nacional, ilustrada na figura abaixo:

CIMC NACIONAL



Figura 5: Composição do CIMC.

Além dessa composição nacional, uma novidade é a articulação de CIMCs regionais, do Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Amazônia. Neste momento, estamos construindo um plano de trabalho dentro do CIMC para continuar realizando a incidência política sobre o tema. Agora, por exemplo, devemos acompanhar o PL do Carbono, que está tramitando no Congresso, o Plano Clima, desenhado pelo Poder Executivo, traz uma divisão dos temas da mitigação e adaptação. A participação indígena nessa construção está sendo conduzida pelo Ministério dos Povos Indígenas. No âmbito do G20 – Grupo dos 20 – formado pelos ministros de Finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia, estamos acompanhando as discussões sobre a questão da transição energética.

Tudo isso remete à COP 30, com sede no Brasil em 2025. Foi preciso fazer todo esse movimento de articulação e de informação para haver a participação dos povos indígenas dentro da COP 30. É um trabalho de base, que faz todo esse sistema acontecer. Isso que nós fizemos no âmbito nacional nos remete ao nível internacional.

- **Espaços internacionais**

O histórico da participação indígena em espaços internacionais de negociação sobre temas ambientais é longo. Um dos marcos dessa inserção foi a ECO 92, no Brasil, e muitas propostas e desdobramentos que estruturam o cenário internacional hoje saíram desse evento. A pesquisa realizada por Bortolotto (2020) fez um apanhado da participação indígena nas negociações internacionais nos fóruns multilaterais e destacou o crescimento da participação indígena nesses espaços a partir dos anos 2000, com o fortalecimento do movimento indígena brasileiro organizado, principalmente por meio da COIAB e da APIB. Como observa esta autora, ao longo desses anos, incorporamos a agenda climática como campo estratégico para nossas lutas por direitos, ampliando a nossa participação, principalmente na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC, passando de uma inserção periférica, apoiada por ONGs, até a organização das nossas delegações, que passaram a incidir politicamente de maneira mais organizada e estratégica a partir da COP 20, em 2014. Apesar de ainda persistirem muitas barreiras financeiras, linguísticas e políticas que limitam a participação indígena nas negociações formais da Convenção, temos caminhado para tornar cada vez mais efetiva a nossa voz dentro desses espaços.

Eu comecei a atuar no nível internacional dessa agenda em 2011. O Caucus Indígena, por exemplo, começou a se constituir a partir de 1992, com a participação indígena nos debates internacionais sobre o clima e é resultado de uma luta dos povos indígenas para que esse grande fórum de clima dos povos indígenas do mundo, organizado desde 2000 como Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudanças do Clima – IIPFCC, pudesse ganhar corpo dentro da UNFCCC. O Caucus ocorreu algumas vezes do lado de fora do espaço oficial de reunião. Foi necessário fazer mobilizações para dizer: “Nós estamos aqui. Vocês estão tratando de clima e de povos indígenas e nós precisamos estar dentro desse negócio. Nós não podemos estar todo tempo só do lado de fora, na beirada”.

O Caucus foi formalmente reconhecido como grupo constituinte da UNFCCC para povos indígenas em 2008, articulando a representação indígena nas COPs e nas Conferências de Bonn, estruturado por meio de mandato responsável por articular posicionamentos coletivamente acordados dos povos indígenas nos processos específicos da UNFCCC.



Figura 6: Foto dos povos indígenas globais que participaram no Caucus.

Desde 2011 eu vou à Alemanha, à cidade de Bonn, onde fica a sede da ONU, para acompanhar como os países discutem o tema do clima e de que forma os negociadores se posicionam ali a respeito de vários temas sobre a mudança climática. As discussões se subdividem em diversos temas, e é preciso selecionar aquilo que remete à questão dos povos indígenas, dentre eles: Adaptação, Financiamento, Transição Justa, Artigo 6, Perdas e Danos, Agricultura, Mitigação, Juventude e Gênero.

Eu acompanhava o Caucus e, nesse espaço, havia pontos focais para cada um dos temas citados. Para ter participação nesses encontros, é necessário entender um pouco a parte técnica. Nessas arenas, a língua pode ser um limitador, mas não tem sido para mim, porque eu nunca liguei muito para isso. A gente fala espanhol, português e vai acompanhando toda essa discussão e vai aprendendo como funciona esse sistema internacional de negociações. Quando eu via os países discutindo por uma vírgula, por uma palavra, eu pensava que também queria chegar nessa discussão. É uma dinâmica intensa que exige agilidade, pois a sociedade civil e os povos indígenas têm apenas entre um e dois minutos para a leitura dos documentos.



Figura 7: Foto da minha participação no Caucus da SB 61.

Houve um dado momento no qual a Bolívia propôs a criação de uma plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP). Na COP de Paris, essa plataforma foi aprovada como um mecanismo para troca de conhecimentos e compartilhamento de boas práticas de mitigação e adaptação destinado a ampliar e fortalecer o engajamento dos povos indígenas nas discussões climáticas e sua incidência na formulação de políticas e programas dentro da temática. Isso foi um ganho para nós, porque é o único espaço oficial dentro da COP em que nós, povos indígenas, podemos participar levando nossos conhecimentos.

**I Reunião do Grupo de Trabalho Facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas LCIPP
Conferência de Bonn
junho de 2019**



Figura 8: Foto da participação dos povos indígenas na reunião do grupo de trabalho facilitador da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas.

A partir dali, começa uma ação de constituir um grupo facilitador, formado por representação igual entre Estados e povos indígenas, responsável por organizar um plano de trabalho para a plataforma. A pergunta era: como vai ser a nossa participação?

A plataforma é paritária, há representantes do governo e das sete regiões dos povos indígenas. Nela há intervenções e é preciso se inscrever para participar..



Figura 9: Foto do tripé das funções da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas.

Eu tenho feito isso há alguns anos e venho aprendendo como é o mundo de corpo constituente da UNFCCC, como fazer a intervenção e como nossos anseios chegam a esses espaços via plataforma.

Eu vi que, se nós não compreendermos a parte técnica, mesmo sabendo toda a nossa parte de conhecimento tradicional, não conseguimos alcançar os nossos objetivos, porque, sem falar a mesma língua que eles falam, fica muito difícil explicar o que nós queremos dizer.

Nós conseguimos, recentemente, que haja, na plataforma, tradução para o idioma português, o que não havia, porque os idiomas falados nesse espaço na ONU são espanhol e inglês, além de outras línguas já são oficializadas. No espaço da plataforma, queremos falar em português, então precisa haver tradução.

Eu tive meu sonho realizado antes de a plataforma ser implementada, consegui sentar com o negociador do Brasil para debater essa questão. Isso foi muito importante porque, por duas vezes, eu me sentei num lugar onde eu acho que não é difícil chegarmos, como negociadora, para fazer esse trabalho. Se você tem ciência daquilo que está sendo tratado, se você tem subsídio para ajudar a pensar como isso vai ser, e tem a oportunidade, isso é possível. Eu acredito que nós precisamos cada vez mais nos apropriar desses termos técnicos.

Para participar de todo esse processo ao longo desses anos, é importante destacar o papel das parcerias. A minha organização tinha essa parceria com a TEBTEBBA que, desde 2011, começou a me apoiar para estar nesses espaços. Algum tempo depois, o projeto e o apoio terminaram. Então passei a contar com um novo apoio da Rede de Cooperação Amazônica – RCA. Essa rede congrega 14 organizações, sendo dez delas indígenas, incluindo o CIR, e visa promover a cooperação e troca de conhecimentos, experiências e capacidades entre as organizações indígenas e indigenistas que a compõem em torno de temas estratégicos para a autonomia, a sustentabilidade e o bem-estar dos povos indígenas no Brasil.

Há oito anos, essa rede me apoia financeiramente e fornece subsídios para incidir nesses espaços internacionais. As reuniões que antecedem as agendas internacionais realizadas pela RCA fazem parte de uma estratégia contínua da organização para a formação e preparação prévias das agendas de atuação, principais temas e questões que devem ser debatidas. Nesse caminho, eu contei com a colaboração de assessores da RCA, como a Patrícia, que está sempre me acompanhando nos espaços internacionais.

Minha atuação nessas áreas é orientada para levar o nome da minha organização de base, o CIR, e, claro, da maior organização da nossa região amazônica, que é a COIAB, além da APIB, que realiza nossas articulações em escala nacional. Temos tido êxito transformando algumas práticas, como ter a tradução para o idioma português no Caucus e no espaço da plataforma. Isso foi conquistado. Desde quando estávamos ali querendo falar, e também hoje, a presidente do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas nos incentivou, e incentiva, sempre dizendo que é para dar abertura para o pessoal do Brasil falar.

Conseguimos conquistar esse espaço e, devido a essa incidência política, consegui levar e mostrar aquilo que nós fazemos no chão das comunidades. Tenho tido a oportunidade de mostrar internacionalmente todos esses mecanismos que nós criamos, os Planos de Gestão Territorial, o Protocolo de Consulta, os Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com o que os povos indígenas podem colaborar, além do trabalho que nós já fazemos historicamente nas nossas terras indígenas e contribuir com soluções para a questão climática.

Nesse movimento temos mostrado como é possível trabalhar com todos esses mecanismos dos povos indígenas em diálogo com os pesquisadores mais relevantes do mundo reunidos no IPCC. Esse aspecto é importante do ponto de vista do diálogo intercientífico, porque esses cientistas do clima estão agora chamando os povos indígenas para conversar,

porque estão entendendo que os cientistas indígenas também têm um valor dentro dessa discussão. Eu pretendo voltar a essa relação entre sistemas de conhecimento em outro momento desta dissertação.

Recentemente, fiz uma viagem à Alemanha para a última conferência de Bonn. Posso dizer que foi uma participação com resultados visíveis. Na dinâmica de interação, integramos pequenos grupos para levar as contribuições de vários temas, como engajamento de jovens e mulheres, participação dos conhecedores tradicionais, como se dará isso na plataforma e como a comunicação é feita. Depois nós discutimos como a plataforma tem formado os povos indígenas para a participação especificamente no UNFCCC, e consegui mostrar novamente que há mecanismos construídos pelos povos indígenas; que as parcerias são importantes para fortalecer o que fazemos nas nossas bases, nos territórios indígenas.

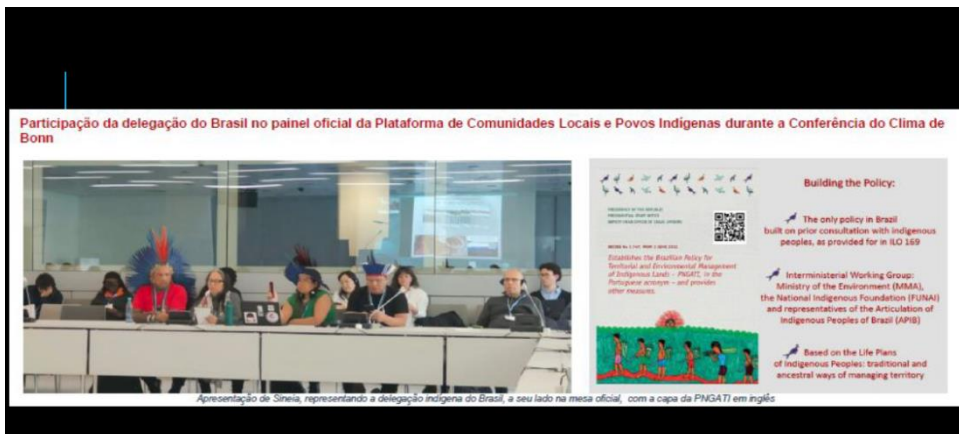


Figura 10: Participação na reunião oficial da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas para apresentar os mecanismos indígenas.

Depois dessa participação, recebi um convite para apresentar, na reunião oficial da plataforma, os nossos instrumentos de interlocução, enquanto mecanismos indígenas, que podem influenciar políticas públicas no Brasil e ajudar outras organizações indígenas em diferentes países.

Para concluir esse apanhado da nossa experiência internacional, destaco que recentemente o Caucus Indígena resolveu indicar uma pessoa do Brasil para América Latina e Caribe com o objetivo de que, na COP 30, no Brasil seja uma brasileira ou um brasileiro na posição de copresidente do Caucus. Eu fui indicada na COP 28, de Dubai, para assumir em 2025, mas recebi em Roraima a notícia de que precisaria assumir já em 2024, em Bonn, porque já começavam ali as conversas e a busca de apoios para COP do Brasil. Para isso, eu deveria

estar na reunião de Bonn para assumir o novo posto como copresidente do Caucus Indígena pela América Latina e Caribe. Seguimos para COP 29, em Baku.

Desde a indicação, venho trabalhando para garantir a participação dos povos indígenas na COP 30, desde credenciamento, hospedagem, segurança, até o acesso aos espaços de decisão e a inclusão das pautas indígenas nos debates globais. Em diálogo recente, obtive do embaixador brasileiro André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, o compromisso com a participação indígena, com a incorporação de lideranças indígenas nos diálogos de alto nível como “enviados especiais da Presidência na COP 30”.

Toda essa trajetória que tenho feito junto aos povos indígenas tem como resultado estar nessa posição, dentro do espaço mais alto da participação indígena internacional dentro da UNFCCC. Entendo que conseguimos chegar a esse objetivo, que chamamos de incidência, até chegar ao último nível. Isso tem se refletido em uma série de reconhecimentos públicos. Em 2024, fui agraciada com o prêmio “Cientista Indígena do Brasil”, pelo Planetary Guardians, um coletivo de ativistas e lideranças climáticas mundial. Recebi esse prêmio na companhia do professor Carlos Nobre, um dos cientistas brasileiros mais reconhecidos pelas suas contribuições ao tema das mudanças climáticas. Esse reconhecimento tem um simbolismo importante porque coloca a produção de conhecimento indígena lado a lado com a produção das ciências modernas sob o mesmo status de “ciência”.



Figura 11: Participação no Side Event Mecanismos Financeiros para desbloquear as economias indígenas sustentáveis.



Figura 12: Participação dos povos indígenas da América Latina e Caribe na SB62.

Mas de tudo isso, o melhor é o caminho de volta para as comunidades com o retorno de tudo aquilo que foi construído. E nós temos feito essa ponte, trazendo de volta para as comunidades o que há de mais atualizado nas agendas internacional e nacional, por meio de informações sobre as políticas de clima, como o Estado está tratando a questão de mercado de carbono, como os povos indígenas estão inseridos nisso e como nós vamos participar da COP 30. Estamos trazendo para as comunidades a discussão sobre perdas e danos, quando temos um evento climático extremo, como secas e cheias que causam danos às comunidades como perda de roças, de sementes e a infestação de pragas. Quando eventos extremos ocorrem, ficam os danos e precisamos encontrar resposta às comunidades indígenas. Nesse movimento também estamos trazendo recursos para a implementação dos PGTAs.

CAPÍTULO 3. A experiência de uma metodologia integrada

Neste capítulo, trato da nossa experiência de integrar o tema das mudanças climáticas na construção de quatro PGTAs das terras indígenas no leste de Roraima. Acredito que sistematizar esse trabalho é importante para as nossas comunidades e para a minha organização porque, além de ser um registro, uma memória das nossas ações, essa sistematização pode contribuir para avançarmos no aperfeiçoamento dos processos de diálogo entre a realidade das nossas comunidades e as políticas públicas brasileiras atuais para as terras indígenas. Esse esforço de reconstruir o processo também pode contribuir para o trabalho de outras organizações indígenas brasileiras que estão engajadas em atividades semelhantes de planejamento e execução de iniciativas de gestão territorial indígena na Amazônia e no Brasil como um todo.

Eu quero descrever as mudanças realizadas na metodologia que fomos moldando ao longo do tempo para a construção dos dois instrumentos, os PGTAs e os Planos de Enfrentamento (ou Planos de Adaptação Indígena). Na medida em que passamos a ter o domínio desses processos metodológicos, foi possível perceber aspectos que poderiam ser aperfeiçoados, ou mesmo transformados, segundo a nossa experiência acumulada ao longo de mais de dez anos. A partir da reconstrução dessa experiência específica, de construir PGTAs em um formato de imersão intensiva durante dez dias, eu pretendo sintetizar alguns aspectos principais desse processo de articulação entre dois temas: gestão territorial e mudanças climáticas. Para terminar este capítulo, eu reflito sobre os processos recentes de formulação das políticas climáticas brasileiras na sua interface com os povos indígenas.

Tomando a nossa experiência local como guia, pretendo trazer as conexões entre o que fazemos no chão das terras indígenas de Roraima e os quadros mais amplos das políticas climáticas, identificando as condições em que essa articulação está sendo feita, os principais fatores, contradições, tensões e desafios para indicar também possibilidades de articular melhor esses processos e incidir na direção dessas políticas públicas.

Como eu apresentei no primeiro capítulo, desde 2011 nós estamos construindo Planos de Vida nas terras indígenas em Roraima. Nesse percurso, acompanhei muito de perto as lideranças de diferentes regiões e terras indígenas das Serras e do Lavrado sistematizando suas

perspectivas sobre o tema. As construções dos dois primeiros Planos de Gestão, junto às comunidades, foi orientada a partir de uma metodologia trazida e executada por consultorias externas por meio do apoio de organizações não governamentais parceiras. A metodologia de cinco oficinas temáticas desenvolvidas com as comunidades na Terra indígena Raposa Serra do Sol, no centro do Maturuca, e na Terra indígena Jacamim, na região da Serra da Lua, foram as duas primeiras experiências e me inspiraram, me despertaram, na verdade, a vontade de construir, junto das comunidades, Planos de Vida em uma metodologia “de parente para parente”.

Eu aprendi muito com aquela primeira experiência da construção dos PGTAs no Maturuca e de Jacamim. Desde então, com diferentes apoios e organizações parceiras, como o Instituto Insikiran, por meio de alguns professores e do aprendizado com pessoas que estão dentro da academia, que estão em campo, como antropólogos, participando dessas ações, percebi que o tempo para construir esses Planos de Vida ou PGTAs era muito longo. Isso tinha a ver com uma questão da burocracia de alguns recursos públicos, que têm um tempo para começar e para terminar. No final de um ano administrativo, tínhamos de esperar o ano seguinte para ter esses recursos, esperar todo o processo burocrático dos órgãos públicos ser feito novamente.

Essa dinâmica gera uma morosidade grande, praticamente todos os órgãos públicos têm um ciclo anual de gastos, começam a empenhar os recursos a partir de março e precisam encerrar os empenhos antes do final do ano. Essa temporalidade, muitas vezes, inviabiliza o andamento das atividades. A outra questão era no final do recurso, que terminava sempre em dezembro, e nós precisávamos aproveitar o duodécimo, que eu nunca tinha ouvido falar, e acelerava a construção dos PGTAs para que pudessemos utilizar os recursos, e a Funai tinha um recurso a mais para o ano seguinte, até o mês de janeiro.

De toda forma, aproveitamos esses recursos como podíamos para fazer as oficinas, mas eu percebia que levava muito tempo. Olhando a metodologia dos primeiros Planos de Gestão, a dinâmica considerava que os parentes precisavam de um tempo para digerir todas as informações e que a consultoria deveria voltar após dois meses para fazer a segunda oficina. Assim, até realizar todas as oficinas temáticas do plano. Esse processo levava no mínimo um ano, em alguns casos, até dois ou três anos para serem concluídos. Dessa forma, sempre com o tempo muito espaçado, eu vi que iniciativas das comunidades que poderiam ser implementadas, desde políticas públicas até ações de projetos apoiados por nossos parceiros, não avançavam

tanto porque demorava muito para as comunidades terem nas suas mãos o documento de articulação de políticas públicas e apoio de parcerias para implementar essas ações.

Observando esse tempo longo para as comunidades trazerem o que já estava nas suas vivências, nos modos de vida do seu dia a dia, na sua perspectiva de vida, no trabalho, na comunidade, estudei uma estratégia metodológica para diminuir o tempo de construção dos PGTA's. Como já afirmei ao longo deste trabalho, acredito que os Planos de Vida não vêm de fora das terras indígenas. Na verdade, eu acredito que esses planos estavam e estão dentro das pessoas que moram nas comunidades, nas terras indígenas, pois é a vida delas. O nosso trabalho, portanto, é criar as condições, oferecer apoio metodológico e sistematizar essas informações que as pessoas carregam e trazem com elas para as reuniões de construção coletiva dos planos.

Percebi que as informações não vinham de fora para dentro, a não ser a maneira de organizar o documento de forma acessível no diálogo para dentro e para fora das comunidades indígenas, tornando-se um mecanismo de gestão construído pelos povos indígenas. Esse mecanismo é sistematizado no formato de um documento para publicação. Eu gosto de chamar de documento, e não de livro, porque as pessoas entendem que um livro se lê e se guarda na estante enquanto o documento tem um impacto de poder, de comprovar as informações e demandas levantadas para intervenções de políticas públicas, na garantia do direito à terra e à vida dos povos indígenas.

Eu até ouvi de alguns consultores renomados que todo esse trabalho de construção dos planos só iria servir para guardar na estante da organização, que nós não teríamos recursos para implementar ações de tão grande porte. Então, planejar e efetivamente executar era um desafio para mim. Os anos se passaram e eu imaginei que poderíamos inovar na construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Então eu estruturei uma metodologia a partir do seguinte princípio: como todas as informações estão dentro das terras indígenas, nós não precisaríamos esperar um ano ou dois anos para concluir um PGTA. Esse processo poderia ser feito de maneira mais dinâmica, em um formato de imersão, sem prejudicar os tempos de reflexão necessários sobre os temas do plano.

O principal aspecto a nosso favor é que a nossa organização, como uma organização de base, tem muita experiência concreta de trabalho comunitário para mobilizar, reunir e desenvolver atividades. Nossas lideranças fazem isso há mais de 50 anos, desde que criaram o CIR para defender nossos direitos territoriais. Outro elemento favorável é que atualmente nossa

organização e nosso departamento estão mais bem-estruturados. Nós contamos com um laboratório de SIG-CIR sistema de informação geográfica que nós criamos há bastante tempo. Esse laboratório nos permitiu produzir diferentes tipos de mapas ao longo dos anos, seja a partir dos mapas mentais, para o ordenamento territorial, para identificar problemas externos e internos ou detalhamento do uso da terra. Esses mapas são instrumentos importantes porque identificam, por exemplo, lugares sagrados, rios, roças, pesca, plantas medicinais, sementes e as criações domésticas. Isso não está escrito em nenhum lugar, está na cabeça das pessoas que vivem, convivem, sabem os limites do seu território. Então, com esse laboratório de informação geográfica, nós conseguimos trazer todas essas informações numa base cartográfica. As lideranças podem visualizar seus mapas estruturados em um formato que respeita a legenda desenhada por eles de forma que eles se sintam representados, e os pontos na base cartográficas podem dar a noção de espaço, direção como está dividido o manejo e uso do território nos seus modos de vida.

Um terceiro fator que nos favorece é a nossa própria experiência acumulada na última década com a elaboração desses instrumentos de gestão. Ao longo dos anos, fomos remodelando a metodologia que a consultoria da TNC nos trouxe em 2011 e passamos a fazer mudanças de acordo com nossas próprias características de trabalho e os contextos específicos dos povos indígenas em Roraima. Isso nos permitiu muito aprendizado e um domínio do processo que abriu a possibilidade de transformar esse aprendizado em inovação. Então fiquei pensando como fazer um novo arranjo metodológico que não demorasse tanto tempo, sem ficar um ou dois anos para fazer todo esse processo das oficinas temáticas e que as comunidades pudessem entender que, mesmo vindo com esses nomes estranhos, eles sabiam do que estávamos falando, sabiam o que eles queriam colocar no documento e que poderia ser uma ferramenta estratégica para cuidar do território.

- Estrutura, tempo e participação

A estrutura do fluxo temático das atividades sempre manteve uma estrutura básica. O primeiro encontro era de sensibilização para a importância dos planos. Depois, seguimos três oficinas temáticas. A oficina de “manejo sustentável dos recursos naturais”, na prática é uma discussão sobre o cuidado e o manejo tradicional do território, como eles usam toda essa biodiversidade nas comunidades, identificando as principais potencialidades e os principais problemas. Já a oficina de “controle territorial” consiste no mapeamento das ameaças externas e internas ao território e o desenho de estratégias para lidar com essas questões. A oficina de

“formação para gestão” era o momento de sistematizar o papel da educação, no sentido amplo, para a gestão territorial e ambiental nas terras indígenas. Depois dessas oficinas, o último passo é a pactuação dos planos, que serão validados na assembleia estadual ou, como é chamada, a Assembleia Geral dos Tuxauas.

No formato metodológico inicial, as reuniões aconteciam nas comunidades, o que é um ponto importante. Contudo, por mais que os mobilizadores comunitários fossem articulando para a participação de toda a comunidade, não tínhamos, por exemplo, 500 pessoas participando, porque não vinham todos, vinham principalmente as lideranças. Era certo que tínhamos todas as comunidades envolvidas, mas nem o recurso que nós tínhamos conseguiria fazer a logística para a participação de todos. Sempre participavam 100, 150 pessoas, não mais nem menos do que isso.

Esse era um primeiro ponto. Essa era a média de participação nas oficinas sendo feita na própria comunidade, na própria terra indígena, na própria região. Então era possível garantir essa participação por meio de uma dinâmica diferente, diminuindo o tempo da construção dos planos e o gasto de recursos para uma logística que teria o resultado igual ou melhor do que o trabalho que era feito em um ano, um ano e meio, para ter as reuniões.

A minha ideia era que poderia ser feito em um formato intensivo, reunindo os participantes durante um período de dez dias no mesmo lugar para sistematizar as informações sobre essas diferentes temáticas. Por que dez dias? Fiz uma conta sobre o tempo necessário para realização de todas as oficinas em uma só. Essa proposta tinha essas vantagens de tempo e recursos, mas era algo totalmente novo e desafiador reunir um grande número de representantes, de diferentes contextos comunitários, em um espaço fora de suas comunidades. Então fiz uma análise de todo o trabalho que já tinha sido feito e apresentei para a coordenação do CIR a ideia de realizar a construção de quatro planos em dez dias. Nesse movimento, também comuniquei à organização parceira, a Nia Tero, que aprovou essa nova proposta metodológica.

Se as informações estão com as próprias lideranças, mulheres, jovens, homens, pajés, parteiras dessas regiões, podemos reunir representantes em uma única terra indígena, trazendo lideranças com poder de decisão para construir esse planejamento. Eu fiz a conta da participação de 250 lideranças que representavam duas regiões de duas terras indígenas, destacando sempre a importância da participação de jovens, mulheres e das pessoas mais experientes.

Escolhemos a região do Amajari e a comunidade Araçá para sediar o evento. Foram reunidas lideranças das seguintes regiões: Amajari, que já tinha o PGTA pronto da TI Aningal; região Tabaió, que já tinha o PGTA da TI Mangueira; e TI Boqueirão, região do Murupu, que faltava só a TI Truaru; e a região Alto Cauamé, que faltava a TI Sucuba, totalizando duas regiões e duas terras indígenas para serem construídos os quatro Planos de Vida ou PGTA.

A região do Amajari já tinha um PGTA pronto da Terra indígena Aningal, mas nós agora estávamos construindo de toda a região. A região do Tabaió também já tinha o plano de gestão da TI Mangueira e da TI Boqueirão prontos, mas precisaria fazer de outras cinco comunidades que são parte dessa região. A TI Sucuba, da região do Alto Cauamé, que faltava fazer o seu plano de vida mas que já tinha a TI Raimundão com o seu PGTA construído. A TI Truaru faz parte da região do Murupu e também faltava a construção do seu PGTA .

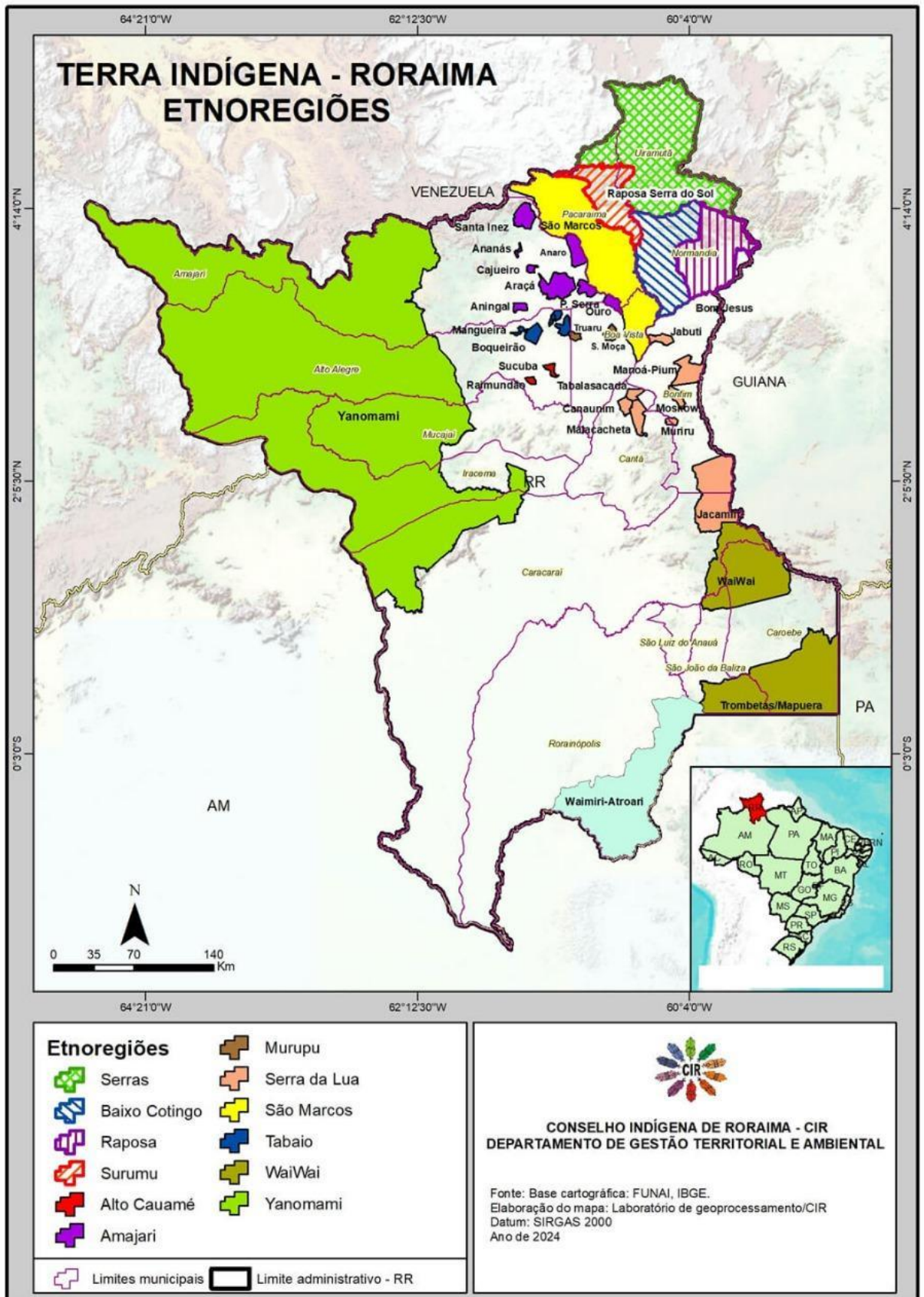


Figura 13 – Mapa etnoregiões – destaque para as regiões Tabaio e Amajari.

- **Condições de realização**

Quando decidi fazer esses PGTA's de dez dias, comecei a montar, na minha cabeça, uma metodologia. Ela não existia no papel, porque eu fui pensando e fazendo. Para realizar um processo dessa proporção, vários aspectos devem ser considerados a fim de que o “diálogo” possa realmente acontecer, a começar pela parte logística. Eu precisava ter dois ônibus em cada região, um deles em cada terra indígena para garantir o transporte das lideranças.

Um segundo ponto era garantir a participação. Isso envolve pensar na porcentagem de pessoas que deveriam estar presentes, sem fugir da realidade dos PGTA's que nós fazemos direto na terra indígena. Mesmo quando realizamos as reuniões dentro da própria terra indígena das comunidades que estão construindo seus planos, nós não conseguimos ter a presença de todos os moradores daquela terra ou região, nós contamos com uma parte de pessoas que vão falar por essa terra indígena, que vão representar, que tem voz legitimada pela comunidade e vão decidir sobre os temas.

Garantindo transporte e participação, podemos fazer um PGTA dentro ou fora da terra indígena.

O terceiro ponto fundamental que eu considerei foi a alimentação. Todo mundo precisa ter comida, precisamos de comida suficiente e comida diferenciada. Nós não podemos ter a mesma comida todo dia porque passaremos dez dias em um lugar, então eu quero uma comida diferenciada, eu quero carne, peixe, frango, eu quero mingau para as crianças, porque eu vou tirar elas das comunidades, preciso levar alguma coisa para fazer mingau para essas crianças. Eu quero produtos de higiene para as mulheres, porque quando você tira um povo da realidade de uma comunidade para outra, você tem que dar condições daquelas pessoas ficarem ali. Pensei: vamos levar lona, vamos fechar os espaços onde irão dormir. Eles não podem pegar chuva. Vamos distribuir mosquiteiro para todo mundo, então eu fiz uma parceria com a Unicef e solicitei 250 mosquiteiros para dar um para cada pessoa. Eu queria que eles fossem tratados da melhor forma possível para que tivéssemos uma boa reunião e tivessem conforto, pois eu estava tirando as pessoas de suas comunidades.

Eu gosto de organizar nossas reuniões com camiseta, bolsa, então eu mandei fazer em Brasília 250 camisetas, 250 bolsas para distribuir. Levei copo para cada um, para que não tivéssemos problema de acúmulo de plástico, todo mundo tinha o seu kit, para diminuir essa questão de alguma virose, que é propícia quando temos um volume de pessoas muitos dias

juntas. Nós nos organizamos para ter uma equipe multidisciplinar da do leste, onde todo mundo pudesse ser atendido em caso de necessidade. Nós também fizemos *banner* para ter um material visual onde todos pudessem ver que nós estávamos realizando.

Depois de considerar essas condições básicas do encontro, comecei a pensar na parte da metodologia, em como iríamos trabalhar isso de fato. O novo desenho trazia um desafio porque, ao fazer um PGTA para uma terra indígena, nós nos organizamos e havia uma alternância na moderação. Eu moderava, o professor Daniel, do Insikiran, também fazia esse trabalho e nós acompanhávamos juntos as oficinas temáticas. Mas agora eu estou falando de quatro PGTA's simultâneos, com várias oficinas temáticas acontecendo ao mesmo tempo, ou seja, tudo que envolvia um papel no processo, neste novo desenho, envolvia vários papéis da moderação à relatoria.

Decidi fazer um treinamento com a equipe do Departamento de Gestão Territorial e Ambiental sobre os temas, eu disse para minha equipe, nós temos que sair daqui preparados para assessorar as lideranças nas oficinas quando elas estiverem acontecendo, então nós vamos nos dividir e apoiar essa construção. Por exemplo, se durante a oficina de manejo de recursos naturais você tiver diante de um problema com a questão da água, com plantação, chame um engenheiro agrônomo, que ele vai ajudar, e assim sucessivamente, quando você estiver trabalhando um mapeamento que você não entender sobre aquela parte onde ele está dizendo que ele planta, que ele caça, chame uma pessoa que possa ajudar você ali para fazer essa assessoria. Então eu saí de lá com uma equipe treinada para assessorar os grupos.

Com quatro PGTA's sendo construídos simultaneamente, nós iríamos precisar de mais pessoas para a relatoria. Decidimos fazer uma seleção olhando o histórico das pessoas, avaliando se elas tinham afinidade de trabalhar com povos indígenas, sempre no cuidado com a informação que seria produzida. Tínhamos de levar pessoas de confiança, porque as comunidades, elas têm essa questão. Se você tem a confiança das pessoas, você consegue que elas trabalhem bem, que discutam sobre o tema, e isso vai para o relatório. Se elas não confiarem, então elas travam e aí você não tem nada para relatar. E, principalmente, quando estamos na construção de um Plano de Vida, é importante ter consciência que é a vida delas, não é mesmo? Elas não vão contar a vida delas para qualquer pessoa.

Nesse processo de seleção, montamos uma equipe com pessoas que já haviam feito algum trabalho nessa área e que tinham afinidade para trabalhar com povos indígenas. No grupo

selecionado, havia estudantes da UFRR, pessoas que trabalhavam no abrigo com os Warao, uma pessoa que veio de Manaus e tinha experiência em relatoria. Queríamos ter seis relatores. A princípio, eram dois relatores para cada terra grande, para cada região, e um relator para cada terra indígena pequena. Conseguimos montar essa equipe e ter a pessoa responsável pela relatoria. O comando era: todos os relatores terão uma pessoa a quem eles vão se dirigir, e a Talita, como a pessoa mais experiente na relatoria, conduzia o grupo. Cada relator deveria fazer a relatoria e reportar a ela como chefe da relatoria. O objetivo era que os relatores acompanhassem de perto as oficinas, fosse digitando ou gravando. Para isso demos os subsídios e as condições para a realização de uma boa relatoria.

Partimos para o evento. Era hora de botar em prática tudo isso. Treinamos a equipe, conversamos com a relatoria, já tínhamos a pessoa para coordenar a relatoria. Fomos para a prática.

Escolhi o centro do Amajari para realizar esse trabalho porque é um espaço que já recebeu uma Assembleia Geral do Conselho Indígena de Roraima, contando com um público de 2 mil a 3 mil pessoas. Esse espaço, portanto, comportaria bem a quantidade de pessoas que estávamos esperando, em torno de 250.. Lá contamos com uma cozinha regional, contratamos quatro cozinheiras para fazer a comida, observando a questão da saúde, quem não podia comer muito óleo, quem não podia comer muito açúcar, quem não comia carne.

No espaço do centro, nós temos o Malocão central, e, ao redor, existem várias casinhas pequenas, que, durante as assembleias, ficam nas regiões. Na região do Tambaio, região das Serras, fizemos da mesma forma. Usamos o mesmo formato que tradicionalmente eles se organizam para assembleias.



Figura 14 - Espaço da realização das oficinas - desenho do Local - Renan/Pisasa

Organizamo-nos para fazer as plenárias no Malocão central e as oficinas temáticas de cada PGTA serem realizadas nas casinhas separadas. Então preparamos as casinhas onde ficariam os povos da região do Amajari, da região do Tabaió, da Terra Indígena Sucuba e da Terra Indígena Truaru.

- **A dinâmica metodológica**

Eu pensei a metodologia da seguinte forma: no primeiro dia, fazer a introdução de forma simplificada sobre o que eram esses Planos de Gestão Territorial e Ambiental abrindo espaço para que eles pudessem dar o nome que eles quisessem. Fiz uma linha do tempo de todos os 27 PGTAs que já havíamos construído com a metodologia inicial, com a metodologia melhorada e o que já havia sido mudado com a parceria da Funai, do Instituto Insikiran e de outros apoios e parceiros que tivemos, então foi muito oportuno para contar um pouco a história da construção dos PGTAs em Roraima.

Ao longo dos dez dias, a cada dois dias e meio, seria realizada uma oficina temática, começando pela discussão sobre “Recursos Naturais no Modo de Vida dos Povos Indígenas”, depois mais dois dias e meio para trabalhar a oficina de “Controle Territorial e Direitos dos Povos Indígenas” e, na sequência, mais dois dias e meio para o tema da “Formação para Gestão”. No segundo dia, começamos as discussões sobre o tema do manejo de recursos naturais. No quarto dia, na parte da tarde, demos início à a temática de controle territorial.

Convidamos o setor jurídico do CIR para fazer esclarecimentos a respeito dos direitos indígenas, dos problemas externos e internos e como inscrever isso dentro do plano. Do sétimo até a metade do nono dia de trabalho, fizemos a oficina temática de formação para a gestão territorial. Na parte da tarde do nono dia, foi feita uma revisão do material registrado pelos relatores ao longo do processo. Essa revisão foi importante como preparação para o último dia, quando os participantes apresentaram os resultados do planejamento de cada região para algumas instituições governamentais e não governamentais convidadas. Essa atividade aconteceu no décimo dia.

Ao longo desses dez dias, a ideia foi dividir por regiões separadamente, apesar de estar no mesmo espaço, cada região trabalhou o seu Plano de Vida com todas as oficinas temáticas e suas especificidades em um lugar separado.

Vale a pena destacar que não levamos nada pronto, mas usamos a metodologia de construção coletiva, com direcionamento para a construção do documento. Nesse diálogo, as comunidades precisavam acessar palavras de fácil entendimento para que as lideranças, mulheres e os jovens pudessem devolver a construção com as informações na perspectiva que as implementações aconteciam, mas respeitando o tempo dos povos indígenas, naquilo que eles têm se proposto a fazer, e como o plano vai impulsionar, por exemplo, políticas públicas, por meio do plano de gestão, e melhorar a questão da saúde, da água, da escola. Tudo isso fomos conversando de uma forma muito simples, que eles pudessem trazer as informações e construir como eu quero fazer a gestão do meu território (o que temos feito para cuidar do nosso território e o que precisamos para continuar). Algumas ações as comunidades já realizam e podem desenvolver por conta própria, como os acordos de pesca, acordos de caça, acordos de uso da terra, mas há outras que dependem de políticas públicas.

Toda vez que começamos um Plano de Gestão Territorial, as pessoas dizem “eu não sei o que é isso”. Nesses momentos, costumo fazer uma analogia entre a construção do plano e a construção de um Malocão (um grande barracão), que são essas grandes construções que os povos indígenas fazem para utilizar como espaços coletivos para reuniões, festas, feiras e diversas atividades. A partir do momento que contamos a história de como é construir um Malocão, meus parentes conseguem entender como é construir um Plano de Vida. Eu digo: é o plano da vida de vocês, vocês vão dizer como querem fazer a gestão do território a partir daquilo que vocês estão vivendo, nessa terra, nessa região.

Quando vamos construir um Malocão, primeiro há uma reunião para decidir quem vai fazer parte dessa construção, depois delegam-se as demandas para as pessoas, quem vai tirar a palha, quem vai tirar a madeira. Vai fazer isso quem sabe fazer, como, por exemplo, tirar a madeira tem um conhecimento específico para realizar esse trabalho. Vai chegar o dia em que vocês reunirão esse material para levantar o Malocão, e quem monta a estrutura, muitas vezes, não é a mesma pessoa que tira a palha, porque não sabe fazer essa parte. Por último, eles vão fazer a cobertura.

Construir um Plano de Vida é isso, cada um tem uma participação diferente naquilo que conhece, tem muitos sábios, pajés, muitas lideranças que sabem muito sobre a terra indígena, tem muito para contribuir com o que chamamos de ordenamento territorial. Então eu tento traduzir isso desde o primeiro momento para que as pessoas possam saber o que é construir um plano de gestão, para não sair de lá sem saber o que tinham ido fazer. Essa é uma dinâmica dialógica, conversada, trazendo a melhor forma de entendimento. O desafio era conseguir trabalhar isso intensamente em dez dias com as lideranças para terminar, no último dia, apresentando todo o trabalho que foi feito no momento que nós chamamos de Diálogos para Pactuação das Ações do Plano.

Nesse primeiro momento, fiz uma plenária para alinhar a compreensão do que era o PGTA e apresentei uma linha do tempo dos PGTA's até ali. Como eles tinham sido feitos, como era a interação das comunidades para construir as oficinas, o que eles faziam nessas oficinas. Como é que eles trabalhavam, qual era o envolvimento das mulheres, de homens, e eu fiz toda essa introdução usando um PowerPoint, vídeos e imagens. Falamos muito das implementações dos PGTA's. No Brasil, vivemos muito essa questão de quem já tinha plano a ser implementado, então, estávamos um pouco adiantados nisso e trouxemos os outros PGTA's que já estavam feitos para que pudessem servir de exemplo.

O que é plano, o que é gestão, o que é território? Como fazer para eles entenderem isso? Nessa introdução também falei da PNGATI, quando foi construída essa política pública e quando foi criado o decreto. Falei também da implementação dos PGTA's. Nós não podemos olhar o PGTA como um projeto simples. Ele é um projeto de vida, não é um projeto de recurso que nós olhamos para eles com dois cífrões nos olhos. Nós temos de olhar mesmo como um projeto de vida, com dinheiro ou sem dinheiro, a vida continua.

Apresentei a equipe de relatoria, expliquei como iria funcionar, que eles iam ter um relator direto com eles, que eram pessoas que nós tínhamos escolhido, pessoas de confiança, que assinaram um termo de responsabilidade conosco. Apresentei os relatores para cada terra indígena, se era homem ou mulher e área de formação. Expliquei que a equipe do nosso Departamento havia passado por um treinamento. Cada terra indígena, cada região, teria uma pessoa do Departamento lá, acompanhando as oficinas temáticas. Se eles não entendessem algum tema ou alguma palavra, eles poderiam falar com a gente. Na sequência, abrimos um espaço para que eles pudessem tirar as dúvidas. Depois dessa interação, partimos para as oficinas temáticas e nos distribuímos nas casas.

- Manejo sustentável dos recursos naturais e crise climática

A integração do processo de gestão do território com as discussões sobre o tema das mudanças climáticas foi um aspecto novo na construção desses quatro PGTAs. Como eu apresentei em outro momento desta dissertação, nos últimos anos, o CIR vinha construindo PGTAs e desenvolvendo estudos de caso sobre mudanças climáticas que subsidiam a construção de Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Temos, portanto, dois instrumentos diferentes, o PGTA e os planos de enfrentamento.

Na construção dos PGTAs anteriores, o tema das mudanças climáticas começou a aparecer nas discussões em razão das próprias percepções das comunidades indígenas sobre como as transformações do tempo estão impactando a vida nas terras indígenas, mas essas discussões não estavam integradas na metodologia. Na parte da “Oficina de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais”, eles e elas traziam muito essa questão do que acontecia dentro das comunidades, na parte de plantação, criação de animais, na questão da cultura, dos saberes tradicionais.

Quando íamos sistematizar as demandas, eles falavam, “eu quero colocar a criação de peixe”, e nós perguntávamos se isso era uma questão principal. As respostas eram “sim” e aí começavam a dizer o que estava acontecendo. Sobre a seca de um lago, de um igarapé, e que os peixes regionais não estavam mais ali. Então eles queriam ter uma alternativa de manter essa fonte de comida tão fundamental para os povos indígenas, que é o peixe. Mas, por exemplo, na Terra Indígena Jacamim, eles queriam criar porcos-do-mato e perguntávamos: por que esses porcos, considerando que existem os porcos caseiros? Eles falavam: “Porque estamos vendo

que não tem mais. Então queremos também colocar na nossa demanda criação de porco-domato”.

Indo para outras terras indígenas, outras comunidades apontavam:

“Queremos melhorar a questão da semente porque tem uma mandioca que é de seis meses que sempre plantamos e deu. Agora não está funcionando. Agora está dando de um em um ano, e aí queremos sementes para garantir essa parte da alimentação”. Então, desse modo, fui percebendo que, dentro dessas oficinas, dos oito primeiros PGTAs que nós construímos, estava acontecendo alguma transformação. Era uma questão que já afetava diretamente eles e nós poderíamos ter mais clareza ainda quando começássemos a construção dos Planos de Enfrentamento das Mudanças Climáticas. Isso veio à tona nos calendários etnoecológicos, os quais eles falavam sobre o tempo de plantar, tempo de colher, o que estava acontecendo ao longo das últimas décadas e como se encontrava no presente.

Eu vi a necessidade de, na construção desses quatro planos, trazer esse tema dentro da oficina de “Manejo Sustentável dos Recursos Naturais” e trazer informações sobre o assunto, sistematizar soluções e demandas para a questão da mudança climática. Então eu inseri esse tema da transformação do tempo especificamente na oficina de “Manejo Sustentável dos Recursos Naturais”. Eu sabia que lá eles iriam fazer uma interface com a questão da plantação, da criação de animais, dos animais silvestres, a questão da conservação dos lugares sagrados.

Nessa experiência de construção intensiva dos quatro PGTAs, decidi incluir o tema das mudanças climáticas na temática do manejo sustentável dos recursos naturais de maneira mais direta. Pelo fato de o tema mudança climática impactar diretamente na gestão do território, é muito importante que esteja dentro do plano de gestão, porque o plano é uma ferramenta de diálogo e traz esse assunto num momento muito pertinente, no qual vemos o mundo inteiro se voltar para essa questão, que afeta diretamente a vida social, cultural dos povos indígenas, do mundo. Portanto, seria uma inclusão estratégica. Considerei relevante trazer esse tema para que fosse tratado pelas lideranças porque eu acredito que elas vivenciam essas transformações em suas comunidades, ou seja, as informações seriam mais contextualizadas do que aquelas que vemos, por exemplo, nas notícias de jornais, escritas nos livros pelos cientistas. As lideranças agregam uma realidade de vivência.

Logo, fizemos um trabalho integrando a questão da transformação do tempo, que é como nós chamamos as mudanças climáticas, para avaliar como essas transformações estão

impactando as plantações, a busca de matéria-prima para fazer artesanato, a pesca, a caça, e a água. Por exemplo, a questão da construção das casas de cura e da busca das plantas medicinais tem ficado difícil.

As mudanças climáticas vêm afetando diretamente a vida, porque o inverno e o verão já não têm tempo certo. Então começamos a sistematizar como enfrentar essas novas situações a partir das suas vivências ou, por exemplo, começar a se adaptar para ter semente resistente ao inverno, ao verão. Esses impactos têm efeito em cadeia porque, se não há fruto, não há caça, eles vão ter uma baixa de alimentação para essas comunidades. Se eu não conseguir plantar a mandioca, eu não vou ter a farinha, que é o principal prato das comunidades.

A experiência mostrou que foi acertada a decisão de incluir o tema de mudança climática, ou transformação do tempo, do modo como eles conhecem, não tratando esse tema separadamente. Na primeira vez que isso aconteceu, na TI Jacamim, não tínhamos planejado essa integração, mas coincidiu com a realização das oficinas do PGTA e a realização do primeiro estudo de caso, que estava sendo feito pelos ATAs das comunidades de Jacamim. Dessa vez, novamente na mesma época da construção dos PGTA, estávamos fazendo o Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas na Terra indígena Araçá, na região do Amajari.

Isso colaborou muito porque vários ATAs que são os pesquisadores indígenas constroem esse plano com as comunidades, e eles trouxeram para a discussão junto às comunidades que era muito importante realizar uma avaliação de como estava se dando a questão da transformação do tempo nesses lugares e fazerem apontamentos que pudéssemos ver dentro do plano.

Quais demandas apareciam para situações emergenciais. Eles estavam chamando de “crise climática”. É uma emergência climática devido à falta de semente, falta de água. Então isso ficou muito forte, e eles começaram a relatar quais comunidades estavam sem água, sem sementes.

No contexto prático da oficina, esse tema foi abordado da seguinte forma. Nós tratamos como eles estavam observando essa interface com a natureza. Então tentamos iniciar um diálogo, por meio de uma roda de conversa, para que eles entendessem a questão do manejo e do uso dos recursos naturais.

E eles trouxeram muito claro isso. “Olha, quando o buriti dava no tempo certo, então tínhamos a paca e agora já não tem mais isso, não conseguimos mais caçar paca porque o buriti já não dá no tempo certo. E a paca também já não tem mais filhote no tempo certo”.

Então fomos abordando de uma forma que eles contaram os impactos que estavam acontecendo. E observei que isso legitimava aquilo que já havíamos pensado no início, que a mudança climática está impactando diretamente a vida dos povos indígenas.

Dentro dessa oficina, perguntamos: como é que vocês tratam dialogando com a natureza na prática? O que realmente vocês têm visto que tem mudado a questão da pesca? Como as mulheres estão colhendo suas plantações na roça? Como as pessoas que vão caçar têm visto os efeitos dessas mudanças? As pessoas que estão fazendo artesanato, o que elas estão percebendo? Essas eram perguntas feitas no desenvolvimento dos estudos de caso que nós trouxemos para dentro da oficina.

Durante as rodas de conversa, as pessoas diziam: “Hoje está muito difícil aquele peixe que a gente encontrava com muita facilidade já não encontra mais”, e nós íamos lendo e registrando o que eles estavam falando.

Nessa leitura, só reafirmamos que realmente existe a questão de transformação do tempo, que está impactando a vida dos povos indígenas. Mas é dentro desse diálogo, dessa roda de conversa sobre como eles fazem essa interface com a biodiversidade, com a questão da floresta, da água, e aí eles constroem referências àquilo que está mudando.

As pessoas trouxeram relatos do tipo: “Naquele tempo chovia seis meses, aí era muito fácil encontrar todas as plantas que a gente fazia tal remédio. Agora chove menos, então já está muito escasso encontrar aquela planta”, daí, iam surgindo detalhes.

Não temos mais dúvidas de que algo está acontecendo e que está impactando diretamente a vivência dos povos indígenas com a natureza, e que isso impacta a cultura, a comida, o que eles fazem dentro das comunidades. Dessa forma, nesse diálogo, identificamos potencialidades, os principais problemas e as demandas das comunidades sobre esse tema.

Um ponto importante que surgiu nesses diálogos foi o entendimento de que sozinhos eles não conseguiriam dar conta do recado. Por isso que eles estavam ali pedindo apoio. A mensagem era mais ou menos esta:

“Somos comunidades do Lavrado, onde nós nunca tivemos floresta densa, e com toda essa questão de mudança do clima, estamos com uma ideia de ter florestamento, não reflorestamento, mas florestamento mesmo. Queremos saber como é que podemos cultivar árvores, mesmo conscientes de que muitos de nós que já somos mais velhos não vamos comer o fruto, mas podemos cuidar para que os nossos netos possam ter a mesma vida que nós tivemos até agora”.

Algumas vezes surgiu um encaminhamento na busca de uma solução e outras vezes não. Lideranças de algumas regiões diziam: “Olha, se não tivermos recurso para ter alternativa de água, estamos fadados a não ter como produzir alimento e ficar com estoque muito baixo”.

Então, ao mesmo tempo que visualizamos uma solução, tivemos uma demanda por alternativas de água, de energia para irrigação. Tudo isso eles iam trazendo e fazendo uma comparação com ações do governo que acontece no agora.

“Ó, está vendo, fulano aderiu à questão do agro indígena, plantou 3 ha de milho e ele conseguiu colher porque ele tinha o insumo. Ele tinha calcário, ele tinha o trator que cortou a terra. Ele tinha condições para plantar, e até quando nós, no Lavrado, com esse solo que está ficando cada dia mais pobre, vamos ficar plantando e não vai ter colheita? Estamos sempre nessa de plantar, e se não chover, não dá e nem todo lugar aqui no Lavrado tem água.”

Então foi uma conversa mais ou menos assim, indicando possíveis soluções que demandam apoio, que não dependem apenas deles.

Outra questão muito debatida foi de médio e longo prazo. Em algumas situações, eles não têm água potável para beber. Eles atribuíram isso à seca dos igarapés no período do verão e que a perfuração de poços artesiano vai demandar muito para a Sesai.

Quando puxamos o fio lógico, vemos que há uma solução e uma demanda, uma solução e uma demanda. E encontramos, dentro dessas discussões, demandas que vêm para impulsionar políticas públicas que nós sabemos que não terão resposta muito rápida.

Eles sempre diziam assim:

“Esperamos que isso não demore tanto tempo para chegar na nossa comunidade, que possamos ter uma resposta para isso que estamos vivenciando agora, porque os nossos

filhos, as crianças na comunidade, as mulheres, nós precisamos ter uma solução, porque não vai acontecer, está acontecendo agora”.

Então ouvimos várias falas deles relatando isso, sobre essa questão do impacto, da solução e da demanda que eles precisam.

Nesse momento, é importante deixarmos claro que o plano de vida não é um Banco, onde vamos quantificar tudo isso em recursos. Ali, eles fazem um planejamento para a vida, para a vida inteira, mas, por outro lado, nessa questão das mudanças climáticas, é o momento em que nós também podemos levantar uma base de como eles estão fazendo a gestão do território, como isso tem impactado a vida e a necessidade de uma resposta rápida nos recursos que são para o clima.

Então, quando olhamos para a implementação dos Planos de Gestão, há um recurso específico para a proteção do território. Mas também podemos levar agora com o olhar de que, para manter a gestão do território, precisamos ter recursos de resposta rápida ou perderemos parte desses conhecimentos tradicionais devido a uma questão cultural que está sendo afetada diretamente. É preciso que haja políticas públicas claras para isso. Esse ponto nos leva ao debate sobre as políticas de adaptação às mudanças climáticas e eu quero voltar nele mais adiante.

- Visões de futuro e mudanças climáticas

Alguns elementos da metodologia colocada em prática na construção dos planos anteriores foram mantidos, como a dinâmica de desenho de visões de futuro de jovens, de mulheres e dos homens. Esse jeito de fazer traz uma característica muito importante, que é envolver as pessoas que, por exemplo, não sabem escrever. Essas pessoas, muitas vezes, sequer querem participar por causa da questão da escrita, não ficam à vontade de estar junto na discussão, mas o desenho abre essa possibilidade. Quando trabalhamos a visão de futuro, que é essa parte de desenhar, várias dessas pessoas se envolvem, elas dão opinião, elas falam, como elas queriam trabalhar, como as mulheres querem trabalhar com artesanato, com as feiras, então elas desenharam, elas colocam ali a sua visão de futuro, em um horizonte que estávamos trabalhando, que era de 50 anos para frente, ou seja, o que eu gostaria que acontecesse na minha terra indígena daqui a 50 anos em vários aspectos .

Foi muito importante que os homens da região do Amajari na visão de futuro colocaram e fizeram uma demonstração, colocaram pessoas, jovens, pessoas de meia idade, pessoas bem mais velhas. Então eles falaram, se hoje estamos trabalhando, por exemplo, para ter um reflorestamento, essa pessoa que tem 50 anos, provavelmente ela não verá o reflorestamento, porque quando ela tivesse 100 anos, pode ser que ela não esteja mais aqui entre nós. Já o jovem que tinha 16 anos, daqui 50 anos, com 66 anos, ele poderia ver árvores dando frutos, então eles fizeram uma representação assim, bem bonita, do plano de futuro ligando o tempo de vida das pessoas à projeção da visão de futuro impactada pelas mudanças climáticas e como esse impacto está afetando diretamente e comprometendo o futuro da comunidade. Se você sabe o tempo de plantar, você planta, eles sabem também o tempo de colher. Se você não tem mais essa noção do tempo, como eles relataram dentro dessa discussão, você fica meio que perdido no tempo, a interação com a questão das mudanças climáticas foi uma reflexão de noção de saber o que é a mudança climática.

Muitas pessoas não têm familiaridade com esse nome de mudanças climáticas, mas, quando falamos de transformação do tempo, as pessoas começam a refletir sobre o inverno e o verão e como esses ciclos estão acontecendo em tempos diferentes, não é mais o tempo certo que acontecia. Eles começam a refletir sobre esses impactos na gestão do território e fica uma reflexão de pensamento, de como vai é agir agora daqui pra frente e como vai ter respostas para isso. Toda essa discussão sobre mudanças climáticas foi muito mais sobre aprendizado do que levar informações, porque eles mesmos refletiram sobre o impacto que está ocorrendo, em todas as partes que eles têm demandado, que eles têm discutido, dentro do Plano de Vida. Então vamos trazer esse tema junto integrando o Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas dentro do PGTA, o Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, vamos inserir dentro do PGTA como encarte, como parte daquele plano de gestão.

As demais oficinas ocorreram na sequência dessa discussão sobre manejo dos recursos naturais e crise climática. Ao longo dos dias subsequentes, debatemos controle territorial e direitos indígenas, formação para gestão e fechamos com dos diálogos para a pactuação das ações do plano.

Na oficina de “Controle Territorial e Direitos Indígenas” foram discutidos diferentes elementos que integram o controle territorial pelo olhar dos povos indígenas, trazendo a realidade dos problemas internos e externos para cada plano com a sua especificidade, nas

experiências já acumuladas de enfrentar com toda a sabedoria indígena e também usando os seus regimento internos. Cada uma dessas regiões tem demandas específicas e diferentes:

- Região do Tabaio comunidade do Pium tem problema de retomada de terra.
- Truaru tem uma estrada que passa dentro da comunidade por onde transitam carretas para escoar a plantação de soja.
- Sucuba tem seus limites rodeados de fazendas e problemas no uso do igarapé .

Além das pressões externas, há problemas internos e outras situações de conflito nas comunidades para os quais são encaminhados regimentos, acordos coletivos e protocolos de ação para o tema e a realidade específica de cada comunidade e terra indígena. Na atividade de construção dos mapas mentais pelas lideranças, é possível ter um panorama do todo e dessas ações apontadas, que ocorrem tanto interna quanto externamente.

Isso é um potencial das TIs, o modo tradicional de mapeamento e a ordem da gestão do território pensado coletivamente por cada povo. O trabalho coletivo para pensar o controle dos territórios fazendo o diagnóstico de cada demanda e identificando possíveis organizações parceiras, governamentais e não governamentais, é um exercício importante. Ele fortalece esses vínculos que podem apoiar a implementação desse planejamento, considerando as leis internas e os seus regimentos. É importante contextualizar como se dá isso no plano para não termos choque de poder, de realidade e de cultura.

Depois, na oficina de “Formação para a Gestão”, identificamos como as diferentes formações podem ajudar na gestão dos territórios, principalmente com novas demandas. Nesse momento, fizemos um balanço dos diferentes tipos de formação para saber como podemos ampliar o cuidado com as suas comunidades e foi possível fazer uma lista de demandas para formação e um mapa de oportunidades e parcerias, além de novas formações necessárias.

A oficina sobre as formações propôs aos participantes pensar numa construção coletiva em busca de melhorias para os filhos e netos que estão crescendo e precisam de formação para lidar com os novos temas da gestão territorial e ambiental e os direitos dos povos indígenas, segurança da informação, garantindo, assim, uma terra rica e preservada. Essa oficina foi dividida em três subtemas: potencialidade; formação alternativa, que é o nosso jeito de formar

tradicional na comunidade; e formações técnicas, científicas e acadêmicas oferecidas pelas instituições de ensino formal.

Por fim, na etapa de Diálogos para Pactuação das Ações do Plano, convidamos pessoas dos órgãos públicos para mostrar o que estava sendo construído pelas lideranças e demandamos ações de políticas públicas. As instituições presentes foram Funai, Sesai, Embrapa, IFRR, Seplan, Departamento de Educação Escolar Indígena. Esse foi o momento culminante da metodologia, de reunião com representantes das organizações governamentais e não governamentais para informar o que estava sendo construído e para eles saberem que, hoje, o que é demandado pelas lideranças das regiões e terras indígenas está sistematizado em um documento para ser implementado.

- **Avaliando o processo**

É desafiador você colocar duas regiões com duas terras indígenas juntas para tratar temas com as suas especificidades, de povos diferentes. Nesse processo de construção dos PGTAs, participaram parentes das etnias Macuxi e Wapichana, isto é, pessoas de diferentes culturas, com línguas diferentes, que têm maneiras próprias de trabalho, modos de vida específicos que envolvem jeitos variados de plantar, de colher, da vida social, trabalhando juntos. Então tudo isso é observado dentro dos Planos de Vida.

No percurso, algumas pessoas adoeceram e felizmente tivemos uma equipe inteira multidisciplinar da Sesai para atender a essa demanda. Houve um momento em que foram mais de dez pessoas doentes. Nessa hora eu comecei a querer desistir, mas era uma virose que geralmente acontece onde tem uma concentração grande de pessoas. Resolvi continuar, pessoas da nossa equipe também adoeceram, mesmo assim continuamos todo o processo. Nós não tínhamos ali ninguém de fora, nem um consultor para dizer se estávamos indo pelo lado errado ou certo. Então nós conseguimos colocar em prática todo o aprendizado com a construção de planos de uma forma nova e colocar no papel como fazer a gestão do território e quais são as demandas prioritárias para que eles pudessem ter quatro PGTAs prontos em um tempo menor que os outros e com menos custos dessa ação de planejamento.

Olhando para trás, faço a seguinte análise: quando nós fizemos os outros PGTAs, acontecia a oficina de “Manejo Sustentável dos Recursos Naturais” e daí demorava talvez uns

quatro meses para realizar a próxima oficina. Depois, demorava mais outros cinco ou seis meses para realizar a terceira oficina. Então, eram três oficinas muito distantes umas das outras, e, quando voltávamos para fazer a reunião, precisávamos refazer o trabalho de mobilizar, sensibilizar e dizer qual era a importância daquela atividade, além de repassar as informações novamente.

Além disso, outro aspecto complicador é que, geralmente, não eram as mesmas pessoas que estavam na oficina de Manejo que participavam da oficina de Controle Territorial e, quando chegávamos à última oficina, parecia que o que havíamos falado no começo, na primeira oficina, já não era lembrado. Então nós fazíamos o trabalho três vezes. Toda vez tínhamos de reafirmar que era o PGTA. Eu vivi muito isso. Depois que terminava o PGTA, perguntávamos se todo mundo sabia o que era o PGTA e ainda via subir algumas mãos para dizer que não sabia o que era.

Para mim, isso mudou com essa nova metodologia e eu não vi aquelas pessoas ali só como pessoas que estavam construindo esse plano, mas como multiplicadores dessas informações para as comunidades, elas levariam essas informações depois nas reuniões comunitárias para falar o que era construir um PGTA.

O que mudou? Além de termos poupado tempo, economizamos recursos para a implementação, porque parte do que nós gastávamos com as oficinas poderia ser canalizado para implementar algumas ações. Além desse aspecto de custos, o formato permitiu que as pessoas ficassem mais intensamente ali falando sobre o seu território. Um ponto fundamental de realizar as oficinas na sequência é que os participantes conseguem fazer a interface de uma oficina com a outra. Na oficina de Manejo, vimos pontos importantes e também aprendemos a questão do controle territorial. Quando alguém se forma aqui, por exemplo, como vaqueiro, naquela oficina do Manejo, nós falamos do gado, então, quando começaram a fazer essa conexão entre as oficinas, isso era algo que eu não vi acontecer nas oficinas passadas.

Eu percebi que, com nova metodologia, a pessoa entendia perfeitamente esse caminho que fizemos, esse roteiro das oficinas temáticas. Mesmo que com outros nomes, porque, na gestão do território, todas as coisas estão interligadas. Nós tentamos, às vezes, separar a questão da formação, do controle, do uso da terra, mas tudo está interligado. Ali tem um entendimento que tudo acontece junto, daí eu fui percebendo que as pessoas participavam com mais segurança.

Por exemplo, as mulheres sempre têm a sensibilidade de observar mais como as coisas vão acontecendo, e aí elas falavam:

“Quando falamos aqui do plano de futuro, o que queremos para o nosso futuro? E quando olhamos para a formação, vemos que é necessário, para esse plano de futuro dar certo, termos pessoas que possam nos ajudar para que isso aconteça. E vemos na questão da formação que isso pode ajudar muito. Trabalho que temos feito na formação de jovens que podem levar esse plano adiante.”

Para mim, isso foi novo, a dedicação das pessoas em ficar ali dez dias praticamente em regime de imersão, estudando seus territórios, pensando sobre eles, planejando sobre eles. Olhando as políticas públicas, quais parcerias nós temos? Quais parcerias novas precisamos buscar? E como podemos implementar esses planos?

No final as pessoas falaram:

“Olha, isso aqui também para nós foi um aprendizado, nunca mais tínhamos sentado na liderança para pensar. O território já está demarcado. Agora em nossa vida todo mundo trabalha, o professor, o agente, o cara que coloca a roça, mas ninguém se encontra para falar do território, dos problemas, dos acordos.”

Então é um momento de reflexão para a terra indígena, para a região. Esse formato de imersão para refletir sobre o território reunindo terras e regiões diferentes também trouxe um fator novo em relação aos PGTA's feitos em uma única terra ou região. Ele permitiu uma dinâmica de interação e intercâmbio entre as diferentes realidades. Não foi uma competição, mas virou quase isso. Cada um queria fazer a sua visão de futuro melhor do que a outra. E cada jovem daquela região, cada mulher, cada homem, procurava trabalhar ali para fazer uma visão de futuro melhor, para mostrar para a plenária como estavam planejando para os próximos anos. Quando estamos apenas numa região ou numa comunidade, eles vão trabalhando, mas ali houve uma interação: “Olha, estão colocando lá que querem isso. Nós também precisamos colocar o que queremos”.

Houve uma exposição com todas as visões de futuro e as regiões tiveram a oportunidade de visitar umas às outras. Todos pudemos passar por todas elas, olhar os desenhos e ouvir as explicações. Ver a realidade de outra região com tantas demandas diferentes ou olhar para uma terra indígena pequena, que está mais perto da cidade e ver o que está acontecendo em outras

comunidades que estão mais longe, tudo isso fortaleceu muito nosso próprio movimento indígena, porque cada um saiu dali com uma ideia na cabeça para melhorar a gestão do território nas suas terras indígenas, o cuidado com a terra em vários aspectos. Eles também trouxeram isso na avaliação. Então houve esse intercâmbio de comunidades.

Eu considero que isso foi melhor do que ficarmos fazendo oficinas espaçadas com pessoas que não participam da primeira nem da última. Pessoas que vinham só no dia da pactuação, levantava a mão e dizia “mas isso aí não está certo”. Porém, como dizer isso sem ter participado? Até entender o processo e saber o que estava sendo pactuado, a pessoa ficava perdida e começava a querer discutir decisões que já haviam sido discutidas.

Além desses dois pontos fundamentais da imersão nos temas, compreensão do processo e participação qualificada, ao olhar para essa experiência, destaco, a seguir, os seguintes elementos fundamentais: logística e articulação – moderação – relatoria – mídia e comunicação – produto final.

Logística e articulação – O recurso que disponível parecia muito, mas não era. Quando precisei alugar dois ônibus, por exemplo, para levar mais de 100 pessoas, já encareceu muito, e ter alimentação para dez dias, para 250 pessoas no mesmo lugar, também tem um custo alto. Se eu construir mais PGTAs, hoje, eu mudaria a forma de articulação. Nós trabalhamos uma forma de articulação, meio de longe, pelo rádio, mandando documento para a comunidade, que surtiu efeito, mas as pessoas gostam de ter contato físico. Isso impulsiona elas a querer saber o que vai acontecer lá. Elas perguntam mais presencialmente do que se você mandar um documento e a pessoa dialogar com a folha de papel.

Em algum momento, tive que pegar uma caminhonete para a comunidade Truaru da Cabeceira, esperei de 8h até meio-dia as pessoas se mobilizarem para ir. Eu falei “Gente, eu mandei documento, vocês sabem o que é o PGTA”. Mas, naquele contexto, eu precisei fazer um corpo a corpo naquela comunidade, para eles entenderem o que era até eles entrarem no ônibus e irem. Então, agora, se eu fosse fazer um PGTA, eu iria para a terra indígena antes para conversar com as lideranças, tirar as dúvidas e, quando chegasse o dia de ir, elas estariam lá.

Como já tinha sido feito o PGTA na região do Amajari, foi mais fácil, porque eles sabiam o que era e estavam bem felizes, pois pediram a construção do PGTA na Assembleia Geral, onde havia 2 mil pessoas. Então, da forma como eles pediram lá, “Olha, eu quero

construir um PGTA da minha Terra”, foi para a ata. Eu imaginava que eles sabiam o que eles estavam pedindo. Talvez eles já tivessem ouvido sobre os das outras terras. Mas o que eu melhoraria era isso, a articulação para que eles participassem com um bom entendimento, daí teria mais gente participando.

Isso também poderia melhorar a participação daquelas comunidades que não foram para o encontro, porque é uma terra indígena com 20 comunidades, das quais apenas três compareceram. Depois precisamos ir a essas comunidades, construir um mapa com eles, apresentar o PGTA para não deixar ninguém fora. Todo mundo precisa participar e, talvez, eu atribuo isso à questão da articulação que antecede as reuniões.

Eu sei que existem questões internas da política entre as comunidades e que nunca vamos conseguir que todos estejam presentes. Temos de entender também que algumas regiões têm mais de uma organização, e isso pode explicar a ausência de determinadas comunidades, mas outras me surpreenderam. Por exemplo, na região do Amajari, nunca imaginei que a comunidade Três Corações estaria lá, porque eles não eram do CIR, eram de outra organização, mas eles compareceram, e outras comunidades que eram do CIR não foram. E isso vai acontecer em qualquer terra indígena. Ninguém nunca vai dizer que 100% das pessoas estão ali.

Moderação – A moderação geral ficou comigo porque eu era a única pessoa naquele lugar que já tinha passado por todos os PGTAs, então eu chamei essa responsabilidade para mim. Fiz a primeira introdução de tudo. Cada vez que mudávamos para a próxima oficina temática, eu fazia um histórico. Assim, passávamos a metade da manhã na plenária com todos os representantes, para eles entenderem o que era a próxima oficina. Nesses momentos, eu utilizava vídeos e apresentações em PowerPoint para apresentar cada tema.

Por exemplo, a oficina de Controle Territorial. Eu dizia: “Vocês precisam saber o que realmente são essas questões”, e as pessoas perguntavam: “São problemas? Eu falava, olha, tem tanto problema quanto potencialidade para o controle territorial, porque, se você tem atores que trabalham no monitoramento, como o agente territorial e ambiental, agente de saúde, GPVIT, você já tem um mecanismo de trabalhar o controle territorial, então tem uma potencialidade aí que pode ser explorada. Não só o problema, porque costumamos falar mais dos problemas do que das soluções e das potencialidades que temos.

A cada oficina que ia acontecer, eu estava lá novamente para fazer essa introdução com eles para que eles pudessem entender. Essa moderação geral era para todos os temas. Cada vez

que tinha a presença de um convidado, logo pela manhã, apresentava-se e, aí, se pudesse falar alguma coisa para contribuir com os PGTAs, também trazíamos dentro da moderação. Então eu fiquei responsável por coordenar todas as informações do começo ao fim. Inclusive trazendo para eles essa questão das mudanças climáticas, que era um tema novo dentro do PGTA. Eu tive que fazer uma introdução sobre a transformação do tempo, o que era adaptação, porque precisávamos tratá-la dentro do PGTA.

No último dia antes das organizações convidadas chegarem para apresentação do plano, expliquei o que seria importante transmitir. Então reforcei que as demandas, mas também as potencialidades, porque nós não somos balcão de pedidos, somos pessoas com planos de impulsionar políticas públicas, parcerias para fazer a gestão do nosso território. Então aquele não era o momento de falar das nossas fragilidades: era hora de mostrar o potencial, o plano construído, mostrar o quanto isso é consistente, o quanto ele é legítimo das comunidades. Então eu fiz essa conversa antes de passar para a oficina de Pactuação e Diálogo com as instituições e organizações parceiras.

Para mim, esse formato de moderação foi um aprendizado a mais, porque, nas moderações anteriores, estávamos sempre eu e mais alguém, por exemplo, o Daniel do Instituto Insikiran. Eu fazia uma parte ou ficava observando para intervir nos momentos que era preciso a fim de melhorar nosso trabalho junto às comunidades.

Na moderação de cada PGTA, aprendi mais um pouco. Essa parte da moderação é muito importante, porque, se é bem-feita, você dá um direcionamento para as pessoas construírem algo que vai ter resultado positivo. Se é malfeita, vamos ter problema no caminho de entendimento e prejudicar o resultado. Como eu já trago toda essa experiência da construção dos outros PGTAs, procurei aplicar o mais profundo possível tudo o que aprendi para que pudéssemos ter esses PGTAs com uma nova dinâmica de forma que houvesse ali, pelo menos, 80% do que prevíamos, dentro dos planos, e eu acho que conseguimos isso.

Diferentemente dos PGTAs anteriores, nesse formato nós tivemos uma moderação geral além de outras moderações quando nos dividimos nos quatro grupos. Havia uma pessoa do Departamento em cada oficina e, nesses momentos, essa pessoa exercia o papel dos moderadores da oficina, organizando, dialogando, puxando, na verdade, animando o pessoal a construir, a dialogar ali na roda de conversa. Essa animação era feita por meio do tema que estava sendo tratado. Por exemplo, na oficina de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais,

havia um roteiro com o passo a passo de como deveria ser conduzido por uma pessoa do Departamento. Por exemplo, “Vamos trabalhar agora sobre a questão dos animais silvestres, da criação doméstica, das plantas medicinais”. No caso da construção das visões de futuro: “O que vocês imaginam para o futuro das comunidades?”. Então, tinha um roteiro que eles estavam seguindo para o trabalho.

Nesse formato nós não trabalhamos com perguntas orientadoras, prefiro usar um roteiro. Nós apresentamos os temas e as perguntas surgem à medida que conversamos. A intenção é construir um plano consistente e mais legítimo da parte deles, e não influenciar, deixando assim uma a três perguntas. Com questionamentos diretos, muitas vezes, não conseguimos respostas ou até perdemos muito conteúdo que deveria entrar no plano. Então cada oficina tem um roteiro de trabalho para orientar os moderadores do Departamento para consolidar o produto da oficina.

Mídia e comunicação – Outro ponto no qual podemos melhorar é contratar uma pessoa de mídia desde o princípio, para que haja um registro bem consistente de todo o trabalho. Sempre confiei na minha equipe da organização. A comunicação é um fator importante na dinâmica do processo, não apenas para divulgação das nossas atividades, mas como elemento motivador das atividades. Eu vi isso claramente por meio da iniciativa de uma das pessoas que nós contratamos para ajudar na organização das oficinas temáticas. Para realizar essa construção dos quatro PGTAs, contratei uma profissional que já havia trabalhado comigo em um projeto do UNICEF, a Natália. O papel dela era ajudar na organização das oficinas, mas o que me surpreendeu foi que ela gravava todas as oficinas que iam acontecendo e, ao mesmo tempo, já produzia um vídeo. Nunca havia pensado na Natália como uma pessoa de mídia.

Ela começou a fazer vídeos de tudo o que acontecia, então, há vários vídeos de momentos que não têm foto. O que mais me surpreendeu foi que, à noite, ela trazia os vídeos e nós começávamos a fazer uma sessão para recapitular como foi o nosso dia. Ela passava os vídeos e aquele povo ficava muito feliz de se ver trabalhando no vídeo. Ela colocava vários fundos musicais, as pessoas trabalhando ou se pintando, ou já fazendo o seu mapa, e eles começaram a gostar muito disso e, a cada dia, queriam mais disso para estar integrado quando fosse à noite. Isso foi uma surpresa para mim porque gerou uma dinâmica que envolvia mais as pessoas a trabalhar durante o dia, porque à noite elas iam estar no vídeo. Eu gostei de ela ter feito isso porque mostrou a importância da mídia e da comunicação no dia a dia do trabalho.

Eu não imaginava que eu ia suprir uma necessidade com uma pessoa que não era de comunicação. Então, pra mim, foi uma das coisas que mais me impactou dentro do PGTA, além de outras, que foram acontecendo ao longo dos dias.

Relatoria — Para que essa dinâmica fosse bem-sucedida, alguns aspectos foram decisivos. Um deles foi a colaboração de oito bons relatores, selecionados e contratados para registrar tudo o que os participantes estavam construindo durante aqueles dias, para termos as bonecas prontas no final dos dez dias. Esses relatores precisavam ser pessoas sensíveis na escrita para ajudar os povos indígenas a construir esse documento e cuidar da relatoria para que não faltasse nada do que eles estavam tratando.

Todo dia, quando terminava o trabalho, nos reuníamos com os relatores numa casa à parte, bem longe, para saber qual tinha sido o desafio do dia, se faltou alguma coisa, se poderíamos melhorar no dia seguinte, e aí eles traziam várias questões.

Por exemplo, algumas vezes, os relatores destacavam que as lideranças falavam na língua-mãe ou de uma forma que eles não entendiam. “Olha, quando falar na língua, grava, porque sempre vai ter alguém que pode traduzir o que ele está falando para entrar no relatório.”

Alguns dos relatores não se adaptaram ao local, com o tipo de casa oferecido pela comunidade para hospedagem. Alguém que gostava de caminhar, saiu cedo e, quando foi pegar o sapato, encontrou uma cobra, e aí o medo. Em casos como esse, eu expliquei que nós não estávamos no ambiente da cidade e, por isso, era possível encontrar outros bichos, mas não era para ficar assustado porque nós podemos mudar de lugar, então eu ia sempre ponderando as questões para que todo mundo ficasse bem. Sempre falando do respeito entre eles no trabalho e tentando conduzir da melhor forma possível, tanto a equipe do Departamento Ambiental quanto a equipe de relatores, que não eram pessoas da nossa convivência na organização.

Uma das questões que eu falei antes de ir para a oficina, era que, quem não participasse diretamente de discussões sobre sistemas de gestão territorial, de mudança climática, iria encontrar dificuldade quando escutasse uma palavra até desenvolver a escrita, porque a pessoa que não é da área não conhece o assunto.

Colocamos uma internet à parte para ter como estrutura a fim de que eles pudessem acessar as informações e traduzir de uma forma que ficasse mais acessível para todo mundo.

Fizemos um esforço para colocar internet durante dez dias. Precisamos limitar um pouco o acesso, porque o sinal não era muito forte e, se abríssimos para todos, ficaria muito difícil.

Com relação à estrutura, nós organizamos os computadores, o rádio de gravação e a parte da alimentação. Algumas pessoas não comiam carne e nós buscávamos opções em Boa Vista, para que ela se sentisse bem ali naquele lugar.

De uma forma ou de outra, dentro de uma equipe grande trabalhando por muitos dias, às vezes, há uma tensão nos trabalhos, o que pode gerar dificuldades. Algumas pessoas não conseguiam dialogar com as lideranças. Enfim, nem tudo é 100%, mas criamos as condições para que todos pudessem fazer o seu trabalho.

A expectativa era de que, ao final, tivéssemos o PGTA quase pronto para publicação, uma estrutura já bem encaminhada. No último dia, eu queria que todos trabalhassem no seu relatório, para que tivéssemos a boneca do PGTA pronta. Eles trabalharam muito nessa construção, apenas uma pessoa não conseguiu evoluir da maneira planejada. Então começaram a surgir problemas, uma pessoa dizia que a outra pessoa estava se sobressaindo ao trabalho dela enquanto faziam a relatoria durante acompanhamento em determinada região, e houve a questão: “Porque a liderança só fala com ele, não fala comigo”. Situações desse tipo são exemplo da questão de confiança e afinidade. Eu falava sempre, olha, precisamos ser passivos, porque aqui a liderança sente com quem deve ter mais confiança, e essas coisas sempre vão acontecer. Mas, ao final, o trabalho dos relatores foi feito diretamente nos grupos, e eles puderam apresentar o rascunho da boneca do PGTA para as organizações parceiras que compareceram ao evento.

Produto final – Olhando para o fluxo das oficinas, algo que eu ajustaria em uma nova oportunidade é a questão do tempo. Foram dez dias, mas eu aumentaria dois dias, que é o tempo de refletir sobre tudo o que fizemos e melhorar o documento para apresentá-lo aos órgãos. É muito tempo, mas eu aumentaria devido a essas questões de análise do final e para haver mais tempo para conversar com eles. De toda forma, o resultado é que temos esses planos prontos e já estão sendo implementados. Pudemos ver que a informação, o que nós queríamos fazer, surtiu efeito e já está sendo levada para as comunidades, aquilo que eles imaginavam ser um sonho e que, agora, vira realidade porque são demandas importantes e que os parceiros apoiaram implementar os Planos de Vida.

Essa iniciativa foi desafiadora, porque não estava descrita em lugar nenhum, não tínhamos parâmetro dizendo que esse caminho daria certo. Apostamos mesmo foi na vivência e no conhecimento das comunidades dos povos originários, e o resultado foi inovador. A publicação ainda não está finalizada, porque tivemos problemas técnicos para elaboração dos mapas nas bases cartográficas. Isso demorou um pouco e só agora o documento está sendo impresso para ser devolvido à comunidade.

- **Políticas de adaptação às mudanças climáticas**

Como eu destaquei no segundo capítulo, quando a palavra “adaptação” começou a aparecer, os parentes não gostaram muito dessa ideia. Adaptar-se seria uma ação que vem dos não indígenas, de fora, mas, por outro lado, é uma palavra que tem um significado importante quando você está nesse debate das políticas públicas, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Em 2015, quando nosso primeiro plano de enfrentamento às mudanças climáticas foi lançado, logo em seguida, teve início a construção de um capítulo no Plano Nacional de Adaptação para Povos Indígenas e Comunidades Locais. Na época, eu coordenava o CIMC – o Comitê Indígena de Mudanças Climáticas, estava na Câmara Técnica de Mudança Climática do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial, junto da Funai e de várias pessoas que estavam ali.

Nós queríamos intervir na construção deste capítulo para fazer menção aos povos indígenas e às comunidades tradicionais. Aquele momento foi uma oportunidade, junto à Funai, ao Comitê Indígena de Mudança Climática e com a Câmara Técnica do Comitê Gestor da PNGATI, de conseguirmos fazer essa incidência. Construimos um documento para inscrever um subcapítulo sobre “Povos indígenas e mudanças do clima: vulnerabilidade, adaptação e conhecimentos tradicionais” (Brasil, 2016), no qual nós levamos um pouco a nossa impressão. Como foi uma coisa na qual precisamos trabalhar muito para escrever neste subcapítulo, vimos que, no momento que fosse revisado esse plano, seria necessário termos um capítulo para povos indígenas e comunidades locais.

No plano internacional, nesses espaços de incidência nos quais sempre estou presente, nas COPs, nas conferências de Bonn, sempre há espaço, por exemplo, na plataforma de povos

indígenas e comunidades locais, que chamam os grupos menores para apresentar o que os povos indígenas trazem como alternativa de ferramenta de diálogo ou documentos que possam impactar esses espaços internacionais. E eu vi uma oportunidade para dar mais evidência nesses espaços ao trabalho que está sendo feito em Roraima, por meio do qual falamos enquanto Amazônia, porque são lugares nos quais precisamos ter noção de Amazônia, de país, numa visão macro e não de base.

Esse momento foi muito importante porque eu já havia apresentado na plataforma de povos indígenas, numa reunião oficial da plataforma dentro da UNFCCC, que conseguimos intervir com esse mecanismo construído pelos povos indígenas de Roraima, na Amazônia, em políticas públicas, como no Plano Nacional de Adaptação. Eu levei essa questão e isso foi muito bem-recebida. Houve uma tradução para o inglês e eu mostrei como isso fez a diferença, pois construímos mecanismos para intervir na política do país.

Mas faltava alguma coisa. Parece que as pessoas ficavam... “Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas?”. Percebi que quem não é do Brasil e quem não está muito nas áreas indígenas ficava um pouco perdido com esse nome. “O que é isso? O que é Plano de Enfrentamento?”

Como eu apresentei antes, trabalhamos isso no primeiro Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Eu observei sim um parente que ficou um pouco preocupado com essa coisa de chamar adaptação. De um lado, temos essa vivência de falar para as comunidades, para que elas entendam esses temas que parecem ser tão distantes da realidade em que vivem. Mas de outro lado, quando estamos em espaços globais, eu também preciso falar de forma que eu seja entendida por chefes de países.

Dentro da grande assembleia de povos indígenas que há dentro da UNFCCC, que é Caucus Indígena, e da plataforma de povos indígenas e comunidades locais, que faz uma interface com os corpos constituintes da UNFCCC, precisamos passar a mensagem de um jeito que os representantes dos países entendam e pensem como podem, talvez, minimizar, por meio desses acordos, os impactos nas terras e nos povos indígenas em todo o mundo.

Conversando com alguns dos nossos parceiros, comecei a pensar que seria mais importante, ali, naquele momento, ter dois nomes que dialogassem para dentro e para fora. Se falarmos com as comunidades sobre enfrentamento às mudanças climáticas ou a transformação do tempo, eles entenderão que precisamos lutar para termos soluções, apoio e recursos para

lidar com as mudanças climáticas. Já adaptação, eles sempre têm um pé atrás com isso. Mas quando falamos em “adaptação”, dentro de uma reunião de clima, de uma conferência de clima, seja a Conferência de Bonn, seja a Conferência das Partes, vemos que as pessoas têm maior atenção para a adaptação. Ali está se falando de um tema que perpassa a discussão e o interesse de todos os países.

Em meio a essas conversas, fui convidada a fazer uma apresentação para representantes dos países numa reunião oficial da plataforma de povos indígenas e comunidades locais sobre mecanismos construídos por povos indígenas para a questão da adaptação, e aí eu mudei esse nome. Fiz uma apresentação em PowerPoint para mostrar nosso trabalho. A princípio, a pessoa que estava coordenando essa reunião falou que não teria apresentação desse tipo, que a proposta era apenas eu falar. Então, reagi e disse que, se não pudesse apresentar, eu não iria participar e agradei o convite. Depois de alguns minutos, ela voltou e disse: “Não faça isso. Estamos aguardando a apresentação da sua experiência para os outros países”. Então, falei que eu também tinha minhas condições. Eu queria apresentar um PowerPoint que mostrasse o que é esse Plano de Enfrentamento, o que é esse Plano de Adaptação Indígena. Daí eu já trouxe um novo título. O Plano de Adaptação Indígena é uma maneira que os povos indígenas têm de trazer suas soluções e demandas para a questão dos impactos das mudanças climáticas.

Mesmo sem falar inglês, contando com a tradução, ela aceitou que eu fizesse a apresentação em PowerPoint, então, foi uma oportunidade de mostrar para diversos países que nós temos um mecanismo construído pelos povos indígenas e do nosso jeito, com o nome que gostaríamos de colocar: Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, No entanto, para as pessoas que estão discutindo dentro da Convenção do Clima, dentro da plataforma de povos indígenas e comunidades locais, dentro da UNFCCC, seria um Plano de Adaptação Indígena.

Nesse espaço estavam presentes cientistas do IPCC, pesquisadores renomados que acompanhavam o debate já haviam se atentado de que estávamos falando de adaptação, mas são coisas que os povos indígenas estão trazendo como solução, e foi muito bem recebido. Pediram para deixar a cópia lá. Rapidamente, criei um QR Code para que as pessoas pudessem acessar, mesmo não estando fisicamente publicado. Era uma oportunidade de mostrar que nós temos capacidade de estar nesses espaços e levar a experiência de base para ajudar na construção de acordos que viabilizem políticas públicas direcionadas para os povos indígenas.

Mais recentemente, no Plano Clima do Brasil, a questão da adaptação foi setorizada para o Ministério dos Povos Indígenas e ficou muito claro que eles estavam construindo o Plano de Adaptação dos Povos Indígenas. E, lá pelo terceiro capítulo, enquanto eu estava escrevendo, fizeram-me um convite para que eu fosse até o Ministério dos Povos Indígenas, então, tive a oportunidade de estar lá com representantes da Funai, da GIZ, do IPAM e do Ministério das Relações Exteriores que atuam nessa agenda.

Eles me perguntavam no que eu poderia contribuir para terminar de escrever os cinco capítulos, se eu não me engano, são cinco capítulos sobre isso, e eu falei o seguinte: “Olha, se vocês não chamarem representantes dos povos indígenas para reunir aqui em Brasília, nem que seja dez representantes de cada bioma do Brasil, para que possam fornecer suas contribuições para a construção dessa parte indígena do Plano de Adaptação, esse documento vai ficar incompleto. Esses representantes podem trazer várias informações, vivências, soluções, demandas que devem ser incorporadas nesses capítulos que estão sendo escritos”.

Se isso vai virar uma política, ela precisa atender à demanda que os povos indígenas estão vivendo lá na ponta. Logo, se eles não são ouvidos, se isso for feito de gabinete, quando essa política for consolidada, pode ser que ela não traga a resposta certa para aquela questão que precisa de uma resposta rápida. Complementei dizendo: “Olha aí, estamos com os planos de Roraima, que é exemplo, já foi exemplo uma vez, podemos contribuir novamente com vocês, mas a recomendação que eu deixo é que vocês destinem um recurso para trazer os povos indígenas para essa discussão, porque se nós estamos falando de política pública, eles precisam participar da construção dessa política que pretende favorecê-los” .

Os técnicos do governo federal trabalhavam numa oficina presencial e, logo em seguida, em um formulário on-line para que as pessoas preenchessem e eles pudessem ter subsídio para continuar a escrever os capítulos de adaptação. Eu ofereci os planos para que fossem usados como base desse capítulo, que agora está terminando de ser escrito e fará parte do Plano Clima do Brasil. A minha concepção é a seguinte: se não há a participação plena e efetiva dos povos indígenas, como a Convenção 169 recomenda, pois é a construção das políticas que vão impactar nossas vidas e que trará resposta às nossas questões, ela não é legítima, porque tudo o que temos vivido nas terras indígenas não estará no texto. É fundamental captar as informações provenientes dos territórios para que o meio político possa fazer uma leitura e tirar disso o que será implementado nas terras indígenas.

Então, mais uma vez, apesar de estarmos em um governo que é favorável à causa indígena, vai pecar na questão de que as políticas públicas em relação aos povos indígenas serão de cima para baixo, como sempre foi. Ela não vai chegar como a demanda real do que os povos indígenas precisam.

Para tratar do impacto das mudanças climáticas, uma das questões que reafirmamos dentro do Plano Clima é que as terras indígenas devem ser demarcadas, porque é uma forma de enfrentamento à questão das mudanças climáticas. Então, que isso caiba dentro da política que já está na legislação brasileira. No entanto, sabemos que nem tudo o que está dentro da lei é cumprido. É dessa forma que eu vejo essa questão: mudar o nome para Plano de Adaptação Indígena.

Algumas reflexões de fundo

Revisitando esse trabalho construído ao longo dos anos, olhando como começamos a trabalhar com Planos de Gestão e a agenda de mudanças climáticas, construí um filme na minha cabeça.

Dentro das experiências de trabalho nas comunidades, que marcam toda a minha trajetória dentro da organização, há pouco mais de dez anos, deparei-me com o nome Gestão Territorial Ambiental. Mas ressaltei, ao longo dessa sistematização, que considero importante recuperar que já existia um acúmulo de experiências históricas de luta por um ordenamento territorial desde quando as comunidades começaram a fazer seus planejamentos e a lutar pela demarcação de terras. Essa luta consolidou a união entre povos e regiões que formam a base do Conselho Indígena de Roraima há mais de 50 anos. Esse movimento gerou um aprendizado de muitas mãos, de várias lideranças que pensaram internamente esses territórios, imaginaram como seria construir politicamente a garantia desses espaços para a continuidade dos nossos modos de vida.

Isso permaneceu na cabeça dessas lideranças, então, quando eu refaço esse histórico da organização como o histórico no qual as comunidades têm a gestão dos seus territórios, o que me vem à cabeça é que, todo esse aprendizado vivenciado, eles estão trazendo agora para os Planos de Vida. Claro que os tempos vão mudando. Hoje, a nossa população, felizmente, está crescendo, e isso tem um impacto no uso dos recursos naturais. Muitos territórios ancestrais foram reduzidos a pequenas terras indígenas e deixaram de fora partes fundamentais para a reprodução física e cultural dos nossos povos.

Nossos territórios são alvo permanente de interesses em expansão de monoculturas, agronegócio, mineração e da agenda desenvolvimentista, além das invasões, que subtraem nossas fontes de vida, a própria terra, as caças, os peixes, e isso cria demandas permanentes de vigilância e monitoramento territorial. Além de desafios internos e externos, temos de lidar cada vez mais com a crise climática, que já chegou às nossas comunidades causando descompasso entre verões e invernos e eventos extremos, como as secas, enchentes e incêndios florestais. Todos esses fenômenos impactam diretamente a continuidade dos nossos modos de vida, os nossos conhecimentos e os nossos planos e visões de futuro.

Como eu demonstrei ao longo desta dissertação, há pouco mais de uma década, começamos a trabalhar com uma metodologia trazida por parceiros por meio de uma consultoria

e passamos a aperfeiçoá-la com as comunidades, vendo o que poderia ser melhorado para que os parentes pudessem realmente se enxergar dentro desse trabalho e dizer o que eles estavam pensando para o papel. Essa é a continuidade do compromisso de cuidar do território que as comunidades já carregam, e essa metodologia organiza isso em termos de oficinas temáticas onde ocorrem debates entre eles.

Então, eu começo a fazer outra análise de tudo aquilo que aprendi com o que os consultores faziam, como eles criavam dinâmicas para trazer as informações para dentro dos planos. Começamos a trabalhar de uma forma bem natural nas comunidades, um conversando com o outro, como se eles não se encontrassem há anos, para fazer um balanço de como estão cuidando do território e o que realmente precisa melhorar. Essas conversas indicam quais ações precisam de recursos e quais acordos internos precisam haver para continuar esse trabalho nos territórios. Logo, quando eu faço esse balanço, vejo que a melhor metodologia é conversar no Malocão com as lideranças, os jovens, as mulheres, para fazer esse diálogo. São momentos oportunos que não ocorrem todo dia.

Acredito que ainda há muito conteúdo para ser inserido na análise sobre o que é o Plano de Vida. Por mais que as pessoas achem que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental contará como as comunidades têm trabalhado, como as terras indígenas têm se desenvolvido e o que os parentes demandam, é diferente quando olhamos como Plano de Vida das pessoas, das lideranças daquela comunidade, daquela terra indígena, e como nós trazemos o que realmente queremos para a questão ambiental, para o monitoramento territorial, a formação das novas gerações, tudo isso de maneira integrada em nossas visões de futuro.

Acredito que, se os Planos de Gestão forem feitos a partir do chão da comunidade, a partir da vivência com os povos indígenas de cada terra, isso gerará estratégias concretas, legítimas desses povos. Os documentos produzidos com esse viés têm a capacidade de fazer a ponte entre a intenção das comunidades e as políticas públicas.

Ao longo deste trabalho, eu me referi à ideia de “metodologia de parente para parente”. Quero agora elaborar um pouco mais sobre isso. O primeiro fundamento diferencial dessa dinâmica de parente para parente é a confiança de estar falando de indígena para indígena. A pessoa já olha diferente, pois sabe que são as palavras mais simples que irão definir o que você quer dizer, então, falar de parente para parente é chegar, por exemplo, a uma comunidade e dizer: “Nós vamos construir o Plano de Vida. Ele também tem outro nome: PGTA, e isso é uma

sigla criada para dialogar com as políticas públicas”. Mas falando do Plano de Vida do jeito que planejamos a terra indígena, sobre as relações com os recursos naturais. Os parentes sabem muito bem, por exemplo, o que é tirar a palha, manejar sementes, manter fontes de água, criar animais, enfim, todo o trabalho que é preciso ter para cuidar da biodiversidade.

Veja que eu falei de tirar uma palha e de biodiversidade. Nós vamos entrelaçando nomes técnicos com os nomes básicos, e isso surte muito efeito nas comunidades. Eu já me sentei em comunidade para conversar e, quando saí, as pessoas disseram que vivenciaram uma aula com entendimento rápido. É diferente de a pessoa chegar e escrever no quadro: “PGTA é o Plano de Gestão Territorial Ambiental. Todo mundo entendeu?”. Todo mundo vai dizer “entendi”, mas isso não é verdade. Não entenderam porque, quando você fala de plano, é preciso perguntar: “O que é plano para vocês? Vocês sabem o que significa isso?”. Geralmente, todo mundo fica calado.

Mas aí eu pergunto: “Como é quando você vai fazer uma roça, você planeja, você sabe quem vai para a roça, sabe o tamanho da roça, o que vocês vão plantar na roça?”.

Então os parentes começam a falar sobre suas atividades do dia a dia e ali nós vamos fazendo um trabalho de entendimento e, quando termina essa conversa, todo mundo sabe o que é plano, sabe o que é gestão, sabe o que é o território, então, assim, são palavras que nós podemos traduzir da forma mais simples de entendimento e as pessoas saem dali sabendo qual mensagem a gente quis transmitir. E entendem o que vamos fazer.

Quando eu faço esse trabalho com as comunidades, por exemplo, o Plano de Adaptação Indígena, as pessoas começam a trazer: “Na minha comunidade, nós não temos mais a aninga. Na seca, a aninga está morrendo no igarapé; já não temos mais aquela planta medicinal”. Nós começamos a trabalhar isso e a entender que precisamos fazer algo diferente do que fazíamos no passado.

Por isso, temos construído os nossos documentos de enfrentamento às mudanças climáticas, mas conectando isso como Plano de Adaptação Indígena para estarmos na mesma página dos espaços técnicos e políticos de decisão, na mesma linguagem, só que falando diferente do que é trazido pelo discurso técnico. Essa é a nossa estratégia.

Para mim, portanto, falar de parente para parente é você se fazer entender nos temas e termos e conseguir conectar o chão da comunidade com temas centrais nos espaços técnicos e

institucionais, tanto nacional quanto internacionalmente, que tratam dos direitos dos povos indígenas, particularmente na interação dos povos indígenas com a interseção entre o tema do clima e a gestão do território. É um trabalho permanente não deixar sobrepor nem o técnico nem o tecnológico e juntar a ciência indígena com o que está acontecendo no mundo. Então, falar “de parente para parente” é sempre conectar o que está sendo dialogado, seja em qual âmbito for, do direito dos povos indígenas dentro da Convenção do Clima, da desertificação, da biodiversidade, com a vivência dos povos indígenas.

Da minha parte, é isso o que procuro fazer. Entendo que a tradução é um diálogo, mas não tem aprendizado escrito em lugar nenhum de como fazer isso. Você aprende na prática a lidar com essa situação de ter de se fazer entender. Você consegue traduzir de uma forma que você olha para o parente que está lá na comunidade, capinando sua roça, e você diz, eu acho que ele consegue entender o que é adaptação às mudanças climáticas. Então, quando eu estou no chão das comunidades, eu considero a situação prática dele, por exemplo, colocando a roça num lugar que nunca mais vai encher. Ele nunca mais vai ter roça ali. Então eu falo para ele que ele vai ter de colocar uma roça mais acima para que a planta nasça. Eu busco traduzir para ele dessa forma, no sentido de que nós vamos ter de encontrar outros modos de viver e de plantar a roça. É uma tradução na prática, eu busco mostrar na prática o que realmente são essas questões. Eu não consigo ver de outra forma. Sempre que vou falar disso, procuro dar exemplo do que está acontecendo agora para que o parente possa me entender e não fique com dúvida. Então, desse modo, eu entendo a tradução. Como isso é falar de uma forma que se faça entender e eles possam ter uma noção que, o que está sendo debatido, não está fora da realidade dele. Os parentes têm mais realidade na vivência dos temas do que aqueles que só abordam o assunto do ponto de vista técnico.

De outro lado, quando estou fazendo incidência global, preciso, em primeiro lugar, compreender como funcionam esses espaços técnicos para me fazer entender a partir do chão das comunidades e trazer o que nossos parentes estão dizendo, e o trabalho se inverte. Eu acho que um técnico, um tomador de decisão, consegue entender o que o parente está querendo dizer quando ele fala que quer fazer o enfrentamento das mudanças climáticas. Eu facilito esse entendimento colocando como Plano Indígena de Adaptação, mas sem perder a posição política e a autonomia dos meus parentes que não querem, simplesmente, se ajustar ao que os “brancos” estão falando.

Tudo isso é uma forma de tradução daqui para lá. Ela requer muito da vivência da pessoa que faz esse caminho, que precisa vivenciar o território e os espaços técnicos. Como podemos dar voz aos povos indígenas nesses espaços? Nesses espaços técnicos, a maioria dos participantes nunca estiveram em território indígena, então nós precisamos traduzir isso de forma que, tecnicamente, eles possam entender o que nós estamos falando. E isso não é perder. Alguns podem pensar “Ah, eu estou perdendo agora a minha cultura. Eu estou perdendo meu jeito de falar”.

Não! Nós precisamos trazer a sabedoria indígena com uma parte técnica. Principalmente quando tratamos de implementação dos PGTAs, as pessoas tentam dizer que PGTAs são só projetos. Só dinheiro, projetos com recursos, mas tem a parte dos Planos de Vida, que não é isso, é, na verdade, conversar e resolver problemas que não dependem de recursos. É importante que a política pública saiba sobre isso.

Como traduziremos para as políticas públicas o que elas precisam fazer se não temos como sentar à mesa de diálogo e dizer claramente o que nós queremos de modo que os técnicos entendam? É bem difícil quando chegamos a um lugar e dizemos: “Eu estou aqui porque a mudança climática tem impactado diretamente no meu território”, mas como ela tem impactado? É difícil quando chegamos nesses espaços e dizemos: “Os povos indígenas são a solução para as mudanças climáticas”. Em que sentido eles são a solução para as mudanças climáticas? Como nós podemos traduzir isso tecnicamente para dizer que nós somos a solução das mudanças climáticas?

Eu digo, a gente é parte da solução porque resguardamos a biodiversidade, a água. Nossos territórios precisam ser conservados, nossos direitos precisam ser garantidos. Não é só a floresta em pé que precisa ter direito, nossos povos precisam ser reconhecidos. Então, precisamos fazer um esforço para traduzir qual a importância dos nossos direitos e dos nossos conhecimentos e práticas.

Não deveria ser assim. Eu digo, de passagem, que a gente não deveria fazer esse esforço de traduzir para as pessoas o quão importante é uma terra indígena. Ela fala, ela representa tudo o que a gente tem feito, ela fala por si só. Mas, nessas mesas de diálogo, precisamos ficar pautando isso, de forma a juntar todo esse conhecimento, todo esse reconhecimento para que as pessoas possam dizer:

“Olha, é importante ver Roraima fazendo os Planos de Adaptação Indígena para mostrar que os povos indígenas estão vendo os impactos das mudanças climáticas, não tem mais a tal planta medicinal ou que está difícil fazer a farinha, porque as batatas já não dão naturalmente.”

Não precisaria ser assim, mas tem de ser. E, para fazer esse trabalho, ou a pessoa tem uma vivência muito grande com os povos indígenas diretamente nas suas comunidades ou fica muito difícil você traduzir para um grupo de técnicos, de especialistas em algum tema.

Hoje eu olho para essa metodologia de construir quatro planos em dez dias e vejo que isso é um desafio para nós, que nunca tínhamos feito, mas para os parentes não é um desafio, é uma oportunidade de colocar na mesa tudo o que eles têm para trazer e materializar num documento, porque eles têm isso com eles e trazem uma bagagem acumulada sobre os temas propostos na metodologia.

Eles estão vivenciando isso historicamente, de luta pela vida, passando pela demarcação de terra, então, têm uma vivência na prática. O que nós fazemos é organizar o debate separando os diferentes momentos. Por exemplo, falar do manejo sustentável, todo mundo está pronto para falar sobre isso, da sua maneira como eles estão dialogando no território. Quando tratamos das formações, eles imaginam desde ter um médico, uma pessoa que vai cuidar do gado até ter uma parteira. Eles estão prontos para fazer esses diálogos porque estão com tudo aquilo acumulado na cabeça, o que nós fazemos é sistematizar isso em um documento, no papel.

Então, essa dinâmica de construir mecanismo a partir da ciência dos povos indígenas é muito interessante, porque eles guardam isso numa biblioteca viva. Eles não têm isso escrito em lugar nenhum, mas, cada liderança daquela, quanto mais velha é, mais informação tem para colocar no papel. E os mais novos contribuem com perspectivas para o futuro, sobre eles poderem realizar o que os mais velhos têm de indicação. Os mais novos têm uma perspectiva de ter mais formação, ser veterinário, advogado, ter uma internet, ter um carro pra levar seus produtos para a feira. Então é uma dinâmica de saberes. Essa dinâmica, em dez dias, me ensinou que nós podemos melhorar ainda mais essa metodologia, com mais espaço, com mais gente para ajudar a pensar. Assim é em tudo, foi a primeira vez e deu certo, eu não digo que deu 100%, mas 90% deu certo. As próximas atividades de revisão dos PGTAs poderão ser realizadas com mais consistência e tranquilidade.

Em âmbito nacional, ainda digo, vemos a apresentação de mecanismos criados, em tese, por povos indígenas, mas que foram feitos dentro de escritórios e, quando são colocados na

mesa, falam de uma forma. Quando a gente coloca um que é construído pelos povos indígenas a partir das suas bases, ele fala de outra forma. Se formos olhar no contexto das linguagens do que está dito no documento, é muito diferente. Em tese, em todos esses documentos, afirma-se que são construídos pelos povos indígenas. Mas é diferente quando você olha e lê o que está escrito e como traduz o que os povos indígenas querem trazer dentro daquele instrumento.

No contexto internacional ainda é mais difícil, porque o que se tende a falar dentro desses espaços, tecnicamente, segue uma pauta, seja perdas e danos, adaptação ou mitigação. Mas, enquanto povos indígenas, o que é isso? Como nós traduzimos o que os povos indígenas fazem para esse contexto? Como participamos de uma mesa sobre adaptação de povos indígenas se não há, ali, um documento consistente ou uma referência para mostrar? Então é uma via de mão dupla. A gente precisa, a toda hora, estar fazendo e refazendo. É essa conversa dentro do espaço em que a gente está, seja nos espaços regional, nacional ou internacional.

Eu tenho pensado não só na maneira como esses mecanismos de povos indígenas são construídos, mas também em como eles ganham escala. É preciso ter muito cuidado com esse processo. Agora está parecendo pipoca, em todo lugar, estão construindo Planos de Gestão e querendo construir Planos de Adaptação. Não sou contra, é bom que realmente sejam construídos, mas uma coisa que eu tenho pensado é que a essência disso tudo é a participação verdadeira dos povos indígenas, porque, se você pegar um recurso e disser: “Agora, temos um curso aqui para aprender a fazer Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas”, todas as pessoas ficarão animadas em participar, mas como fazer?

Não é num curso que se vai aprender, sinceramente. Para mim, é indo para as comunidades, porque o plano não está na sala de aula, está lá no chão da comunidade, com as pessoas. O que podemos fazer, talvez, seja dar um direcionamento. Como as pessoas podem abordar isso? Como elas vão para as comunidades? O que vão fazer? Não é possível fazer isso simplesmente indo lá oferecer. Em primeiro lugar, isso precisa partir da comunidade, da terra indígena. Se isso não faz nenhum sentido para eles, não tem como impor que eles façam um Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. Se para um povo está tudo bem, isso é uma outra questão, porque eles têm livre arbítrio de querer fazer ou não.

Acredito que um caminho é sistematizar e apresentar experiências e aprendizados para mostrar a capacidade de os povos indígenas construírem seus próprios mecanismos. Foi isso que eu procurei fazer nesta dissertação. A nossa experiência com os Planos de Vida e os Planos

de Enfrentamento às Mudanças Climáticas pode contribuir com outros parentes na Amazônia e no Brasil. Mas, a princípio, é importante reconhecer que não pretendo oferecer uma receita, porque esses processos simplesmente não têm receita. O Plano de Gestão de Roraima vai sair com a cara do pessoal de Roraima; o do Acre, com a cara do pessoal do Acre e assim por diante.

O que nós podemos afirmar, a partir da nossa experiência, é que é fundamental o envolvimento dos parentes na construção desses instrumentos. Isso pode parecer óbvio, mas precisa ser reafirmado sempre. Não tem como fazer esses planos a distância ou com meia dúzia de pessoas, a não ser com o envolvimento das comunidades. É fundamental compreender as dinâmicas políticas internas, garantir as condições de infraestrutura em um lugar adequado, alimentação, atenção à saúde, materiais e equipamentos adequados, treinamento de equipe, e, principalmente, com a participação de todos os perfis das comunidades: jovens, mulheres, pajés, professores, agentes ambientais, cada um desses traz uma perspectiva diferente que integra a comunidade e enriquece o resultado. Além disso, essas diferentes vivências garantem a legitimidade desses planos, e isso vai refletir na qualificação do diálogo com as políticas públicas. Mas essa participação precisa ser qualificada. Nossa experiência mostra que é muito difícil, talvez impossível, termos a participação de todas as pessoas de todas as comunidades, mas é possível articular a participação de representantes de cada segmento das comunidades. Outro desafio dessa participação, que eu considero um avanço da nossa proposta metodológica, é a qualidade da interação de cada um, no sentido de participar do processo como um todo e, assim, compreender as ligações entre os temas e o sentido geral do processo. Quando as oficinas são muito distantes umas das outras no tempo, ou as pessoas que participaram da primeira não participaram das outras, ou mesmo as pessoas que participaram de todas já não lembravam da primeira oficina quando chegamos à última, perde-se, inclusive, o entendimento do que era o PGTA. Os participantes da imersão tinham essas condições, entendiam o caminho e faziam as interligações entre os temas.

Essa experiência pode contribuir com processos em outras escalas. Por exemplo, a setorização do Plano de Adaptação para a questão indígena, dentro do MPI como parte do Plano Clima do Brasil. A construção desse plano nacional reconhece a necessidade de ter os povos indígenas falando realmente o que é a adaptação para os povos indígenas. Eu sinto falta dos povos indígenas estarem participando em todas as instâncias e poderem, realmente, trazer as suas falas, as suas demandas para termos as diferentes realidades indígenas dentro do Plano Clima e depois, no desenho das políticas públicas voltadas realmente para os povos indígenas com a consistência que é necessária.

No momento em que escrevo isto, eu sei que o Plano Clima está acontecendo. Eu estou incentivando para que seja construído, que seja apresentado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, para que, realmente, nós tenhamos políticas públicas diferenciadas para os povos indígenas. As terras indígenas podem apresentar os planos regionais e/ou locais de enfrentamento/adaptação às mudanças climáticas das terras indígenas no Brasil para o Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de implementar políticas públicas. É nesse sentido que eu penso que as ferramentas construídas pelos povos indígenas, com essa legitimidade do chão das comunidades, que vem da vivência diretamente com a terra, com a natureza, com a água, com a floresta, com os pássaros, com a sabedoria da ciência indígena, isso faz diferença nesses mecanismos de diálogo. Esses mecanismos construídos pelos povos indígenas, os Planos de Vida/PGTAs, protocolos de consulta, Planos de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, Planos de Adaptação Indígena, têm impacto nos debates nacionais e internacionais.

Eu espero, não sei se vou me fazer entender para quem lê, para quem olhar o histórico que eu apresentei aqui, mas espero que esta dissertação possa passar a mensagem: que políticas públicas, para serem construídas ou para serem implementadas para povos indígenas, precisam olhar para a realidade dos povos indígenas, para como eles estão construindo seus mecanismos.

Mais do que contar uma história, do que falar da trajetória, desse aprendizado todo, este trabalho serve para dizer: “Olha, se querem construir políticas públicas que vão realmente implementar e impactar as comunidades indígenas de uma forma positiva, precisa primeiro ouvir a demanda daqui para lá. Eu não posso construir uma política para um povo que não está nem sabendo se eu vou implementar algo para reflorestar a beira do rio. E eles não estão preocupados com isso agora, pois não tem isso escrito lá no documento deles?”. Então, precisa ter uma interlocução que legitima essas políticas.

Eu sei que o Brasil, com o Plano Clima, corre muito rápido, porque quer apresentá-lo na COP 30. E eu estou falando só da parte dos indígenas. Tem plano para mitigação, adaptação para o agro, para energia, para tudo, mas com relação aos povos indígenas, como lidar realmente? Quando esse plano se consolidar, terá início a implementação das políticas públicas, e nós sabemos que os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os ribeirinhos e os quilombolas recebem menos recurso para implementar políticas. Nós só temos a maioria delas no papel.

Eu não tenho resposta para tudo, mas pelo menos gostaria que esse reconhecimento dos mecanismos construídos por nós possa balizar quem pensa em construir política pública para povos indígenas.

Referências bibliográficas

BORTOLOTTO, Fernanda. Participação indígena brasileira na Convenção do Clima: a construção da agenda climática como pauta de luta. 2020. 189 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/39916>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: volume 2: estratégias setoriais e temáticas: portaria MMA nº 150 de 10 de maio de 2016/Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2016. 2v.

CABALZAR, Aloisio et al. Ciclos anuais e mudanças ambientais e climáticas no Rio Negro: experiências de pesquisas colaborativas. *Coletiva*, [S. l.], n. 27, p. 1–15, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-ciclos-anuais-e-mudancas-ambientais-e-climaticas>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FUNAI. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para elaboração. Brasília: FUNAI, 2013. 20 p.

FUNATSU, Beatriz M. et al. Perceptions of climate and climate change by Amazonian communities. *Global Environmental Change – Human and Policy Dimensions*, v. 57, p. 101923, 2019. Disponível em: <https://hal.science/hal-02172607/document>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (Org.). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

GIANNINI, L.; RIOS FIGUEIRA, R.; DA SILVA OLIVEIRA, R. Saberes indígenas e mudanças climáticas: a incorporação dos conhecimentos tradicionais como pressuposto para a justiça climática. *Textos e Debates*, v. 29, n. 2, p. e7879, 2023. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v29i02.7879. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/7879>. Acesso em: 26 jun. 2024.

HOLLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. 2. ed. rev. Brasília: MMA, 2006.

LINDOSO, D. P. Adaptação à mudança climática: ciência, política e desenvolvimento sustentável. *ClimaCom Cultura Científica*, v. 2, p. 1–21, 2015. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/adaptacao-a-mudanca-climatica-ciencia-politica-e-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LITTLE, Paul Elliot. Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes – relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agência da GTZ no Brasil. Rio Branco, 2006.

MESQUITA, Erika. Mudanças climáticas e a cosmovisão Ashaninka. *Revista ClimaCom*, 2015. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/mudancas-climaticas-e-a-cosmovisao-ashaninka-3/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

NICÁCIO, Mário. Gestão territorial e ambiental da terra indígena Manoá-Pium: estratégias para implementação. 2019. 118 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/37678>. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. Processo de construção de Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI: possibilidades, limites e desafios do diálogo entre Estado e povos indígenas no Brasil. Brasília: FUNAI/GIZ, 2011.

OLIVEIRA, A. R. de. Desenhos de futuro: autonomia e cultura nos projetos de vida dos povos indígenas em Roraima/Brasil. *Abya-Yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas*, v. 1, n. 1, p. 202–225, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/47099>. Acesso em: 24 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. R. de. “Aqui (ainda) não tem meio ambiente”: políticas indígenas do conhecimento na fronteira Brasil-Guiana. *Etnográfica*, Lisboa, v. 21, n. 2, p. 247–268, jun. 2017. DOI: 10.4000/etnografica.4900. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/4900>.

ROSAR, D. B. Bacharelado de Gestão Territorial Indígena: aprendendo com os Ye’kwana entre práticas, diferenças e acordos no Insikiran (UFRR). Belo Horizonte: UFMG, 2023.

SALMI, F.; CÂNDIDO FLEURY, L. Mudanças climáticas e ciências sociais: análise bibliométrica do campo (2011–2021). *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 1, n. 97, p. 1–19, 2022. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/574>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SILVA, A. S. S. E.; CARDOSO, T. M. Povos indígenas e comunidades locais diante das mudanças climáticas na Pan-Amazônia: olhares antropológicos. In: SIMONETTI, S. R.; PEREIRA, H. S.; BARBOSA, D. E. S. (Org.). *Autogestão e desenvolvimento territorial sustentável de áreas protegidas: diálogos, aprendizagens e resiliência*. Manaus: EDUA, 2023. p. 34–57.

ULLOA, A. Construcciones culturales sobre el clima. In: ULLOA, A. (Ed.). *Perspectivas culturales del clima*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/33805341>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VALE, S. B.; OLIVEIRA, A. R. (Org.). *Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas – Região Serra da Lua/RR*. Boa Vista: Conselho Indígena de Roraima, 2014.